



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: TEORIA E PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO

TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSÉ AMÉRICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

NILVANDA DANTAS BRANDÃO

João Pessoa – PB
2012

NILVANDA DANTAS BRANDÃO

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSÉ AMÉRICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor(a).

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa.

**João Pessoa – PB
2012**

B817t Brandão, Nilvanda Dantas.

*Trajetória intelectual de José Américo:
contribuições para o pensamento social brasileiro /
Nilvanda Dantas Brandão.-- João Pessoa, 2012.
231f. : il.*

*Orientador: Jean Carlo de Carvalho Costa
Tese (Doutorado) – UFPB/PPGS*

*1. Almeida, José Américo de, 1887-1980 –
crítica e interpretação. 2. Sociologia. 3. Trajetória
intelectual. 4. Pensamento social – Brasil.
5. Democracia. 6. Campo e Habitus. 7.
Miscigenação.*

DEDICATÓRIA

*Eli Brandão,
bem querer,
adorável companhia,
abraços que acolhem ,
lindo sorriso.
Você é o AMOR!
constante presença
luz para os meus dias nublados,
faz a vida ser bela.
Tua humanidade
faz meu mundo existir.
Assim,
meu coração repousa em tua paz
e contigo está o meu coração.*

NILVANDA DANTAS BRANDÃO

**TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE JOSÉ AMÉRICO:
CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa – UFPB/PPGS
Presidente - Orientador

Prof. Dr. Orivaldo Pimentel Lopes Junior – UFRN/PPGCS
1º membro examinador

Profa. Dra. Maria Lucia da Silva Nunes – UFPB/PPGE
2º membro examinador

Prof. Dr. José Henrique Artigas de Godoy – UFPB/PPGS
3º membro examinador

Prof. Dr. Adriano de León – UFPB/PPGS
4º membro examinador

João Pessoa – PB

2012

AGRADECIMENTOS

Deus quer o *humano* sonha a obra nasce
Ao meu doce moreno
Aos familiares
Aos amigos
Ao orientador
Aos professores
Aos coordenadores do PPGS
A secretária do PPGS
Aos colegas
Aos membros das bancas de qualificação e defesa
A Fundação Casa José Américo
Ao Programa PPGS
A UFPB
A CAPES

Meu Rastro

A areia marcou meus pés
Voltei-me contente e vi.
Mar volúvel, por quem és,
Não subas até aqui.

Peço-te: em tua viagem,
Nesse teu doido vaivém,
Não apagues essa passagem,
Pelo valor que ela tem,

Andar é tudo que faço
Nesta praia, nesta areia.
E depois olhar meu traço,
Até vir a maré cheia.

Já escrevi minha história,
Já fui trunfo, já fui astro
E hoje minha trajetória
É simplesmente esse rastro.

(ALMEIDA, 1994 [1975], p.21)

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de interpretar sociologicamente a atuação de José Américo de Almeida, num contexto compreendendo os anos de 1920 a 1960, período marcado pela modernização industrial, pelas transformações políticas e artísticas e pela formação do pensamento social brasileiro, buscando destacar aspectos de sua trajetória intelectual que denotam contribuições para as Ciências Sociais, expressas por meio de obras e ações nos campos literário, político e científico. A discussão é feita a partir do diálogo travado entre os intérpretes do Nacional no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e o intelectual paraibano, envolvendo a análise de obras deste, a saber, textos científicos, romance, autobiografia, discursos, entrevistas, memórias e cartas, girando em torno de temáticas relativas ao Brasil moderno, democrático e miscigenado. A conclusão é que a contribuição de José Américo para a formação do pensamento social brasileiro, no campo científico, reside em sua proposta de uma *antrossociologia*, na qual defende positivamente (criatividade, resistência e diversidade) na identidade nacional miscigenada e sua dissociação com o atraso social e econômico, entendendo a falta de desenvolvimento como efeito da ausência de uma democratização do poder e do capital, o que inspirou sua denúncia e crítica social no romance que veio a se tornar sua contribuição inovadora no campo literário e, no campo político, sua ideia de democracia. O referencial teórico e metodológico do trabalho se apóia na teoria da reflexividade de Pierre Bourdieu, destacadamente os conceitos de *Campo* e *Habitus*. A pesquisa se insere no âmbito dos estudos de trajetória intelectual, mais especificamente no campo do pensamento social brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetória intelectual; Pensamento Social Brasileiro; Democracia; Miscigenação; *Campo* e *Habitus*.

ABSTRACT

The objective of this work is to interpret the performance of José Américo de Almeida from a sociological viewpoint, in a context which comprises the period between the years 1920 and 1960. This period was marked by the modernization of industry, political and artistic transformations, and the shaping of Brazilian social thought. We have sought to highlight aspects of the writer's intellectual trajectory which signify contributions to the Social Sciences, expressed both through his writings and actions in the literary, political and scientific fields. The discussion has originated in the dialogue struck up between the interpreters of the National in the process of the institutionalization of Social Sciences in Brazil, and the intellectual from Paraíba, and involves the analysis of his works, including scientific texts, novels, autobiography, speeches, interviews, memoirs and letters, dealing with themes related to a modern, democratic Brazil where there is a mixture of races. The conclusion was reached that the contribution of José Américo towards the shaping of Brazilian social thought, in the scientific field, lies in his proposal of an *anthrosociology*, which defends positivities (creativity, resistance and diversity) in the mixed-race national identity, and its disassociation from social and economic backwardness. The lack of development is understood by him as the effect of the lack of a democratization of power and capital. This inspired his disclosure and social criticism in the novels, which have become his innovative contribution to the literary field. In the political field his contribution is his idea of democracy. The theoretical and methodological foundation on which the present work is based is the theory of reflexivity of Pierre Bourdieu, highlighting the concepts of *Field* and *Habitus*. This research belongs to the ambit of studies of intellectual trajectories, more specifically, in the field of Brazilian social thought.

Key Words : Intellectual trajectory; Brazilian Social Thought; Democracy; Miscegenation: *Field* and *Habitus*

RÉSUMÉ

Le présent travail a pour objet l'interprétation sociologique des réalisations de José Américo de Almeida dans le contexte des années 1920-1960, soit, au cours d'une période marquée par la modernisation industrielle, par les transformations politiques et artistiques ainsi que par la formation de la pensée sociale au Brésil. On cherchera à mettre en relief les aspects de sa trajectoire intellectuelle qui dénotent des contributions pour les Sciences Sociales. Ces contributions ont trouvé leur concrétisation dans des oeuvres et des actions relevant des champs littéraire, politique et scientifique. Les questions que nous débattons ont leur source dans le dialogue entre les interprètes de la Nationalité et l'intellectuel de la Paraíba, au sujet du processus d'institutionnalisation des Sciences Sociales au Brésil. Elles impliquent l'analyse des oeuvres de ce dernier, à savoir, des textes scientifiques, des mémoires, et la correspondance. Elles tournent autour de thématiques relatives au Brésil moderne, démocratique, et racialement mélangé. La conclusion est que l'apport scientifique de José Américo dans la formation de la pensée sociale brésilienne réside dans sa proposition d'une *anthropossociologie*, dans laquelle sont défendus des atouts positifs comme la créativité, la résistance, la diversité, en tant que composants d'une identité nationale racialement mélangée et la dissociation de celle-ci d'un supposé retard social et économique. Dans cette proposition, il s'avère plutôt que la carence du développement résulte de l'absence de démocratisation du pouvoir et du capital. Telle est du reste l'inspiration de la critique sociale dans le roman de José Américo, qui passe pour une contribution innovatrice dans le champ littéraire comme l'est, dans le champ politique, son idée de démocratie. Le référentiel théorique et méthodologique du travail s'appuie sur la théorie de la réflexivité de Pierre Bourdieu, en particulier les concepts de *champ* et d'*habitus* du sociologue français. La recherche s'insère dans le registre de la trajectoire intellectuelle, plus spécialement dans le champ de la pensée sociale brésilienne.

MOTS-CLÉ: Trajectoire intellectuelle; Pensée sociale; brésilienne; Démocratie; Minscégénation; Champ Habitus.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA TRAÇOS DE UMA TRAJETÓRIA.....	18
1.1 CONSIDERAÇÕES BIOGRÁFICAS.....	21
1.2 CONTEXTOS CIENTÍFICO, LITERÁRIO E POLÍTICO.....	27
1.2.1 Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil.....	30
1.2.2 Modernismo Regionalista no Brasil.....	33
1.2.3 Processos Políticos no Brasil República de 1920 - 1960.....	41
2. APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM TORNO DA OBRA DE JOSÉ AMÉRICO.....	54
2.1 PANORAMA DE ESTUDOS AMERICISTAS.....	54
2.2 BOURDIEU E A REFLEXIVIDADE: UM CAMINHO PARA ESTUDO DE TRAJETÓRIAS.....	64
3. DISCUSSÃO SOBRE O NACIONAL.....	75
3.1 O BRASIL DO FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX.....	75
3.2 O SENSO DA DISTINÇÃO: OS INTÉRPRETES.....	82
3.3 OS AGENTES EM TRAVESSIAS TEMÁTICAS.....	86
3.4 O MERCADO INTELECTUAL E SUAS TROCAS.....	107
4. CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DE JOSÉ AMÉRICO.....	117
4.1 HOMEM DA CIÊNCIA.....	117
4.2 HOMEM DAS LETRAS.....	134
4.3 HOMEM PÚBLICO.....	151

4.3.1 Memórias, autobiografia e crônicas.....	153
4.3.2 Discursos políticos, relatórios e entrevistas.....	166
4.4 TRAJETÓRIA PENSADA.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
OBRAS DO AUTOR.....	205
OBRAS SOBRE O AUTOR.....	207
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	209
ANEXOS.....	216
Figura 1.....	217
Figura 2.....	218
Figura 3-A.....	219
Figura 3-B.....	220
Figura 4.....	221
Figura 5-A.....	222
Figura 5-B.....	223
Figura 6.....	224
Figura 7-A.....	225
Figura 7-B.....	226
Figura 8.....	227
Figura 9-A.....	228
Figura 9-B.....	229
Figura 10.....	230
Figura 11.....	231

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos na perspectiva de uma sociologia de vida intelectual no campo das Ciências Sociais tiveram início no Brasil, a partir de projetos desenvolvidos pelo IDESP¹, sob a coordenação do Prof. Sérgio Miceli, com participação de outros pesquisadores vinculados à USP e UNICAMP, como Maria Hermínia Tavares de Almeida, Fernando Novais, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Mariza Corrêa, Lília Moritz Schwarcz, Heloísa Pontes, Silvana Rubino, Fernando Limongi e outros. Atualmente essas pesquisas tem sido desenvolvidas, destacadamente, no GT Pensamento Social no Brasil, vinculado à ANPOCS².

É nesse ambiente que a nova área de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais no Brasil começa a tomar forma e, pelo seu caráter multidisciplinar, passa a abranger não apenas as três disciplinas da base sociológica – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – mas também Literatura, História, Geografia, Filosofia, entre outras.

Tal abrangência permite o alargamento da compreensão relativa aos processos ideológicos que engendraram o pensamento social brasileiro. E, por essa razão, o reconhecimento alcançado pelas pesquisas sobre trajetória intelectual possibilita, em meio a uma polifonia teórica, a atualização dos debates enraizados no pensamento sociológico que busca responder como as ideias e as atividades partilhadas em um específico contexto podem se

¹ Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo

² Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

distinguir pelo processo de classificação e definir o pertencimento de certas personalidades a um determinado campo.

Nosso estudo, **Trajetória Intelectual de José Américo: Contribuições para o Pensamento Social Brasileiro**, consiste numa pesquisa de natureza bibliográfica e documental do tipo qualitativa que busca interpretar sociologicamente a atuação de José Américo de Almeida, no contexto social compreendido entre os anos 1920 e 1960, período marcado pela modernização industrial, por transformações políticas e artísticas e por discussões que forjaram o pensamento social brasileiro. Sobretudo pretende-se destacar aspectos da trajetória intelectual desse escritor os quais denotam suas contribuições para as Ciências Sociais, por meio de obras e ações nos campos científico, literário e político.

A discussão é encaminhada no sentido de estabelecer um diálogo com representantes de algumas correntes de pensamento encontradas na base da formação das Ciências Sociais no Brasil. Esses representantes enfatizaram o debate em torno da constituição do Nacional, marco fundador para uma vasta produção ensaística que, por sua vez, delineou um corpo de saberes no *campo* científico, na segunda metade do século XIX e início do século XX.

É no limiar desse contexto sócio-histórico que surgem as formulações do pensamento social no Brasil, como produto de extensa pesquisa reunindo um conjunto de intelectuais voltados para a construção do Estado/Nação brasileiro. Essa tarefa movimentou o *campo* científico na busca por conferir inteligibilidade àquelas formulações, num ambiente de aceleradas mudanças em todo o mundo. Daí a necessidade desses intelectuais situarem o Brasil nos contextos internacionais, no intuito de firmar sua identidade nacional no espaço

da modernidade, algo tido como pressuposto para a superação do atraso aferido pelas constatações comparativas com o mundo europeu moderno e industrioso.

A efervescência desse ambiente científico e comparativo animou o interesse de intelectuais – dentre os quais destacamos: Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Manuel Bomfim, Oliveira Viana, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e José Américo de Almeida – em torno de uma profícua discussão sobre o processo de modernização e a democracia no Brasil miscigenado. Os debates eram vinculados a uma visão da história de progresso da nação, a partir do que se buscava a identidade do brasileiro e o delineamento das perspectivas de futuro para a nação. Esses elementos, portanto, contribuíram para a constituição de um *campo* de disputas no âmbito científico.

Mais especificamente, o lastro temporal de nossa proposta de pesquisa é demarcado a partir de três contextos: Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; Modernismo Regionalista no Brasil e Processos Políticos do Brasil República entre 1920 e 1960. Nessa contextura, apreciaremos a produção intelectual de José Américo representada em seus diversos gêneros: ensaio, romance, novelas, poemas, autobiografia, cartas, memórias, discursos políticos, relatórios, entrevistas e crônicas, buscando captar em seu percurso intelectual contribuições para a construção do pensamento social brasileiro.

Para empreendermos essa tarefa de pesquisa, partimos do pressuposto bourdieusiano de que o conhecimento se efetiva no mundo social como pensamento relacional, através da ação engajada de agentes, uma vez que estes, em seu *campo* específico, possuem um conhecimento prático do

mundo e aplicam esse conhecimento em suas atividades cotidianas. Assim, utilizamos as noções de *campo* e *habitus* buscando a compreensão do universo de trocas no mercado intelectual e suas disposições definidas por vias classificatórias que produzem o efeito da legitimação do monopólio do espaço social. À luz desse aporte teórico, propomos elaborar uma interpretação sobre a obra de José Américo, ressaltando sua participação na construção do pensamento social brasileiro, sua visão relativa à identidade Nacional, à modernização e à democracia.

Nosso estudo parte de uma conjectura ancorada na prévia compreensão de que o pensamento antropológico de José Américo, além de elaborar-se como pensamento sobre a identidade nacional, levantando relevantes questões sobre a improvável relação de causa e efeito entre o atraso social e econômico e a miscigenação, tornou-se a base da inspiração de sua obra em prosa e dos discursos políticos em defesa da democracia. Conjecturamos também que José Américo fez parte de uma geração de intelectuais que contribuíram para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, tendo produzido uma obra de relevante valor para o campo científico, embora o seu pensamento tenha sido subvalorizado em relação aos cânones antropológicos e sociológicos.

Esse trabalho integra a Linha de pesquisa TEORIA E PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e contribui para a ampliação dos estudos do grupo de pesquisa - GEB - Grupo de estudos sobre o pensamento Brasileiro, vinculado ao CNPq.

O estudo apresenta-se estruturado em quatro capítulos.

No primeiro, Traços da Trajetória de José Américo, apresentamos dados biográficos desse autor e referências sobre a influência de determinados traços e situações próprias do contexto social brasileiro que se tornaram marcantes em seu percurso intelectual, a saber: a institucionalização das Ciências Sociais; o modernismo regionalista no Brasil e os processos políticos no Brasil República entre 1920 e 1960.

No segundo, Aportes Teóricos e Metodológicos em torno da Obra de José Américo, descrevemos o panorama dos estudos já desenvolvidos sobre a produção americista e apresentamos o referencial teórico-metodológico a ser utilizado na abordagem dos textos tomados para estudo, cujas leituras serão iluminadas pela teoria da reflexividade bourdieusiana, ressaltando-se, especialmente, as noções de *campo* e *habitus*.

No terceiro, apresentamos a discussão sobre o Nacional. Situamos a referida temática do nacional nos desdobramentos do final do século XIX e início do século XX. Nessa temporalidade, busca-se apontar o senso da distinção entre os intérpretes desse tema, como orientação para a travessia no percurso temático, que compreende o processo de modernização e a construção da democracia no Brasil miscigenado, a partir dos agentes do interior do *campo* intelectual, na perspectiva de análise da efetivação das trocas ocorridas no mercado intelectual.

No quarto capítulo, Constituição do Pensamento Social de José Américo, analisamos e discutimos diversas obras, escritas em diferentes gêneros, e representativas de campos também diversos, didaticamente alocadas nas configurações expressas em “Homem da Ciência”, “Homem das

Letras” e “Homem Público”. Feitas essas análises, passamos a refletir sobre a constituição do intelecto americista como resultado de uma trajetória pensada.

1. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: TRAÇOS DE UMA TRAJETÓRIA

As pesquisas dedicadas ao estudo sociológico de trajetórias de vida intelectual no campo das Ciências Sociais são recentes no Brasil. Tratam-se de pesquisas que tem possibilitado, em meio a uma polifonia teórica, a atualização dos debates enraizados no pensamento sociológico, buscando responder como as ideias e atividades partilhadas em um específico contexto podem, pelo processo de classificação, distinguir e assegurar o pertencimento de determinadas personalidades a um determinado campo.

Nossa pesquisa contempla um estudo de trajetória ou sociologia de vida intelectual em José Américo de Almeida. Pretende-se, a partir desse enfoque, analisar aspectos da vida e da produção intelectual desse paraibano, dentro do contexto social e histórico do final do séc. XIX e início do séc. XX, buscando, sobretudo, situar o escritor no campo das Ciências Sociais.

Estudos de trajetórias ou sociologia de vida intelectual constituem-se como saber muito recentemente. Nesse novo campo, o intelectual se destaca como agente produtor de conhecimentos, capaz de cumprir uma função organizativa no mundo social, cuja abrangência envolve aspectos políticos, culturais, artísticos, científicos, entre outros. No interior desse *campo*, constituído como *locus* de disputas, configura-se o *habitus* como princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis que contemplam, ao mesmo tempo, o sistema de classificação de tais práticas e a composição intelectual de obras socialmente produzidas.

Essas considerações permitem aqui uma alusão ao modo de

participação do homem na história da humanidade. Parece ter sempre existido, nas civilizações, personalidades notáveis, homens instruídos, que se avizinhavam ao poder instituído para difundir suas ideias, cumprindo, com isso, uma função ideológica. Basta lembrar o papel dos mandarins na China, dos sábios na Índia, dos profetas no mundo religioso. Todos eles cumpriam uma vocação no mundo simbólico. Foi a separação entre a cultura científica e o conjunto de outros saberes que possibilitou a transformação dos antigos sábios em intelectuais.

Leclerc (2004) apresenta um estudo dessa tipologia intelectual, também denominada de *intelligentsia*, nascida na modernidade com a secularização. Para ele, a sociologia dos intelectuais constitui antes um programa, em vez de especialidade claramente definida. Essa sociologia se verifica em presença de grupos fazedores de discursos dos mais variados gêneros, visando a uma atividade essencialmente destinada à criação de um produto, um livro, um artigo de jornal, um artigo científico, uma partitura musical ou outra criação intelectual.

Além de produtores, esses grupos de personalidades são também consumidores dos produtos culturais. Enfim, são pensadores cujos trabalhos se tornam obras inovadoras e também cumulativas, e, no sentido dado por Leclerc, a acumulação de saber, de atividade criadora, não é possível sem uma dupla condição: a primeira diz respeito à evidência da existência da obra no domínio político; a segunda, a sua existência no domínio cultural. Em ambas as condições a atividade criadora necessita do espaço institucional para existir.

Em suma,

o intelectual moderno se caracteriza, no campo discursivo, pela prioridade dada à inovação (pesquisa científica, criação estética e intelectual) e, no campo político, pela importância que assume o chamado engajamento (LECLERC, 2004, p. 27).

Desse modo, os intelectuais modernos não são apenas difusores de ideologias, são principalmente produtores e criadores de sistemas de pensamento, imprimindo inovações ao mundo social com suas ideias. Todavia o reconhecimento de uma intelectualidade necessita de difusão e circularidade de sua obra, a qual se afirma entre seus pares, no interior do campo intelectual, o que só é possível pela lógica da distinção.

Nessas condições:

quase todas as obras trazem a marca do sistema de posições em relação às quais se define sua originalidade, e contêm indicações acerca do modo com que o autor pensou a novidade de seu empreendimento, ou seja, daquilo que o distinguia em seu entender, de seus contemporâneos e de seus antecessores (BOURDIEU, 2005, p. 112).

Nesse sistema de produção, as relações são objetivadas entre as diferentes instâncias de produção e circulação, gerenciadas por leis próprias do campo. “Essa mesma lei que impõe a busca da distinção, impõe também os limites no interior dos quais tal busca pode exercer legitimamente sua ação” (BOURDIEU, 2005, p. 109).

Nessa perspectiva, o estudo de trajetórias Intelectuais se constitui como uma abordagem teórica específica, relacionada a um tipo de formação social organizada e estruturada num *campo* de produção de saberes. Trata-se de estudo cujo nível de articulação baseia-se na análise das relações diferenciadas, concebidas a partir das dimensões políticas e ideológicas

imanentes ao jogo de relações entre os diferentes posicionamentos de seus *agentes no campo*.

Essa abordagem enfatiza a observação do movimento dos agentes em determinado campo, uma vez que nele o intelectual se posiciona de formas distintas. A figura do intelectual deve aqui ser compreendida no sentido gramsciano, ou seja, como todo aquele que cumpre uma função organizativa na sociedade, seja qual for o *campo* do seu engajamento. Na perspectiva bourdieusiana, o referido sentido se amplia, pois, de acordo com essa teoria, o

intelectual se constitui como tal, intervindo no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto grau de independência em relação a poderes (BOURDIEU, 1996, p. 150).

Ainda na perspectiva de Bourdieu, a função organizativa elabora-se a partir do *habitus*, uma posição de classe do intelectual em seu desenvolvimento histórico, no caso, sua trajetória.

Colocados esses fundamentos, a partir de anotações biográficas pontuais e de discussões em torno do contexto formador das Ciências Sociais e do Modernismo no Brasil, pretende-se refletir sobre os campos de atuação do intelectual José Américo de Almeida, a saber, Homem da Ciência (campo científico), Homem das Letras (campo artístico-cultural) e Homem Público (campo político).

1.1 CONSIDERAÇÕES BIOGRÁFICAS

José Américo de Almeida era filho do casal Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. Nasceu em 10 de janeiro de 1887, no

Engenho Olho D'Água, município de Areia, localizado na microrregião do Brejo Paraibano, historicamente conhecida por suas riquezas culturais e artísticas.

No município de Areia, encontram-se localizados o Museu Pedro Américo, que abriga réplicas das obras do pintor Pedro Américo; o Teatro Minerva, inaugurado em 1859, e antigas igrejas e casarios, arquitetonicamente construídos nos moldes do estilo Clássico, integrado ao *Art Déco*. Naquela região floresceram muitos engenhos produtores de cachaças, hoje, premiadas internacionalmente.

Além dos intelectuais Pedro Américo e José Américo de Almeida, podemos encontrar na história da cidade de areia uma torrente de outros intelectuais que também compõem a história paraibana. São eles: Abdon Felinto Milanês, músico erudito, compositor e teatrólogo; Adauto Aurélio de Miranda Henriques, sacerdote que se notabilizou por suas ideias libertarias; Aurélio de Figueiredo, irmão mais jovem do pintor Pedro Américo, também pintor, escultor, desenhista e caricaturista; e ainda os destacados políticos: Domício Gondim Barreto, Elpídio Josué de Almeida, Plínio Lemos e Valfredo Soares dos Santos Lea. Este último, tio de José Américo e seu principal incentivador para que ingressasse na carreira política, foi mais tarde seu aliado na carreira política contra Epitácio Pessoa.

José Américo iniciou seus estudos na casa grande, onde residia em companhia dos seus pais, com a professora Júlia Leal. Aos onze anos de idade, passou a morar com o tio paterno, o Padre Odilon Benvindo de Almeida, que lhe iniciou no ambiente religioso. Em 1901, ingressa no Seminário Católico de João Pessoa, indo, depois dessa primeira etapa de estudos, cursar o ginásio no Liceu Paraibano e, posteriormente, a Faculdade de Direito do

Recife, onde se tornou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1908.

O regresso de José Américo à Paraíba coincide com o início de sua carreira como homem público, quando, em 1909, é nomeado Promotor Público da Comarca de Sousa. No ano seguinte, casa-se com D. Alice Azevedo Melo e, em 1921, é nomeado Consultor Jurídico do Estado.

Sua primeira obra ficcional, a novela **Reflexões de uma Cabra**, foi escrita em 1922. Naquele mesmo ano, é nomeado Procurador Geral do Estado. Em 1923 publica o ensaio: **A Paraíba e seus problemas**. Essa obra, segundo a crítica, constitui o seu laboratório para **A Bagaceira**, romance publicado em 1928³, através do qual José Américo alcançou a notoriedade. **A Bagaceira** representa, no cenário literário, um marco para a geração de um conjunto de outros romances que irão compor a linhagem de romances do modernismo regionalista brasileiro.

Um dos importantes trabalhos de Américo de Almeida na área cultural foi a organização do “Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo (1926)”, para a qual contou com a colaboração de importantes personalidades como Gilberto Freyre, Olívio Montenegro, José Lins do Rego entre outras. Naquela oportunidade, foi lançado o “Manifesto Regionalista”, de autoria de Gilberto Freyre, em cuja redação apresentou fundamentos para a defesa de valores regionais.

O ingresso de José Américo na vida política do país deu-se a partir de 1929, quando se elegeu Deputado Federal; todavia, por intervenção do Governo Federal, não conseguiu assumir o cargo, retornando à Paraíba, onde,

³ Hoje com trinta e duas edições em língua portuguesa e versões em Espanhol, Francês, Inglês e Esperanto.

no ano seguinte, foi nomeado Secretário de Segurança e Assistência Pública pelo Presidente João Pessoa. No mesmo ano ele assumiu a chefia civil da Revolução de 1930, no Norte e Nordeste. Com a morte de João Pessoa, foi proclamado Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte, até a posse de Getúlio Vargas.

Em 1932, foi convocado para assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas (**Fig. 1 em ANEXOS**), e em nome do Estado da Paraíba, enviou ao Governo sua carta de aceite (**Fig. 2 em ANEXOS**). Nesse mesmo ano, José Américo sobreviveu a um desastre aéreo no litoral da Bahia, no qual morreu o seu amigo Anthenor Navarro.

No ano seguinte ele publica o seu primeiro relatório, intitulado **O Ministério da Viação no Governo Provisório**. E em 1934, depois de pedir exoneração do Ministério de Viação e Obras Públicas (**Figs. 3-A e 3-B em ANEXOS**), é nomeado Embaixador no Vaticano, cargo ao qual renunciou em pouco tempo. Ainda nesse mesmo ano, publica a segunda parte do Relatório, com título **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**.

Em 1935, elege-se Senador, mas renuncia ao mandato três meses depois, seguindo-se a esse episódio uma solicitação do próprio José Américo ao Presidente Vargas para ser nomeado para o Tribunal de Contas da União (**Fig. 4 em ANEXOS**), pedido que foi prontamente atendido (**Figs. 5-A e 5-B em ANEXOS**). Ainda em 1935 publica mais duas novelas: **O Boqueirão e Coiteiros**.

Em 1937, como candidato oficial do Governo e apoiado por 17 Estados, candidata-se à Presidência da República, mas em seguida desiste do propósito. Com o golpe de Vargas, instala-se no Brasil a ditadura do Estado

Novo e, com isso, José Américo retorna à Judicatura Fiscal da Paraíba. Nesse contexto, ele publica o livro **1945**, em que reúne uma coletânea de discursos e entrevistas pronunciadas naquele período ditatorial. Em meio a essas entrevistas, destaca-se uma concedida ao Jornalista Carlos Lacerda, do jornal Correio da Manhã, uma vez que essa entrevista conseguiu romper a censura que havia à imprensa.

Em 1946, José Américo e outros políticos fundam a UDN - União Democrática Nacional – que o apóia como candidato, por eleição indireta, à Vice-Presidente da República. Todavia essa candidatura foi rejeitada pelo Colegiado. No ano seguinte, foi eleito Senador da Paraíba, por seu Partido. E em 1950, tornou-se Governador desse mesmo Estado, cargo do qual tomou posse no ano seguinte. Em 1952, cria a Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande.

Outra obra importante na trajetória intelectual de José Américo foi **Secas do Nordeste** e o livro de crônicas **Ocasos de Sangue**, ambas publicadas em 1953, ano em que é novamente convocado pelo Presidente Vargas para assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas. Ao retornar ao Governo do Estado da Paraíba, em 2 de dezembro de 1955, ele sanciona a LEI Nº 1.366 que funda a Universidade da Paraíba, o que o leva a deixar o Governo do Estado para atuar como Reitor da Universidade.

Em 1958, volta a se candidatar a Senador da República pela UDN, mas não é eleito. Em 1959, ele se retira do campo político e passa a se dedicar exclusivamente à literatura.

Um aspecto interessante observado na vida de José Américo é que, mesmo afastado do campo político, ele continuou influenciando a política

paraibana. Outro fato curioso foi o modo como passou a ser designado, “o *solitário de Tambaú*”, após o falecimento da sua esposa, em 1962.

Em 1965, ele toma posse na Academia Paraibana de Letras, passando a ocupar o lugar que era de Raul Machado. Nesse mesmo ano, publica mais dois livros: **Discursos do seu tempo** e **A palavra e o tempo**. Dois anos depois, em 1967, toma posse na Academia Brasileira de Letras, em substituição a Tobias Barreto. Os discursos proferidos por ele próprio e por Alceu de Amoroso Lima, naquela ocasião, foram publicados pela Secretaria de Educação e cultura do Estado da Paraíba.

Em 1968, o então consagrado escritor publica o livro **O Ano do Nego**; em 1970, **Eu e Eles**; em 1973, publica poesias em livro intitulado **Quarto Minguante** e em 1976, sua autobiografia **Antes que me esqueça**. Em 1977, recebe o título de "O Intelectual do Ano", da União Brasileira de Escritores, obtendo como premiação o troféu “Juca Pato”.

No dia 10 de março em 1980 falece na cidade de João Pessoa, sendo sepultado com honras de Ministro de Estado. Depois de sua morte, a casa onde residia foi transformada na Fundação Casa de José Américo, criada com a Lei nº 4.195, de 10 de janeiro de 1981, e reconhecida como de utilidade pública, pelo Decreto Federal nº 93.712, de 15 de dezembro de 1986. Essa Fundação, além de museu e biblioteca, abriga o vasto acervo cultural das obras americanista, entre manuscritos, cartas, fotos e peças de áudio e vídeo.

Vê-se nessa breve biografia que José Américo fez parte de uma geração que procurou analisar, compreender e se posicionar em torno da formação e desenvolvimento do Estado-Nação, cuja problemática girava em torno da modernização, democratização e busca pela identidade nacional.

1.2 CONTEXTOS CIENTÍFICO, LITERÁRIO E POLÍTICO

A busca pela identidade nacional historicamente tem sido associada às ideologias racistas, na tentativa de se distinguir o que efetivamente é próprio de um país. Desse modo, as discussões em torno do que é nacional aqui no Brasil, no contexto específico do final do século XIX e início do século XX, pretenderam, prioritariamente, delinear essa identidade em face de um mundo conturbado por grandes transformações científicas e sociais.

Nesse aspecto, o questionamento de temas como raça⁴ e nação, dentre outros, efetivado pela intelectualidade brasileira nos fins do século XIX e início do século XX, partia de um imaginário

país despossuído de povo, ao qual faltava identidade para constituir e formar uma nação moderna. Tinha uma população mestiça, sem características próprias, que fossem definidas e homogêneas - não possuía face, não possuía identidade (NAXARA, 1998, p. 39).

Tal imaginário performativo visava delinear a identidade formadora do povo brasileiro em meio aos processos de misturas no país miscigenado. Daí, estarem os discursos sobre pertencimento, tão recorrentes na modernidade, atravessados pela questão da identidade. A ênfase dada à problemática da identidade advém do grito permanente que essa ideia comporta nos discursos sobre nação e região, determinando um corpo de tradições que uma sociedade busca definir a fim de estabelecer suas próprias características identitárias, ou seja, é o mesmo que confrontar as alteridades objetivando especificar as diferenças.

⁴ Ao longo do Século XX, o termo raça, que antes definia um conjunto de indivíduos que possuía determinadas características hereditárias em comum, foi substituído pela categoria população.

Se considerarmos as nações no contexto global, cujas interconexões entre regiões por via do capital sinalizam os processos de diferenciação entre elas nas esferas social, econômica e/ou cultural, não haveremos de desconsiderar essa realidade na composição da identidade nacional brasileira. Entretanto, é mister saber que as identidades são construídas dentro de um processo discursivo, razão pela qual precisamos compreendê-las no interior de uma formação histórica.

Desde o início do séc. XX, as transformações em processo giravam em torno do ideal de desenvolvimento e progresso da sociedade brasileira, fato orientado pela busca de uma nova ordem alavancada pela racionalidade científica e representada pelos “homens de ciencia” e “homens de letras” (SCHWARCZ, 1993). O emprego dessa classificação ocorre, no final do século XIX, para caracterizar um grupo de intelectuais que exerceram grande influência no período entre Guerras, autorepresentados como fundamentais para as soluções e os destinos do país, e que estariam interessados em lutar pelo progresso científico da nação.

Embora designados de modos diversos, sábios, filósofos, literatos, escritores, dentre outros, os intelectuais sempre existiram “em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico...” (BOBBIO, 1997, p. 11). São eles que, através da sua produção, transmitem ideias e visões de mundo, sempre a serviço das ideologias com as quais estão comprometidos. Desse modo é que esses intelectuais, preocupados em desvendar a marcha para o desenvolvimento no final do século XIX e início do século XX, influenciaram algumas interpretações da história brasileira, a fim de projetá-la num futuro de ordem e progresso.

O período entre Guerras caracterizou-se por uma profunda crise que atingiu a todos os países capitalistas. Além do sentimento de derrota dos liberais, a falência do projeto de esclarecimento colocou as ideias da razão e racionalidade em cheque. Em face desse turbilhão, os Estados nacionais precisavam se reorganizar em torno de uma coesão de forças, das quais resultaram a composição de uma base ideológica para vasta produção intelectual.

Sobre isso Vale lembrar o que ocorreu após o Tratado de Versalhes, quando uma nova redistribuição de poder entre os países proporcionou o fortalecimento de EUA, França, Inglaterra, Itália, passando esses países a exercerem forte influência cultural sobre outros economicamente dependentes. Para Skidmore, a Primeira Guerra Mundial foi uma espécie de

catalisador para os esforços do movimento nacionalista nascente no Brasil ao divulgar a doutrina de que o país só poderia sobreviver e prosperar reconhecendo e aproveitando o caráter específico de sua identidade (SKIDMORE, 1998, p. 137).

Assim, a busca por uma simbologia do Nacional no Brasil movimentou a intelectualidade nos campos da arte e da ciência e, especialmente nesse último, as discussões sobre identidade nacional acabaram por forjar o pensamento social. Já no campo das artes, a partir da década de 1920, o movimento ali surgido alcançou o auge da mais profunda ruptura com a influência colonizadora. Tal ruptura, que não se deu de forma linear, sinalizava a ânsia pelo estilhaçamento de valores e formas de expressão passadistas e, simultaneamente, pela reunião de elementos locais que pudessem gravitar em torno de uma representação do nacional.

Nas ciências Sociais, a busca por essa representação identitária operava-se em função do progresso e da modernização da sociedade, no contexto de nascimento da República e do capitalismo, em tensão com as diferentes visões sobre a noção de Estado.

1.2.1 Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil

A institucionalização da Antropologia e Sociologia no Brasil, segundo Azevedo (1994), tem sua origem no renascimento dos estudos históricos, que impulsionaram as investigações de caráter científico na segunda metade do século XIX. Período em que ocorreu a publicação e difusão de documentos, depoimentos, narrativas de viajantes, cartas e crônicas de missionários, que não só alargaram o campo de investigação como também atraíram historiadores, etnólogos e sociólogos empenhados na reconstituição de nossa história, no estudo das culturas primitivas e na análise da estrutura social e econômica da sociedade colonial.

A ultrapassagem dessa fase pré-científica se revela num novo ambiente em que o principal objeto de estudos e reflexões já não eram os aborígenes, mas a própria sociedade brasileira em formação, inaugurando uma nova fase de estudos etnológicos de caráter propriamente científico.

Essa nova fase tem início no século XIX, uma época que coincide com as grandes expedições brasileiras e com as grandes explorações de naturalistas e etnólogos no interior do Brasil e se alonga até os primórdios do século XX. Esse período se caracteriza não apenas pelo alargamento do campo de pesquisas, mas também pela aplicação do espírito e dos métodos

científicos.

As grandes mudanças ocorridas no Brasil, no início do séc. XX, provocadas pelo primeiro período de industrialização e pela ebulição da Revolução de 1930 repercutiram rapidamente na esfera cultural, enfraquecendo a antiga influência das oligarquias dominantes para dar lugar à predominância de um espírito liberal socializante, inaugurando, assim, um período fecundo de atividades científicas em diversos campos de investigação.

Esse ambiente de grande efervescência intelectual propiciou o surgimento de dois núcleos de pesquisas, onde se desenvolvem duas correntes de pensamento e de investigação, a antropologia física e a antropologia cultural.

Ao lado dos estudos sobre os índios, iniciam-se as investigações antropológicas sobre os negros. Esse período efervescente de estudos sociológicos expressa-se nos domínios da cultura com a criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que abre largas perspectivas às atividades científicas, por inserir em seus cursos não só as cadeiras de etnografia e língua tupi-guarani, mas também a de antropologia.

Na sequência desse período, no segundo quartel do século XX, instalaram-se no país, sistematicamente, o ensino e os estudos de Sociologia, alargando também o seu objeto de investigação e dando continuidade ao longo processo de evolução do pensamento sociológico, no qual estão incluídos os estudos dos diversos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira. Nesse momento, espalha-se o estudo e o ensino de sociologia nas intuições escolares, promovendo o impulso necessário para

assegurar a organização, a continuidade e o progresso da sociedade, em processo de transformação de suas estruturas econômica e social.

Nesse contexto de revolução intelectual, surgem movimentos de renovação em diversos setores, como o das letras e das artes, o da educação e o da política, ao tempo em que cresce o interesse pelos estudos científicos das realidades sociais, motivando a formação de centros de estudos e pesquisas sociológicas e antropológicas. Esse foco de estudos sobre a realidade brasileira abriu, a partir de 1942, na história da Sociologia no Brasil, uma nova fase, a partir da qual foi possível colher os primeiros resultados sobre o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Além disso, o crescente progresso científico deu novo impulso aos estudos e pesquisas nos domínios da Sociologia e da Antropologia Cultural, fazendo surgir uma nova geração de especialistas que põe em movimento um processo de racionalização da atividade intelectual, “cujo ápice ocorre com a constituição das universidades” (MICELI, 1995, v.2 p. 113).

A universidade constitui um *campo* cujo objetivo é formar cientistas, um corpo de profissionais que se realiza no campo do saber institucionalizado, definindo a própria estrutura do campo. Daí, compreendermos a importância da relação entre a institucionalização das Ciências Sociais e a emergência desses profissionais, cujo trabalho especializado tem efeitos diretos na constituição de um campo.

Soma-se a esse contexto aglutinador, propiciado pela institucionalização das ciências sociais, a expansão da atividade intelectual no campo literário, onde se destaca a atividade intelectual de escritores preocupados em valorizarem a cultura brasileira e se aprofundarem no conhecimento do

Brasil/Nação, este não mais idealizado pela visão romântica, mas redescoberto pelo brasileiro que aspira à liberdade de expressão e à construção da identidade nacional.

Nesse ambiente, desponta o escritor José Américo de Almeida, cujo modo de participação fez dele um autor que soube imprimir em sua obra um pensamento que transita entre a academia e o parlamento, entre a reflexão e a ação política, expressando-o amplamente em diferentes gêneros discursivos, ora de natureza não ficcional (ensaios e discursos) ora de natureza ficcional quando surge na cena artísticocultural do seu tempo como autor de **A Bagaceira**, romance que inaugura o romance moderno brasileiro.

1.2.2 Modernismo Regionalista no Brasil

O Modernismo no Brasil foi Inaugurado com a Semana de Arte moderna de 1922, deflagrando um processo social e histórico que, para além das rupturas no plano estético, representou uma denúncia e uma crítica social, num contexto de emergência de uma nova civilização, marcada pelos adventos da industrialização, consolidação da República e crise social de um país agrário e subdesenvolvido.

A Semana de 22, da qual participaram muitos intelectuais, foi um movimento de grande efervescência social e cultural, representada nas várias expressões da arte, literatura, música, pintura, escultura, teatro, cinema, arquitetura. Os mentores intelectuais desse evento

enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade como o modo de

vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional. E a elevação do nível cultural e material da população (SEVCENKO, 2003. p.97).

Essas manifestações, além dos fatores da conjuntura social brasileira, eram fortemente influenciadas pelas vanguardas europeias, o que propiciou o surgimento de uma nova mentalidade que revolucionou não apenas o plano estético, mas também instituiu novas formas de pensar o Brasil.

A bandeira contestatória para a mudança da condição nacional coube, no primeiro momento, à intelectualidade da região paulista, onde questões de interesses localizados no eixo Sul-Sudeste conferiam ao Movimento pela modernização social do país certo caráter regional. Entretanto, a partir de meados da segunda década do séc. XX, o movimento ganhou o contexto Global, transcendendo as fronteiras do Local para se tornar um fenômeno de projeção Nacional, com a difusão de suas ideias por meio de vasta produção intelectual em jornais e revistas como Terra Roxa e outras Terras, Papel e Trinta, Klaxon, A onda, Verde, Festa, Antropofagia, exemplarmente, e de Manifestos como Pau-Brasil, Regionalista de 1926, Antropofágico e Verde e Amarelo.

O princípio que os unia era o ideal de renovação das artes, valorização da cultura nacional e participação da reconstrução do Brasil Moderno, oferecendo-lhe uma contribuição para o seu desenvolvimento e progresso. Tratava-se, portanto, de um processo que exigia ruptura com a herança colonial, na perspectiva de interferir no futuro da Nação.

Embora o modernismo brasileiro representado pela semana de 22 tenha consistido num fenômeno estético vanguardista, arrogando-se como promotor

do completamente “novo”, em certo sentido, reproduzia concepções da arte importada da Europa. Essa forma de mimese chocava-se com as vertentes estéticas que defendiam a originalidade, na perspectiva de construir uma brasilidade pensada a partir da localidade cultural. E, como o pensamento sobre essa cultura era fundado em referências tomadas a partir da região Sudeste, não podia deixar de haver algum tipo de suspeição no tocante à produção estética do resto do país.

Possuindo o Brasil dimensões continentais, onde se observavam singulares diferenças regionais, meios de transporte e de comunicação precários e, além disso, vivenciando problemas do localismo no âmbito da sua representação política, centralizada em São Paulo e Minas Gerais, favoreceu-se um ensimesmamento do Centro-Sul, cujo resultado se expressa numa autoimagem de superioridade, atestada pelo sucesso, progresso e desenvolvimento da urbe paulistana. Por essa razão, os discursos sobre a nação e sobre o significado de ser moderno, ideologicamente, tiveram a tendência de se construir a partir das ideias dessa região.

Nesse contexto, o Manifesto Regionalista de 1926 trouxe em seu escopo atitudes e tendências de uma geração nova de jovens intelectuais e artistas, chamados de “Regionalistas-Tradicionalistas-Modernistas” do Recife. Jovens estes que, ora discordando ora concordando com as posições “Modernistas” do eixo Rio – São Paulo, compreenderam como irrelevante a distinção entre o regional e o universal ou entre o tradicional e o moderno. Para eles, a concepção sobre o que é regional em oposição ao universal, no cenário do Modernismo brasileiro, reclama uma discussão sobre as implicações sociais e políticas envolvidas na definição do termo regional, uma vez que região

não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta móvel e atravessada por diferentes relações de poder (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 37).

Essa noção revela um pressuposto ideológico como produto de uma operação que extrapola a espacialidade e adentra a produção do discurso. O paradigma regionalista pode ser compreendido a partir desse fundamento.

O Modernismo Caracteriza-se como um importante fenômeno na literatura o qual teve início na segunda metade do século XIX, momento em que todo um ideário cientificista estava direcionado para o progresso, cujo ordenamento civilizatório, trazia uma nova racionalidade, na perspectiva de colocar as populações na marcha do desenvolvimento. Neste contexto, teorias raciais disseminadas passaram a fazer parte do debate científico no Brasil. E como objeto de reflexão, a miscigenação expandiu-se para o debate sobre a nação e os futuros impasses dela advindos no país miscigenado.

Assim, o despertar para o nacional, no âmbito literário, nasce com o Romantismo, que buscou afirmar a identidade da nação através de suas peculiaridades imanentes, observadas em seus traços naturais e idiossincrasias sociais. Embora haja alguma coincidência com os pressupostos regionalistas que vão se desenvolver na primeira metade do século XX, o Regionalismo que nasce com a fase romântica é genuinamente diferente, uma vez que se ergue sob as bases de um idealismo da natureza e da sociedade, com raras expressões de criticidade, em geral, uma forma de escapar da dimensão caótica do presente, voltando-se para um passado idílico.

Foi somente no início do século XX que um regionalismo mais realista começou a se desenvolver, com os romances realistas/naturalistas e as obras

do chamado Pré-Modernismo. Contudo, o movimento ganha impulso e identidade moderna a partir do Manifesto Regionalista de 1926, quando são acrescentadas às descrições do realismo presentes no romance a denúncia e a crítica.

Nessa perspectiva, o regionalismo é aqui tomado como processo que torna o espaço significativo. Embora tenha sua gênese a partir da visão modernista que se desenvolveu no âmbito da Literatura Brasileira, o Regionalismo foi designado por Mario de Andrade, um dos líderes do Movimento Modernista, como “Velha praga”, em artigo publicado no Diário Nacional de São Paulo, em 14 de fevereiro de 1928, que precisava ser combatida. Para os modernistas integrantes da semana de 1922 o Regionalismo destoava da visão moderna que se pretendia implantar, por buscar algo visto como limitado. Para Mario de Andrade, o Regionalismo é

mate aqui, borracha ali [...] pobreza sem humildade [...] caipirismo e saudosismo que não sai do beco e, o que é pior, se contenta com o beco. [...] Regionalismo, esse não adianta nada nem para consciência da nacionalidade. Antes a conspurca e depaupera-lhe estreitando por demais o campo de manifestação e, por isso, a realidade. O Regionalismo é uma praga antinacional. Tão praga como imitar a música italiana ou ser influenciado pelo estilo português (ANDRADE, 1928 apud LEITE, 1994, p. 669).

Essa ruptura proposta por Mario de Andrade evidencia uma visão ressentida, que se contrapõe ao proposto como fundamento no Manifesto de 1926. Uma *praga* a ser combatida é, no mínimo, desrespeitosa com o Projeto Regionalista proposto por Freyre e outros, justamente, por desmerecer o elemento que mais se aproximava das aspirações vanguardistas. Parece oportuno dizer que essa interpretação revela total inadequação aos fundamentos propostos no Manifesto de 1926. Na compreensão de Freyre, a

concepção regionalista expressa no Manifesto destaca o “novo” inspirando-se numa nova organização do Brasil, para isso

o caminho indicado pelo bom senso para reorganização nacional parece ser o de dar-se, antes de tudo, atenção ao corpo do Brasil, vítima, desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social; [...] Essa desorganização constante parece resultar principalmente do fato de que as regiões vêm sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os “direitos dos Estados”, outros, com as “necessidades de união nacional”, quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação interregional. [...] De modo que sendo esta a sua configuração, o que se impõe aos estadistas e legisladores nacionais é pensarem e agirem interregionalmente. [...] O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil (FREYRE, 1967, p. 31-32).

O Manifesto Regionalista de 1926 precisa ser entendido como mais uma entre tantas manifestações do modernismo. Seu caráter reivindicatório trouxe à tona questões ligadas à região Nordeste, no tocante ao desenvolvimento material e cultural que, para além de uma manifestação localista, objetivava construir uma articulação inter-regional no Brasil, fosse para romper com o “passadismo” - estética de ruptura -, fosse para participar da construção do Nacional como uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros, a partir da valorização da cultura que nasce das tradições orais, populares, folclóricas, dentre outras. Deste modo, a instituição do “novo” coloca em debate a inclusão do que é eminentemente nosso.

Comparativamente, é esse o ponto singular que nos possibilita identificar, no interior do Movimento Modernista inaugurado com a semana de 1922 em São Paulo, a prevalência de uma visão “sudestocêntrica” que, além de desconsiderar as diferenças inter-regionais, aderiu a certo mimetismo cosmopolita, importando costumes e valores estrangeiros da Europa civilizada,

aclimatando e distribuindo esses valores culturais a partir do Centro.

Assim, as ideias disseminadas a partir do Centro,

mesmo quando tematiza ou aproveita elementos culturais das regiões tradicionais - danças, festejos, cantorias, religiões de influência indígena e negra, paisagens tropicais - porque o faz desde a perspectiva da civilização. Exemplo disso seria Macunaíma, que começa na Amazônia, volta e meia foge para outros confins do Brasil, mas tem como centro, mimeticamente comprometido com a centralização política e econômica, a cidade de São Paulo (BOSI, 1988, p. 114).

É provável que o discurso construído a partir dessa visão “sudestocêntrica” tenha alimentado alguns dos pressupostos da Revolução de 30, cujo anseio era descentralizar o poder, democratizando suas estruturas e rechaçando qualquer tipo de subordinação à fração hegemônica Centro-Sul. Desse modo a

Ideologia regionalista, tal como surge, é, portanto, a representação da crise na organização do espaço do grupo que a elabora. Uma fração açucareira da classe dominante brasileira, em vias de subordinação a uma outra fração hegemônica (comercial-cafeeira), se percebe no seu *locus* de produção e no relacionamento deste *locus* com outros espaços de produção, de forma predominante aquela da fração hegemônica (SILVEIRA, 1984, p.17).

De um lado, o Centro-sul cafeeiro em processo de industrialização e do outro o Nordeste açucareiro e decadente. Com efeito, a bem equilibrada civilização dos modernos constroem seus discursos reforçando um imaginário social que vai repercutir na constituição dos espaços regionais hierarquicamente diferenciados. Daí a importância crítica do Movimento Regionalista do Nordeste. Pois, ao chamar a questão da bipolarização, põe em evidência uma nova organização do Brasil, tecida a partir da incorporação das diferenças, que se interconectam e se amalgamam na perspectiva de uma

nova construção social, política e cultural.

Esse pensamento nutrido pelo Movimento Regionalista do Nordeste fez surgir outro Nordeste, “que olhava sem saudade para a casa-grande, que sentia mesmo desconforto com o presente, mas que também virava as costas para o passado, a fim de olhar em direção ao futuro” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p.207). Neste sentido, vigorava o ideal de progresso, cujo lema era a construção do “novo” Brasil, moderno e democrático.

Discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada - e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora (BOURDIEU, 2005, p. 116).

Pensamento análogo foi expresso por José Américo e outros participantes do Movimento Regionalista do Nordeste no embate com os Modernistas paulistanos. O grupo que constituía o Movimento trouxe à existência uma região ignorada pelo centro de distribuição do poder. Eles tinham a consciência de que viviam um momento de gestação de uma nova estética, mas também entendiam que a região sul havia tomado para si o lugar do nacional, ao considerarem como regional apenas o que não fosse próprio de si.

José Américo compreendia que a literatura era um meio não só para trazer à tona a região esquecida dos poderes públicos; era também um espaço de denúncia sobre a condição de miséria do homem nordestino, com vistas à construção de uma nova ordem social, num Brasil mais moderno e democrático. Nesse sentido, sua obra, para além da produção intelectual escrita, estende-se para as ações do homem engajado.

1.2.3 Processos Políticos no Brasil República de 1920 - 1960

A Primeira Constituição Republicana, promulgada em fevereiro de 1891 e inspirada no modelo Norte Americano, inaugurou o sistema presidencialista no Brasil, consagrando a forma de governo liberal, federativa, com plena autonomia para os Estados e formalmente democrática.

O primeiro Presidente constitucional, Floriano Peixoto, assumiu o Governo com apoio de grande parte do exército e das oligarquias insatisfeitas com o Governo anterior. Contudo, ele enfrentou sérias dificuldades para conter os focos de insatisfação, notadamente expressos em revoltas armadas, acirradas pela manutenção de uma política econômico-financeira que imprimia o estímulo à industrialização com tarifas protecionistas. Além disso, ainda cabia a Floriano enfrentar a Revolução Federalista. O fato é que todos esses fatores não favoreciam a consolidação da República.

Esse foi um ambiente propício para a ascensão da primeira oligarquia cafeeira ao poder, representada pelo Partido Republicano Federal, do então presidente Prudente de Moraes. Este desenvolveu uma política de restauração financeira e pacificação nacional. No mandato do seu sucessor, Campos Sales, iniciou-se no Brasil a chamada “Política dos Estados” e uma prática que depois ficou conhecida como política do “café-com-leite”, uma espécie de “pacto” no qual São Paulo, produtor de café, e Minas, produtor do leite, se revezavam no Poder Central.

Nesse período, a burguesia cafeeira de São Paulo detinha a hegemonia política na direção do país. A governabilidade do Presidente da

República era garantida por meio de pactos: o Poder Federal não interferia na política interna dos Estados e os Governos Estaduais não interferiam na política dos Municípios. Assim funcionava um engenhoso esquema hierárquico com a seguinte lógica: os Governadores recebiam títulos de Presidentes Estaduais, apoiados pelo Presidente da República. Em troca, atuavam junto ao Congresso Nacional, só permitindo acesso à Câmara e ao Senado os candidatos que não oferecessem nenhum obstáculo ao Presidente da República. Esse controle era garantido pelos coronéis nas áreas sob seus domínios.

O coronel era uma pessoa influente, geralmente chefe de uma “grande família”, formada pelos parentes e seus “cabras”. Era uma espécie de protetor, que apadrinhava seus empregados e, em seu entorno, mantinha estreitas relações com juízes, padres, advogados, médicos. Tais relações possibilitavam trocas de favores, como consultas médicas e assistências jurídicas gratuitas para os seus patrocinados. Assim, todos lhes tinham respeito e obediência. Os coronéis se encarregavam de levar as urnas aos eleitores, que “eram tangidos como gado, em verdadeiros currais” (MELLO, 1994, p. 139). Com isso, obtinham total controle sob os votos dos seus protegidos. Essa prática deu origem ao termo historicamente conhecido como “voto de cabresto”.

Na época, cada Estado da federação tinha o seu Partido Republicano, mas eles eram autônomos. Dois partidos controlavam as eleições e conservam-se no poder: o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), ambos apoiados pela elite agrária. Esse modelo político predominou no Brasil até 1920.

A crise política que se instaurou a partir de 1920 revelou dois aspectos:

a falência do sistema oligárquico e a emergência de movimentos de resistência à ordem instituída.

A prosperidade econômica decorrente do vigor da economia cafeeira de exportação incentivava o crescimento urbano. São Paulo, centro de desenvolvimento econômico, destacava-se dos demais centros do país. A cidade agrária do início do ciclo cafeeiro, com o *boom* industrial, foi rapidamente se urbanizando. Graças ao cultivo e comércio do café, principal capital de exportação brasileira, o crescimento econômico possibilitou, nas primeiras décadas do século XX, a construção de portos e estradas de ferro, garantindo que o produto fluísse mais rapidamente para o exterior, e logo promovendo uma acumulação de capital, que era reinvestido no setor industrial.

Deste modo, o setor cafeeiro promoveu o aparelhamento urbano da capital paulista, com a eletrificação, construção de ruas e avenidas, aquisição de máquinas e veículos. No plano da comunicação, instalaram-se novas linhas telegráficas e telefônicas e as primeiras emissoras de rádio. Todos esses avanços tecnológicos, decorrentes da produção industrial, em larga escala promoveram uma mudança radical nas relações pessoais cotidianas. As máquinas aceleraram a vida dos habitantes da cidade.

A cidade passou a ser o lugar da diversidade, da convivência e do confronto entre diferenças; um local de fricção intensa das relações. Seus habitantes caracterizavam-se cada vez mais pela “atitude *blasé*” (SIMMEL 1986). E, diferentemente do campo, a cidade movimentava o comportamento do indivíduo.

Com o acelerado processo de urbanização, as cidades passam a ser

espaço do debate da informação e da construção da própria imagem que a sociedade tem de si. Por essa razão, no ambiente citadino foi se desenvolvendo outro *modus-vivendi*.

Todo esse desenvolvimento citadino provocado pelo processo de industrialização acelerou o êxodo rural, fazendo inchar as cidades e gerando um clima de incerteza acerca da vida. Tudo isso provocou não apenas o aumento da população urbana, como também uma reorganização desse espaço em função das necessidades e exigências da produção industrial e o aumento de serviços. Os indivíduos, na qualidade de produtores de mercadorias, vão também se transformando em mercadorias. As cidades passam a ser objeto de um urbanismo funcional, por meio de um zoneamento que passou a distinguir o lugar de habitação do lugar do trabalho, o que foi gerando um tipo de segregação ou estratificação de classe social.

Toda essa reestruturação foi sempre acompanhada pelo processo de racionalização no “campo da ciência e da organização econômica, o que determina uma parte importante dos ideais da vida da moderna sociedade burguesa” (WEBER, 1983, p. 50). Esse ambiente de euforia na sociedade burguesa paulistana, também marcado por inúmeras crises na ordem capitalista, contribuiu para a emergência de alguns movimentos.

Em São Paulo, a ação tenentista e a emergência dos movimentos operários bem como a ascensão da classe média urbana à ordem política oligárquica, colocou em cheque a República. A ordem oligárquica, fundamentada na política do “café-com-leite”, passa a ser objeto de insatisfação da emergente burguesia, cujo anseio era modernizar a política brasileira, rompendo com o atraso social e cultural.

O processo sucessório da Paraíba, em 1928, foi marcado pela intervenção de Epitácio Pessoa no Governo. Pessoa exercia no Governo de Washington Luiz o cargo de embaixador do Brasil na Europa. Mas, ao tomar conhecimento dos problemas que se avolumavam na Paraíba – dentre os quais o fato de que João Suassuna, mesmo com um governo decadente, começara a articular sua sucessão, indicando Júlio Lyra, José Pereira Lima e José Queiroga para as Presidências primeira e segunda e Vice Presidência do Estado, sem consultá-lo – indicou João Pessoa para assumir a Presidência do Estado do Paraíba, tendo este convocado José Américo para assumir a Secretaria Geral do Estado.

João Pessoa, como Presidente da Paraíba, agenciou uma grande reforma em seu Governo (1928-1930). Sua primeira ação foi tentar desarticular o poder das oligarquias adversárias. No seu discurso de posse

Declarou que desejava assegurar garantia a todos e que levaria a Polícia a vasculhar propriedades à procura de armas que abasteciam o cangaço. Muitos coronéis do epitacismo eram notórios coiteiros e engoliram em seco a advertência (MELLO, 1994, p.165).

Tratando de colocar seu discurso em prática, João Pessoa iniciou um processo de desamamento, demitiu juízes comprometidos com coronéis e reformulou a polícia, subordinando-a à Presidência do Estado.

Jovens Bacharéis foram nomeados para as Delegacias de Polícia. A margem de qualquer interferência política. Os Prefeitos Municipais, escolhidos pelo Presidente do Estado, passaram a dispor de mandato de quatro anos, proibida a recondução (MELLO, 1994, p.166).

Com essas ações, ele estava desmontando o sistema oligárquico e promovendo-se contra o seu tio. “Da Europa, preocupado, Epitácio escreveu,

recomendando cautela” (MELLO, 1994, p.166). Contudo, ao imprimir uma gestão populista conseguiu reformular sua base de apoio, “ligando-se diretamente a grupos urbanos de comerciantes, mulheres, estudantes e funcionários públicos” (MELLO, 1994, p.166).

Desse modo, João Pessoa promoveu uma reforma na estrutura político-administrativa do Estado e, para enfrentar as dificuldades financeiras, instituiu a tributação sobre o comércio realizado entre o interior paraibano e o porto de Recife, até então livre de impostos. Essa medida contribuiu para o saneamento financeiro do Estado, mas gerou grande descontentamento entre os fazendeiros do interior, dentre esses, o coronel José Pereira Lima, chefe político do município de Princesa, na Paraíba, que detinha forte influência sobre a política estadual.

Objetivando organizar a receita, João Pessoa pretendia

[...] estabelecer a supremacia do Estado a que os coronéis se deveriam subordinar, com as funções de segurança e arrecadação vedadas a interferências político-partidárias. [...] Foram criadas quatro novas Secretarias para exercício de funções. [...] Na área financeira, João Pessoa lançou mão de agressiva política-tributária - a dos impostos de barreira - para fazer com que as mercadorias que, ajudadas pelo contrabando, escoavam para praças vizinhas, passassem a ser exportadas pelo porto de Cabedelo. Alíquotas elevadas incidiam *[sic]* sobre as mercadorias, quando comercializadas pelo sertão, mas essas taxas se reduziam, quando as operações se verificavam pelo litoral. [...] As rendas públicas elevam-se e João Pessoa pode empreender realizações concentradas, sobretudo, na capital (MELLO, 1994, p.166-167).

Tais medidas propiciaram uma verdadeira guerra tributária. De modo que reagiram contra essas medidas os antigos beneficiados pela desarticulação econômica do Estado, as Associações Comerciais de Fortaleza e Recife. Com isso “já se esboçava o quadro da futura Guerra Civil de

Princesa” (MELLO, 1994, p. 167), pois o grupo mercantil de Recife estava ligado aos grandes produtores de algodão e açúcar na Paraíba, dentre esses, José Pereira Lima.

Na esfera nacional, as tensões decorrentes da crise iniciada em 1922 se avolumaram com o *boom* da bolsa de Nova York, em 1929. Tal acontecimento resultou em vertiginosa queda dos preços do café, cujas consequências foram a diminuição da receita externa e o declínio da taxa cambial. Esses fenômenos marcaram profundamente o contexto da sucessão presidencial.

Nesse cenário, interessado em retomar o crescimento econômico do país, o então Presidente da República, Washington Luiz, negou a concessão de financiamento aos cafeicultores, com o propósito de sustentar a política de estabilização financeira recomendada pelos banqueiros estrangeiros, como condição para futuros empréstimos ao país. Por outro lado, negou apoio ao seu sucessor “natural”, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, preferindo indicar o nome de Júlio Prestes, do Estado de São Paulo, com isso rompendo o “pacto oligárquico” de manutenção da política do “café-com-leite”.

A escolha de Júlio Prestes como candidato oficial desagradou o Presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrada, que contava com a insatisfação dos demais segmentos oligárquicos. Seguiu-se a esse descontentamento a organização de uma chapa de oposição. Na cabeça da chapa, Getúlio Vargas, ex-ministro das Finanças Federal e então Presidente do Rio Grande do Sul; como Vice João Pessoa, Presidente da Paraíba. Em torno dessa candidatura, formou-se uma grande aliança política entre as três grandes oligarquias dissidentes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

O rompimento de João Pessoa com o Governo Federal acirrou ainda mais crise. Sobretudo quando ele convocou a Comissão do PRP da Paraíba visando à composição das chapas para Senador e Deputados Federais, sob alegado propósito de renovação, o que inviabilizaria a candidatura de João Suassuna a Deputado Federal. Sua decisão rapidamente repercutiu e causou uma imediata reação do Catete, que passou a inviabilizar os recursos destinados às obras estruturais que vinham se desenvolvendo na Paraíba.

Esse ambiente foi propício para que as forças adversárias ao Governo do Estado, lideradas por José Pereira Lima, compusessem um grupo de pessoas armadas – uma organização financiada por comerciantes insatisfeitos com a tributação, apoiados pelo Governo paulista de Júlio Prestes – para enfrentar o Governo de João Pessoa. Com isso, José Pereira Lima conseguiu mobilizar dois mil homens, conquistou a adesão de vários outros coronéis, tomou Princesa e a tornou território livre.

Diante disso,

Reunindo as últimas energias, João Pessoa tentou solução no campo de batalha. Sob a coordenação de José Américo e Irineu Rangel, formações legalistas foram reestruturadas e coluna com duzentos homens, transportada em caminhões, lançou-se a Princesa. [...], forma emboscados, com perda de oitenta soldados. [...] Os ressentimentos avolumaram-se quando, na capital, a Polícia, pretextando apreender armas, invadiu o escritório do advogado João Dantas, de prestigiosa família de Teixeira, cidade por onde começaram as ações armadas. Antes, um irmão de Dantas fora preso e inexplicavelmente remetido para o quartel-general de Piancó (MELLO, 1994, p.172-173).

No cenário nacional, Júlio Prestes foi eleito, mas, em decorrência da grande oposição, e porque havia também a alegação de uma suposta fraude, não tomou posse. Vários interesses estavam em jogo. Isso porque se

confrontavam os quadros oligárquicos tradicionais com uma camada mais jovem que ascendia na carreira política.

Na Paraíba, a crise se acirrou e Dantas passou a publicar vários artigos, no Jornal do Comércio de Recife, contra João Pessoa. Com isso se iniciou um ataque diário, através do Jornal União, contra Dantas e todos os *perrepistas* acusados de apropriação de verbas federais. O cume dessa divergência foi a publicação de cartas políticas, contendo informações que revelavam o mau uso do dinheiro público.

Foi nesse clima de instabilidade na política nacional e de troca de hostilidades na Paraíba que João Pessoa foi assassinado por João Dantas, em Recife. Com sua morte, assume o seu sucessor, Álvaro Pereira de Carvalho, na condição de Vice-Presidente da Paraíba, em 26 de julho de 1930.

Nesse contexto, José Américo foi convocado para assumir o posto de Chefe civil da Revolução do Nordeste. Uma de suas tarefas foi a organização de uma frente para retomar o domínio de Princesa, o que somente ocorreu com o apoio da Guarnição Federal no final de 1930.

O êxito da Revolução nublou a hegemonia exclusivista das oligarquias que se perpetuavam no Centro-Sul. Assim, “um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico” (FAUSTO, 2010, p. 182), o chamado Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas.

Como nos anos que precederam a Revolução de 30, o Brasil experimentara uma grande radicalização ideológica. Vargas, contando com o apoio dos militares, implantou uma política altamente centralizadora e repressiva e empenhou-se em desmontar a velha estrutura republicana. Para

isso, exceto em Minas Gerais, que estava subordinado às forças militares, nomeou interventores de sua confiança em quase todos os governos estaduais, ocasião em que José Américo se destaca como grande liderança regional.

Antecessor de Juarez Távora, na função de Interventor do Estado e Chefe do Governo Central Provisório do Norte, José Américo assegurou o comando político e administrativo dos revolucionários. Na condição de membro titular da Delegacia Militar do Governo Provisório, nomeia os “interventores em todo Norte e Nordeste do Brasil, do Amazonas a Bahia” (MELLO, 1994, 185). Esses atos formalizados mediante publicação no Diário Oficial da União faz surgir uma “nova instância de poder – o Governo Central Provisório do Norte – diretamente ligado ao Governo Provisório do Rio de Janeiro” (MELLO, 1994, 185), a qual vai revelando a contradição das reivindicações de 30.

A despeito dessas contradições, tais medidas “[...] implicaram no surgimento do Estado Nacional. Este se nutria das vertentes de econômico, nacionalismo e corporativismo” (MELLO, 1994, p. 186). Essas medidas tiveram como consequência a desarticulação, naquele específico contexto, do histórico poder dos coronéis.

Na Paraíba, o interventor Antenor Navarro, continuador da experiência estatizante adotada pelo Poder Central, “Na intenção de subjugar o coronelismo, nomeou oficiais da Polícia Militar para as Prefeituras, repetindo o que se realizava com os tenentes do Exército em inúmeros Estados da Federação” (MELLO, 1994, p. 187). Assim, com o fortalecimento do Estado, o regime coronelista foi enfraquecendo gradualmente. As medidas disciplinadoras do Estado propiciaram uma administração que tinha como meta

o processo de modernização através do Estado.

A Revolução de 1930 deu novo impulso a esse processo. A partir dela, o Estado nacional passou a ocupar institucionalmente, por meio da sua própria ampliação, espaços nos quais, tradicionalmente, o poder privado local se instalara. O que de novo apareceu, nesse momento, foi o estabelecimento de um outro tipo de relacionamento entre o Estado e a sociedade brasileira, ou seja, o Estado, a partir do novo contexto histórico, passou a representar cada vez mais interesses coletivos em detrimento do exclusivismo de representação de interesses de grupos particulares. A oligarquia cafeeira e seus aliados regionais foram perdendo, então, gradativamente, o exclusivismo. Nos municípios, essa alteração repercutiu em termos de enfraquecimento gradual do poder privado sobre as funções públicas, ocorrendo um processo de integração cada vez maior das localidades, até então, quase que no absoluto abandono pelo governo federal (COLUSSI, 1996, p. 27).

Não demorou muito para que São Paulo reagisse contra o Governo de Getúlio Vargas, com a conhecida Revolução Constitucionalista. Um movimento armado que desejava construir a independência de São Paulo, tornando-o uma República soberana. Mas logo as tropas militares do Exército Brasileiro puseram fim ao conflito.

Com o fim do movimento paulistano, Vargas se reconcilia com o Governo paulista, nomeando um civil como interventor do Estado, depois de algumas negociações. Este ambiente propiciou a instauração da Assembleia Constituinte de 1934, que tinha em vista a organização do Regime Democrático. Mas com a promulgação da Nova Constituição, Getúlio Vargas foi eleito pelo voto do Congresso Constituinte e continuou na Presidência.

Em 1937, por meio de uma manobra política, Getúlio Vargas conseguiu que José Américo, que era o candidato oficial à sucessão presidencial, renunciasse a sua candidatura. Na sequência, veio o golpe político que outorgou a Constituição do Estado Novo, estabelecendo-se as bases do novo

regime autoritário, sob a justificativa de que a ação serviria para a concretização dos interesses nacionais.

Vargas permaneceu na Presidência até 1945, ano marcado pelo aumento da confrontação entre o Governo ditatorial e as forças oposicionistas, pressões externas, acentuadas com o final da Guerra, aumentando a cisão entre o Governo e as Forças Armadas, fato que culminou com a queda do Estado Novo e a instauração da constituinte de 1946.

Os Governos eleitos entre 1947 e 1950, com base constitucionalista, pelo voto popular, constituíram uma geração política mais empenhada em assegurar direitos individuais e revogar a estrutura institucionalizada do Estado Novo.

Na Paraíba, em 1950, a dobradinha formada por José Pereira Lima, líder revoltoso de Princesa, para o Senado, e Argemiro de Figueiredo, para o Governo da Paraíba, foi uma tentativa de recuperar o prestígio da ala conservadora do Estado. Tentativa, entretanto, frustrada pela derrotada no pleito popular que consagrou a vitória a José Américo, para o Governo da Paraíba e Ruy Carneiro, para o Senado.

Assim, José Américo toma posse em 1951 e assume a continuidade do fortalecimento do Estado na “marcha de sua afirmação institucional” (MELLO, 1994, p. 192).

Com o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República pelo voto direto, José Américo é convocado novamente para assumir o Ministério de Viação e Obras Públicas. Mas com a morte de Getúlio Vargas em 1954, ele retoma o cargo de Governador da Paraíba, e optou em

preparar a Paraíba para o futuro, mediante infraestrutura de serviços públicos em açudagem, abastecimento d'água, crédito e experimentação agrícola, implementados com recursos próprios. O Banco do Estado da Paraíba foi reformulando em bases modernas e as colônias agrícolas de Mangabeira e Camaratuba começaram a despejar gêneros alimentícios nas feiras livres de João Pessoa e Campina Grande para forçar a baixa de preços. O Estado interveio em setores como os transportes da capital. Velhas repartições como A União e Rádio Tabajara foram otimizadas. O mesmo verificou-se com o porto de Cabedelo cujo movimento de carga e descarga, acrescido, registrou superávit das exportações sobre as importações. [...] Assegurou verbas para conclusão das barragens como a de Boqueirão de Cabaceiras, nas proximidades de Campina Grande, e Marés, em João Pessoa. O último ano dessa administração assinalou intensas realizações na capital que, com o calçamento da avenida Epitácio Pessoa, arborizada pelo Prefeito Luiz de Oliveira Lima, consolidava o caminho da praia. A reestruturação de serviços, operada por José Américo, culminou com a criação da Universidade Estadual [sic] básica para o surto industrializante e modernizador das administrações que se seguiram (MELLO, 1994, p. 193).

Com a visão de preparar a Paraíba para o futuro, José Américo constrói sua plataforma e ação política. Seguindo essa linha de desenvolvimento, o seu sucessor, Pedro Gondim (1961-1966), manteve o ritmo modernizador.

Percorrendo os traços da trajetória americista do ponto de vista biográfico, buscou-se captar alguns aspectos da prática geradora dos diferentes *habitus* que estruturaram o mundo social de José Américo, no contexto sócio – histórico – cultural em que se institucionalizaram as ciências sociais no Brasil. Esse intelectual participou ativamente da vida política do país, oferecendo-lhe contribuições tanto nos planos científico e reflexivo quanto no plano da produção intelectual inerente ao modernismo regionalista e de desencadeamento dos processos políticos no Brasil República de 1920 – 1960. Para afinarmos os traços dessa visada carecemos do aporte teórico metodológico bourdieusiano.

2. APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM TORNO DA OBRA DE JOSÉ AMÉRICO

2.1 PANORAMA DE ESTUDOS AMERICISTAS

Dos muitos estudos realizados em torno da produção intelectual de José Américo de Almeida, a maior parte deles focaliza a sua obra literária mais importante: **A Bagaceira**. Esses trabalhos são notadamente produzidos no âmbito dos cursos de Letras e nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Entretanto, poucos são os dedicados à escrita de sua biografia e, em número ainda menor, às suas memórias e discursos. Já em relação ao ensaio **A Paraíba e seus problemas**, reconhecido como um dos mais importantes no gênero ensaístico, embora durante muito tempo tenha merecido apenas alguns artigos e notas, atualmente vem se destacando como referência para estudos em diversas áreas.

É mister observar que a obra de José Américo se entrega a uma diversidade de perspectivas que, de modo difuso, podem ser tomadas como objetos de estudos para autores em áreas distintas, conforme veremos a seguir.

Ivanilda Marques defendeu, no programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, a dissertação intitulada **A retórica de A Bagaceira** (1978), na qual analisa os aspectos significativos que concorrem para a construção do plano estilístico desse romance, concluindo que a retórica americista está a serviço da ideologia do texto.

O trabalho acadêmico **A bagaceira: uma estética da sociologia** (1979), publicado pela Editora Universitária da UFPB, de autoria da professora Elisabeth Marinheiro, recebeu o Prêmio José Veríssimo, em 1981, conferido pela Academia Brasileira de Letras. Nesse estudo, o objetivo da autora foi o de mostrar, a partir das concepções teóricas de Roland Barthes e André Jolles, o modo como operam os significados e significantes na estrutura romanesca.

No seminário comemorativo dos noventa e três anos de José Américo, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba (1980) realizou um Fórum de debates acerca das contribuições do escritor paraibano nos campos da Antropologia, Geografia, Sociologia e História. Resultou desses debates a publicação do livro **Geografia, Antropologia e História em José Américo**, uma coletânea que reúne textos de Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes e José Octávio Mello. O livro discute questões sobre a seca, a relação do homem nordestino com a terra, a preocupação do escritor com as temáticas raciais e, por último, apresenta uma interpretação histórico-política sobre a obra do escritor.

Na inauguração da Fundação Casa de José Américo (1981), outra coletânea de artigos, à altura da anterior, foi publicada: **Antropologia e Literatura Social em José Américo**, de Aécio Aquino e João Batista dos Santos. Esses autores refletem sobre as contribuições para a antropologia e sociologia das obras **A Paraíba e seus problemas** (1923), **Reflexões de uma cabra** (1922), **A Bagaceira** (1928) e **Coiteiros** (1935).

O Nordeste e a política: diálogo com José Américo é um trabalho de Aspásia Camargo, em parceria com Eduardo Raposo e Sergio Flaksman. Nele

os autores destacam, sobretudo, o fenômeno do populismo no Nordeste brasileiro. Esse livro foi publicado no ano de 1984 pela editora Nova Fronteira.

Numa linha biografista, Joacil de Brito Pereira, no ano em que se comemorava o centenário do "*solitário de Tambaú*", publica o livro **José Américo de Almeida: A saga de uma vida** (1987), sob o patrocínio do Ministério da Cultura, através do Senado e do Instituto Nacional do Livro da Fundação Pró-Memória.

No mesmo ano 1987, Adylla Rocha Rabello publica a obra **Pareço-me comigo: uma aventura carnavalesca de José Américo de Almeida**, divulgada pelo Senado Federal/Brasília. Dois anos depois, em 1989, ela defende a dissertação de mestrado sob o título: **O prototexto crônicas "Sem me rir, sem chorar": José Américo de Almeida nos bastidores**, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB. Nessa dissertação, a autora faz um estudo específico sobre a crônica americista, à luz da crítica genética, ressaltando os procedimentos linguísticos utilizados pelo autor para construção do texto com o objetivo de verificar os processos relativos à escritura, a partir da organização, decifração e transcrição dos documentos. Estabelecendo como instrumento de trabalho o prototexto das crônicas, ela buscou nas rasuras do escritor elementos que contribuíssem para a re-elaboração crítica de suas crônicas. viabilizando, desse modo, uma reflexão sobre a dimensão histórica do texto. Esse trabalho foi publicado posteriormente, no ano de 1994, pelo Senado Federal/Brasília, sob o título **José Américo de Almeida nos bastidores**.

Ainda no ano de 1987, Ângela Maria Bezerra de Castro publica o livro que, retomando outros escritos sobre **A Bagaceira**, apresenta-se como um

trabalho metacrítico de grande relevo, o qual recebeu o título: **A Releitura de A Bagaceira: Uma aprendizagem de desaprender**. Sua proposta foi a de empreender uma leitura crítica das críticas já realizadas sobre a obra **A Bagaceira**. Para isso ela acolhe o próprio texto americista a fim de contestar abordagens que considerou equivocadas e oferecer-lhes uma leitura inédita. Tomando Lucien Goldmann como aporte teórico, segue a tradição do pensamento de Lucács, utilizando-se da tese central da Sociologia do Romance focalizada o “herói problemático”, no sentido de estabelecer vínculos interpretativos sobre a intrínseca relação entre estrutura do romance e a realidade socioeconômica em que a obra se insere.

Cleris Oliveira Dias, em sua Dissertação de Mestrado em História, pela UFPE, 1988: **A POLITICA DAS SECAS NA PARAIBA 1900-1934**, analisa a problemática dos efeitos das secas na Paraíba, no período destacado, bem como evidencia as ações do presidente Epitácio Pessoa e do ministro José Américo, no sentido minimizá-la.

Na área de Sociologia e Política, Carlos A. Silva Oliveira, na Dissertação de Mestrado intitulada **INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA REPUBLICA - 1891-1964**, pela PUC, do Rio de Janeiro, em 1991, aborda, à luz da teoria gramsciana, as contribuições teóricas de intelectuais orgânicos ligados à burguesia industrial brasileira, no contexto republicano de implantação e consolidação do capitalismo, entre 1891 e 1964. Para tanto, seleciona seis “funcionários da superestrutura” de poder, dentre os quais inclui José Américo, além de Rui Barbosa, Alberto Torres, Francisco Ramos, Golbery do Couto e Silva e Afonso Arinos de Mello Franco.

Entre os anos de 1991 e 1995, atendendo a uma solicitação da Fundação Casa de José Américo, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB, com a colaboração da professora Norma Lins Leite, desenvolveu um projeto com o objetivo de realizar estudos sobre a obra de José Américo. Desse trabalho resultou o livro **Biografia comentada de José Américo de Almeida: obras do autor e sobre o autor (1921-1996)**, publicado em 1998, pela Editora Universitária da UFPB, em parceria com a Fundação Casa de José Américo.

Nessa mesma linha biografista, Maria de Lourdes Lemos Luna, antiga secretária particular de José Américo de Almeida, publica, pela União, **Rastros na Areia: solidão e glória de José Américo** (1994), obra que foi retomada em **Rastros e Perfis** (2003), publicada pela Editora Idéia.

Outra dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB-UFCG, foi **Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na obra de José Américo** (1995), de Helder do Nascimento Viana. Nela o autor buscou descrever os critérios e recortes temáticos estabelecidos na construção de uma imagem da região nordestina, explorando o papel desempenhado por José Américo enquanto homem público e empreendedor do projeto reformista implementado a partir da revolução de 1930.

Em **A selva e a bagaceira: Práxis artística e discurso social** (2001), Tese de Doutorado em Letras, pela USP, Francisca Amélia da Silveira analisa, comparativamente, o que considera romances-marcos da década de 1930, nas Literaturas Portuguesa e Brasileira. Para isso selecionou **A Selva**, de Ferreira de Castro e **A Bagaceira**, de José Américo. Em seu estudo, conclui que esses romances se assemelham naquilo que tecem seguindo a linha do convencional

naturalista, mas se afastam desse modelo ao denunciarem o injusto sistema social que vigorou no Brasil entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, fundamentado no poder absoluto dos donos da terra. Ressalta que José Américo é mais direto em sua crítica ao sistema social.

Guaracy Medeiros de Assis, na dissertação de Mestrado em História, **A Paraíba Pequeninina e Doida: José Américo e a Revolução de 30** (2004), pela UFPE, apresenta a atuação do intelectual José Américo na Revolução de 30 e sua contribuição para o construto do modelo de Estado/Nação da República. O escopo desse trabalho foi o de ressaltar o papel do paraibano que, segundo o autor, muito trabalhou para a implantação de mudanças na vida política e para a modernização do Estado e da Região, todavia foi submetido à política do silêncio pela historiografia do seu Estado.

Em um trabalho acadêmico de conclusão de Mestrado em Multimeios, pela UNICAMP, 2006, o qual leva o título **Vladimir Carvalho - do popular ao público: O homem de Areia e o Evangelho segundo Teotônio**, cuja temática se volta para o modo como uma figura pública pode ser instrumento para a compreensão de todo um processo sócio-histórico, Christine Villa dos Santos analisa dois documentários de Vladimir Carvalho, produzidos no início dos anos 1980: **O homem de Areia** (1982) e **O Evangelho segundo Teotônio** (1984). Ela destaca o fato de não haver, na filmografia do diretor, um enfoque temático centralizado numa coletividade de anônimos, mas sim em biografias de duas personalidades públicas e eminentemente políticas, quais sejam, José Américo de Almeida e Teotônio Vilela.

Um trabalho que seguiu a esteira memorialista foi o de Pávula Maria Sales Nascimento, professora e historiadora da Universidade Federal Vale do

São Francisco – UNIVASF, para obtenção de título de Mestre em História, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2009: **Espelhos de mim: entre as utopias e heterotopias da memória em José Lins do Rego e José Américo de Almeida**. A autora analisa a infância construída por José Lins do Rego e José Américo de Almeida, tomando como objeto de reflexão, respectivamente, os livros de memórias: **“Meus verdes anos” e “Memórias: antes que me esqueça”**.

Nessa dissertação, a professora utiliza os conceitos de utopia e heterotopia, a fim de apontar como os autores citados transpuseram para o plano escriturístico suas experiências de infância, destacando também o papel do Movimento Regionalista do Nordeste na formação de suas subjetividades. Parte do pressuposto de que a escritura memorialista é documento que possibilita a reflexão acerca do contexto histórico de emergência da região Nordeste e põe em suspeição a vida nos engenhos, problematizando as variadas vivências no cotidiano da casa-grande a partir do olhar para os espaços de dentro e de fora.

Para ela, essas vivências acenam para uma ampla gama de possibilidades que engendram conjeturas sobre as múltiplas historicidades presentes na trama memorialista dos dois autores paraibanos, uma vez que a partir de suas lembranças vislumbra-se um dos modos de ser criança no Brasil nos finais do séc. XIX e início do séc. XX. Posteriormente, retoma os escritos de sua Dissertação e escreve o artigo: **Natureza e espaço na memorialística de José Américo de Almeida, publicado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011**. No artigo, ela volta a discutir

o mesmo tema, dessa vez, unicamente a partir da referida obra memorialista de José Américo.

Outra importante contribuição para os estudos sobre a obra americista são os trabalhos da professora Elaine Aparecida Lima, da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Embora seus escritos se restrinjam à obra **A Bagaceira**, os enfoques dados ao romance suscitam novas leituras para a abordagem dessa obra, conforme se verifica em sua Dissertação de Mestrado em Letras, **A Bagaceira: marco móvel e literário**, pela UEL, em 2007, e em sua Tese de Doutorado, **Perseu contra Medusa: uma desconstrução do olhar petrificante sobre A Bagaceira**, pela mesma Universidade, em 2011. Ainda como reflexos dessas produções de culminâncias acadêmicas e de variações em torno do mesmo tema, ela publica também três artigos: **O Narrador de A Bagaceira e a Denúncia Social**, disponível em <http://www.uel.br/revistas/boitata/Volume-4-2007/Artigo>, **Olhar Enviesado: a crítica e o falso romance da seca**, em Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários, Volume 12 (Jun. 2008) e **A bagaceira: desmontando visões críticas**, no XII Congresso Internacional da ABRALIC, UFPR, Curitiba, 2011.

Em um artigo escrito em 2007, Elaine Aparecida Lima pressupondo a linguagem como expressão ideológica, aponta, à luz da teoria dialógica de Bakhtin, as manobras do narrador do mesmo romance, a fim de ocultar a cultura popular nordestina. “As colocações do narrador elegem o discurso ficcional como meio de denúncia da exploração do homem pelo homem e pela tradição latifundiária” (LIMA, 2007a, p.8), isto se opera pela imposição de suas convicções e seus objetivos.

Ela entende que as vozes das personagens se moldam em prol da construção de um discurso social, cuja visão transforma o interior nordestino em um espaço marcado pelo passado, pelo regime feudal e pelo maniqueísmo. Para Lima, a obra de José Américo apresenta-se como exemplo de construção literária, na qual o autor, colocando-se na condição de erudito, se reconhece como possuidor do dever de salvação dos socialmente subalternos.

Em sua Dissertação, a pesquisadora amplia sua análise, realizando uma leitura sobre as leituras da obra de José Américo, tomando como fundamento a ideia de que ele sentiu o peso de se fazer menos ousado, do ponto de vista linguístico, e tendo sofrido, por isso, as consequências da rotulação do seu principal romance, como um romance da seca. Contudo, destaca que o autor soube revelar a estrutura social errante que grassava a região. Ela conclui que, desde o tema ao problema da linguagem, trata-se de um romance que ultrapassa o regional brasileiro.

Em seus escritos de 2008 e 2011, dois artigos e tese de doutorado, Lima interpreta **A bagaceira** como um romance oriundo da intenção modernista de redescobrir o Brasil, opondo-se à classificação de romance do ciclo nordestino da seca. Entende que a obra coloca em pauta a constituição estética da literatura como representação nacional e a discussão em torno do conceito de “universalismo”, continuamente utilizado em estudos que diminuían o valor da narrativa de José Américo. Para ela, questões como identidade local, expressão linguística e representação espacial, consideradas marcantes das ditas obras universais, estão presentes em obras inegavelmente ligadas ao regionalismo.

Do conjunto de trabalhos aqui selecionados sobre a obra de José Américo, destacamos:

- a) Nos estudos de natureza biográfica sobre esse intelectual, fica destacada a importância do seu papel desempenhado como ficcionista e líder político, bem como se destaca o escritor do ensaio científico **A Paraíba e seus Problemas**, cuja contribuição se estende ao âmbito das Ciências Sociais.
- b) Vem crescendo o número de artigos científicos e dissertações sobre a obra americista, embora haja apenas até o momento duas teses defendidas. A grande parte desses estudos aborda questões linguísticas e de teoria literária e, certamente pela importância que teve para o modernismo, os estudos concentram-se quase exclusivamente em **A Bagaceira**, como é o caso dos referidos trabalhos acadêmicos.
- c) Embora por diferentes perspectivas, seja entendendo a literatura como expressão de subjetividades, seja como representação da realidade ou, mais contemporaneamente, como recriação da realidade, a crítica em torno de **A Bagaceira** é unânime em reconhecer sua importância, pelo viés da denúncia e crítica social.
- d) Os poucos estudos sobre as demais produções de José Américo revelam que ainda há muitas lacunas a serem preenchidas quanto à natureza fértil dessas produções para pesquisas estritamente acadêmicas e, mais especificamente, em torno das contribuições que oferecem às Ciências Sociais, em razão de sua inserção no contexto de formação do pensamento social brasileiro.

Essa amostra de trabalhos relacionados à produção de José Américo revela, por si só, a importância desse intelectual no cenário brasileiro, particularmente, no Estado da Paraíba. Também aponta para a diversidade de temas que podem ser discutidos a partir dessa produção bem como a participação do escritor em diferentes campos de ação, notadamente no político, literário e científico.

O estudo de um autor como José Américo – cuja vida e obra adentram diferentes campos da atuação humana; que foi capaz de, num mesmo período, escrever ensaio científico e obras literárias, dentre as quais um romance considerado pioneiro na estética de configuração modernista; que realizou ações na condição de ocupante de cargos públicos e proferiu discursos relevantes no contexto de formação do pensamento social brasileiro – reclama uma discussão ancorada em um complexo construto teórico e metodológico, que se constitua como ferramenta para tal empreendimento. Daí por que buscamos, na obra de Bourdieu, mais especificamente, em sua Teoria da Reflexividade, o apropriado caminho.

2.2 BOURDIEU E A REFLEXIVIDADE: UM CAMINHO PARA ESTUDO DE TRAJETÓRIAS

A escolha da teoria bourdieusiana como referencial teórico e metodológico para esse trabalho encontra justificativa no fato de o autor/obra/objeto de estudo encontrar-se inserido em diferentes *campos*, e ao mesmo tempo ter o autor incorporado um *habitus* determinante do papel que veio a desempenhar na história da Paraíba e do Brasil. Para per cursar a vida e

obra americista, assumindo uma postura teórica e técnica, apropriamo-nos dos conceitos bourdieusianos designados como: *habitus*, *campo*, *capital* e *reflexividade*.

Bourdieu afirma “que o *habitus* científico é uma regra feita homem, ou melhor, um *modus operandi* científico que funciona em estado prático, segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem...” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Ao pronunciar-se dessa forma, ele nos alerta sobre o sentido do jogo no campo científico, uma vez que, para transitar nesse campo específico, é preciso conhecer todo o *métier* que corresponde às regras e práticas pelas quais o cientista transmite um *habitus*.

No campo científico José Américo participa do corpo de ideias sobre o Nacional, ambiente em que dialoga interdiscursivamente com outros intelectuais do seu tempo, no momento em que acontece a institucionalização e consolidação das Ciências Sociais, como área de conhecimento científico no Brasil. O estudo da população originária paraibana, servindo-se de dados preexistentes a esse momento e também da observação direta, confirma a importância do “exame pessoal da realidade viva” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 512), ratificando o fato de que a observação de um campo de trabalho não se resume apenas ao rigor da formalidade científica.

Por essa razão, a contribuição científica da preliminar experiência ensaística de José Américo, em **A Paraíba e seus Problemas** (1923), é considerada reveladora de um Homem Científico.

Porquanto, para uma prática científica efetiva, é necessário que se incorpore o *habitus*, ou seja, as ferramentas conceituais. É como se o *habitus* científico fosse o próprio *modus operandi*. Daí a sugestão de Bourdieu,

segundo a qual o cientista precisa pensar relacionalmente, porque não deve estar “privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto de tradições intelectuais da disciplina e das disciplinas vizinhas” (BOURDIEU, 2005, p. 26).

Pensar relacionalmente significa, então, uma atitude não isolacionista do cientista, não restrita ao monologismo metodológico, mas antes significa “Verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2005, 27). É preciso, pois, refutar as generalizações positivistas e pensar o caso particular tomando como fundamento as homologias e diferenças estruturais existentes entre os diferentes campos do universo social, e ao mesmo tempo compreender que todo campo de investigação só é conhecido enquanto processo. Sobretudo é preciso que haja aquela “dúvida radical” que institui uma nova e permanente relação entre sujeito/objeto.

Para Bourdieu, uma prática verdadeiramente científica precisa ser autoquestionadora, ou seja, ela deve buscar a compreensão do por que e do como se compreende, interrogando o próprio método, pois “praticar a *dúvida radical* em sociologia é pôr-se um pouco fora da lei” (BOURDIEU, 2005, p. 39).

Quando os positivistas identificam os limites de um campo por meio de definições operatórias como, por exemplo: fulano é escritor ou fulano não é um verdadeiro escritor, o que está em jogo é o próprio objeto, e entra em questão a própria noção de escritor. Para fugir dessas definições operatórias, é preciso perceber que o que está em jogo na verdade é o campo dos escritores, quem pertence ou não a esse campo, estabelecendo-se, desse modo, um espaço

fronteiriço ou limítrofe para entrada nesse espaço. Por isso, para Bourdieu, é fundamental fugir da ordem das aparências.

Fugir das aparências representa uma ruptura epistemológica para conversão do pensamento. Isso significa produzir no investigador um novo olhar, uma *metanoia*, ou seja, uma revolução mental que contempla uma mudança de toda a visão do mundo social.

Essa mudança conduziria o investigador a uma objetivação participante. Diferente da observação participante, em que o investigador adota a posição de observador imparcial, na objetivação participante o investigador assume seu envolvimento com o objecto, conferindo a si mesmo os meios de reintroduzir na análise a consciência dos pressupostos e preconceitos associados ao ponto de vista daqueles que constroem o próprio espaço dos pontos de vista no mundo social.

Entretanto, Bourdieu ressalta que é necessário ter consciência dos limites dessa objetivação, pois, em cada campo em particular, existem os sistemas de defesa coletivos, onde cada um

luta pelo monopólio de um mercado no qual não há clientes senão concorrentes, e em que a vida é por consequência muito dura – permitem que cada um aceite a si mesmo aceitando os subterfúgios ou as gratificações compensatórias oferecidas pelo meio. É esta dupla verdade, objectiva e subjectiva, que constitui a verdade completa do mundo social (BOURDIEU, 2005, p. 53)

Essa luta, que tem como finalidade o monopólio do poder, é travada por meio do embate de relações de forças, mediante as posições ocupadas no mundo social.

Compreendendo por relações de forças:

as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre os quais possuem uma dimensão capital as que tem por finalidade a definição de forma legítima do poder (BOURDIEU, 2005, p. 28-29).

A busca por esse *quantum* indica uma disposição incorporada, um *habitus* que se efetua mediante a compreensão do sentido do jogo e como produto da incorporação da necessidade imanente do campo científico e das estruturas desse campo em dado momento histórico. É exatamente essa disposição incorporada por via da objetivação participante que José Américo se inscreve no campo científico. No espaço das relações objetivas ele participa do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil com sua obra ensaística **A Paraíba e seus Problemas**, em 1923.

Exatamente esse referido ensaio constitui-se, no campo científico, seu referencial prático, um construto teórico que, por via da reflexividade, inspira outra obra, esta no campo literário, a qual se configura na estética modernista como expressão de denúncia e crítica social do “Homem das Letras”, motivadora das ações do “Homem público”, no campo político.

José Américo se destacou no mundo dos “letrados” e no mundo político. Nesses campos ele construiu para si um *habitus*, coincidente com o momento em que a burguesia paulista chamava para si o *status* de intelectualidade brasileira. Também foi nesse período que se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual.

Miceli (2001), com fulcro na obra de Bourdieu, descreve esse contexto de profissionalização da intelectualidade brasileira em um estudo clínico dos anatólios. Seu estudo seleciona os autores a partir de suas memórias e

biografias publicadas. Esse material forneceu-lhe informações que ele interpreta como definidoras das diferentes posições autorais ocupadas no campo intelectual, tais como: descendências ou linhagens (o fato de ser filho único, de ser primogênito, de ser único filho homem); impedimentos sociais (como a morte do pai, a falência material da família etc); impedimentos biológicos (nos casos de tuberculose); ou estigmas corporais (surdez, gagueira etc). Considerando o conjunto de fatores referidos, a ascensão somente ocorrerá se prevalecer um potente capital de relações sociais.

Embora afastando-nos dessa leitura miceliana, pois nosso trabalho não tem a pretensão de estudar a profissionalização de José Américo, no plano da focalização das relações entre origens sociais e posições nas estruturas de poder, não poderíamos deixar de pontuar suas origens como contributos para as posições por ele ocupadas no cenário nacional, mais especificamente no campo político.

Ao ser ignorado e recalcado, o mundo social está ausente de um mundo intelectual que pode parecer obcecado pela política e pelas realidades sociais. Enquanto as intervenções propriamente políticas, petições, manifestos ou declarações, até as mais aventurosas do ponto de vista intelectual, podem garantir prestígio a seus autores, os que se lançam no conhecimento direto das realidades sociais são ao mesmo tempo um pouco desprezados [...] e discretamente postos sob suspeição, [...] (BOURDIEU, 2005, p. 67).

Essa suspeição faz parte do *jogo* do espaço interior da produção intelectual, simbolicamente marcado por lutas e interesses de quem está jogando, o que se pode perceber em José Américo, desde sua infância.

passava a escrever com um interesse de gente grande. Vivia a pedir explicação sobre as palavras e as frases que desconhecia. O vigário Odilon, seu tio, recomendava que puxasse por aquele menino em quem via um futuro. Eu não era

tapado. Antes fosse: teria me livrado de tantas complicações no campo intelectual e na escalada política (ALMEIDA, 2003, p. 58).

Fustigado pelas memórias, reconhece as adversidades do campo de luta e faz uma espécie de teleologia de sua condição de agente no campo intelectual. Assim, os seus familiares e amigos mais próximos faziam parte do *jogo*. Se no primeiro momento isso não aparece tão claramente, *a posteriori* se ressentido de complicações no campo intelectual e na escalada política. No campo intelectual se destaca como escritor no campo literário, porém marginal no campo científico, e no campo político fora impedido, pelo golpe, de ascender a posição de Presidente da República. Tal ressentimento se justificaria Haja vista essa trajetória do escritor que se faz homem público por via do seu engajamento político no mundo social, ambiente donde se objetivam as práticas eminentemente definidas pelas regras do jogo.

[No] campo político (assim como existe um espaço religioso, artístico, etc.), isto é, um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos seus mandantes (BOURDIEU, 2004, p. 200).

Também pela lógica do jogo se institui o *habitus* que se processa como sistema cognitivo e estrutura motivadora. Através dos sistemas simbólicos, enquanto operadores de integração cognitiva, o *habitus* promove, pela sua lógica, a integração social de uma ordem arbitrária que coordena o princípio de um processo em formação. E, nesse sentido, pode-se compreender que

o arbitrário situa-se no princípio de todos os campos, até dos mais “puros”, como os mundos artísticos ou científicos: cada um deles possui sua “lei fundamental”, seu *nomos* (palavra que se traduz em geral por “lei”) [...] (BOURDIEU, 2001, p.117).

Contudo, os *campos* em si não são arbitrários, mas nascem como construtos autorreferenciados, constituindo-se sistemas fechados de relações entre conceitos, modelos, teorias que precisam ser submetidos a teste, à análise e correção no que diz respeito as suas relações com a realidade. O próprio *campo* pode se modificar, o indivíduo pode mudar de posição, entre outras tantas possibilidades. Nesse conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em dado momento, institui-se uma individualidade - o agente, uma personalidade portadora de propriedade e poderes, nesse domínio.

Na condição de portador da propriedade e poder do domínio individual José Américo traz a memória seu itinerário de mobilidade no mundo social.

Ele diz:

Tive a infância e a adolescência perturbadas por buscas transposições de ambientes. Passei de “menino de engenho”, com a mobilidade de um pequeno selvagem, à reclusão da casa do tio padre na cidade. [...] Amigos não faltavam e eu ia pescando tudo (ALMEIDA, 1994, p. 9-10).

Por via das estratégias cognitivas produz um sentido que se sustenta na percepção consciente dos limites postos pela condição de existência no mundo social. Vive a experiência dos seus próprios esquemas cognitivos tendo em vista administrar as relações de forças objetivas nos espaços de relações.

Sua capacidade reflexiva faz-se a cada momento da existência individual. Por meio da inquietação e angústia criadora evoca a *poiesis* que corresponde a criação e expressão do sensível por meio da palavra.

Ele diz:

Inquietava-me. Queria achar quem me fechasse os olhos, mas

era bastante a noite para cegar-me e fazer-me adormecer. [...] A noite tinha uma consciência e comunicava-se comigo. Faltava equilíbrio à insônia que me exaltava os sentidos. Não havia nenhuma paz. [...] Como se opera a transmissão? Como circulava a semente da criação de um território para outro? Esse ato para mim era um mistério. Não entendia de onde vinha essa carga de vida, nem mataria a alma em flor. [...] A noite dobrava as horas, que só eram breves para quem não as contava. Nunca vira tanta noite e a angústia reveladora tinha-me dado a palavra (ALMEIDA, 2003, p.60-61).

A palavra toma corpo na trajetória americista como elemento operatório da ação comunicativa, revelada no seu discurso vai se constituindo num saber dizer de dentro mesmo de uma conjuntura sócio-histórica, dando ao executante dessa palavra a possibilidade de fazer da sua convicção apenas um meio para atingir os fins a que a palavra se propõe.

No processo de produção de sentidos, todos os discursos de José Américo se delineiam na relação com os outros, entretanto, mesmo na presença imediata dos outros, sua atuação não deixava de visar também a seus próprios interesses. Em um de seus discursos proferidos no Senado, em defesa das liberdades partidárias e contra a nomeação arbitrária do sucessor presidencial, num ato de autopromoção, assim afirmou o político paraibano:

Sou um homem de 1930, da revolução desfechada contra todas as contrafações do regime representativo. Contra a intromissão do catete no problema de sucessão. Contra o candidato oficial (ALMEIDA, 1985, P. 270).

Na sequência desse pronunciamento, ele completa:

Precisamos de um homem de Estado à altura do seu papel pela compostura e pela mentalidade, pela autoridade política e pela autoridade moral. Um homem que, antes de merecer nossos sufrágios, mereça a aprovação popular do seu passado, entre os interesses pessoais e os interesses nacionais. Um homem capaz de enfrentar nossos problemas com energia e lucidez. Uma cabeça firme e discernimento claro para ter decisão. Um homem que nos tire das dificuldades. Que resolva alguma coisa. Que saiba falar e ouvir, sentir e

compreender. Que tenha uma envergadura, uma experiência, um espírito, um programa. E que subjuguem a desordem sem ter medo da liberdade (ALMEIDA, 1985, P. 272).

Inicia o discurso mostrando aos interlocutores o panorama de sua vida política, ressaltando as alianças históricas em defesa da liberdade e realçando sua identidade e caráter: “eu sou um homem” que defende o regime representativo e “precisamos de um homem...”, com experiência. Evidentemente, o efeito de sentido desse discurso efetiva-se sobre os interlocutores, à medida que aquilo que está sendo recebido pode organizar um lugar de poder, ao inculcar nas outras mentes uma visão de mundo de onde emergem atributos humanos nele mesmo reconhecidos. Ou seja, por meio de uma conduta performativa, ele torna visível a possibilidade de manipular uma estrutura objetiva na qual terá chance de êxito, tanto mais seus discursos sejam autorreferenciados.

Pelo que podemos observar até aqui, na obra de José Américo incide uma abundante presença de textos memorialísticos de caráter autobiográficos, um específico modo de se dizer, que suscita leituras com uma clara acentuação do épico.

Por ser partícipe da história oficial da Paraíba, José Américo transferiu para os seus discursos sua autoimagem no afã de organizar um esquema de ação que convergisse para o seu campo de interesses, pois “cada campo confina assim os agentes e seus próprios móveis de interesse...” (BOURDIEU, 2001, p. 117-118). Daí que o reconhecimento das regras do jogo em um *campo* determinado implica num *habitus* que funciona como sistema de práticas e “faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias” (BOURDIEU, 2004, p. 98). Isso

corresponde a um investimento no jogo.

O pronunciamento de José Américo no processo de sucessão é posterior ao advento da Revolução de 1930. Contudo, nele, esse *habitus* é estruturante, no sentido em que o coloca numa posição de poder no campo político, ambiente no qual se destaca como homem público.

A obra de José Américo, já focalizada por lentes teóricas diversas, levou-nos a optar por um trabalho acadêmico cujo escopo visa à construção de sua trajetória de vida intelectual e, para uma abordagem dessa natureza, a teoria da sociologia reflexiva de Bourdieu apresenta-se como um caminho teórico e metodológico adequado. A inserção desse paraibano em diferentes arenas de conhecimento e ação, tais como a ciência, a arte e a política, permitiu-lhe discutir temáticas com que se ocupavam outros intelectuais do seu tempo, notadamente as relacionadas à identidade nacional.

3. DISCUSSÃO SOBRE O NACIONAL

A temática do Nacional sempre foi recorrente na pauta de discussão sobre o pensamento intelectual brasileiro, constituindo-se causa e efeito dos processos políticos, sociais e econômicos. O pensamento ideológico sobre o Nacional inclui um olhar retrospectivo, uma visada no trajeto da construção do Brasil moderno, em vista do *ex-post* dos movimentos no campo intelectual a partir das histórias dos seus agentes.

3.1 O BRASIL DO FINAL DO SÉC. XIX E INÍCIO DO SÉC. XX

É na constituição do campo intelectual posto à prova pelo sistema formal de racionalização que nos servimos da teoria da reflexividade, a fim de relacionar texto/contexto. Com isso, busca-se objetivar o movimento no campo intelectual, a partir da reconstrução da história da qual repercutiu um conjunto ideológico que vigorou dos meados do século XIX ao início do século XX e que propiciou a Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Essa base ajuda-nos a compreender a emergência do campo de intelectuais brasileiros preocupados em definir o Nacional, cultivando a ciência no espaço da modernidade.

Para isso empreendemos algumas considerações em torno do processo de modernização do Brasil, na intenção de refletirmos sobre esse importante período, marcado inicialmente pela Proclamação da República e desdobrando-se na ideia de ordem e progresso, desencadeada pelo estrondoso projeto de

modernização, esta considerada tardia e pouco competitiva se comparada à industrialização europeia. De todo modo, a industrialização brasileira nasceu sob a influência modernizadora externa.

O Brasil parecia viver no fim do século XIII. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelavam-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada pelo colonialismo português (IANNI, 2004, p. 20).

No capitalismo nascente, alavancado pela indústria em formação, era evidente o atraso do Brasil, quando comparado aos países capitalistas mais desenvolvidos. Isso porque o *ethos* do pensamento fundante das estruturas nascentes formulara-se a partir do positivismo comteano, cujos lemas eram “Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim” (BOSI, in: MOISÉS, 2004, p. 19). Nesse ambiente, o impulso modernizador entra no curso da história brasileira, amparado por uma ideologia positivista, forjada no espaço social do interior, onde os agentes, em suas posições, teciam o campo cultural.

Esse cenário de produção cultural corresponde ao que Bourdieu denomina de subespaço, no “interior do qual está em jogo um tipo particular de alvos sociais, interesses que podem ser absolutamente desinteressantes do ponto de vista do que está em jogo no mundo exterior” (BOURDIEU, 2004 p. 115). Para além dos interesses particulares, o que estava em jogo era a consolidação do processo que levaria o país a competir no mundo capitalista em condição de igualdade com outros países, daí a necessidade de romper com o conservadorismo colonialista e lusitano, a fim de modernizar suas estruturas políticas e sociais. O problema é que o conservadorismo, contrário à

modernização, era parte de uma mentalidade secular que desejava manter privilégios sacralizados na tradição.

A mentalidade conservadora da elite promotora da derrocada do império colonial temia a desconstrução do seu *status quo*. Assim, a modernização vai se instaurando no Brasil pelo alto, sob o prisma da racionalidade apoiada numa concepção otimista da história, cuja promessa de desenvolvimento econômico, alavancado pela industrialização, promoveria não apenas uma necessária mudança nas estruturas arcaicas de herança colonial, mas também faria vigorar um projeto de nação fundamentado na crença científica, cuja reivindicação de superioridade sobre outras formas de conhecimento produziria uma informação confiável e válida, em nome da verdade.

O projeto modernizador tinha a pretensão de alocar o país noutro estágio de desenvolvimento. Havia a crença de que o conhecimento científico e tecnológico conduziria as sociedades ao progresso.

A modernidade em curso, aqui discutida, pode ser abordada a partir de dois aspectos: “modernidade-nação e modernidade-mundo” (IANNI, 2011, p. 310). A primeira se instituiria pela construção de um “nacionalismo metodológico”, cujo paradigma estaria embasado na sociedade nacional com o objetivo de buscar a identidade da nação; a segunda se constituiria com base nos padrões de ação da sociedade global, com todos os seus dilemas e “implicações não só político-econômicas, mas também socioculturais e psicossociais” (IANNI, 2011, p. 313).

A problemática que envolve a identidade no mundo atual pode ser, portanto, historicizada no ambiente de discussão sobre o Estado-Nação, cujos fundamentos ocuparam a agenda de intelectuais que pretendiam formar e

consolidar o Estado brasileiro, engendrando um conceito de identidade eivado da ideologia nacionalista.

Destarte, pensar na construção do Brasil moderno evoca um conjunto de ideias que deram origem ao Estado-Nação, e, no centro da discussão dessas ideias, surge a busca de uma identidade nacional moldada no contexto de um território específico.

o debate sobre a questão nacional na América Latina, encontra-se intimamente associado ao tema da modernidade. Independentemente das forças políticas em movimento, conservadoras ou progressistas, a ideia de um “projeto nacional” sempre se pautou por uma perspectiva modernizadora (ORTIZ. In: FERREIRA, 2002, p. 41).

No Brasil, essa perspectiva de modernização levou um grupo de intelectuais a refletir sobre a questão nacional a partir da estrutura arcaica do país, “em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais” (IANNI, 2004, p. 17). Traduz-se o conjunto dessas forças como capital econômico, que sendo considerado em um contexto mundial, é demarcado por centro e periferia.

O projeto modernizador brasileiro situava-se na periferia, fora do intercâmbio do capital concentrado no centro, cuja missão civilizatória é a de transmitir todo um conjunto de formalidades que caracteriza um lugar de pertença no mundo social. Civilidade aliada à racionalidade por via da ordem científica, segundo a qual a superação do atraso se daria por meio da manipulação técnica do mundo. Essa concepção tem caráter performativo, resultando numa verdadeira ideologia de desenvolvimento, só alçado pelo saber científico situado numa perspectiva evolucionista, donde as sociedades

evoluem das formas consideradas inferiores, ou mesmo das tradicionais, para as formas consideradas superiores modernas.

Os modelos de análises evolucionista e social darwinista largamente utilizados justificavam as práticas de dominação imperialista no Brasil. No final do século XIX, o que se valorizava não era tanto o avanço científico, e sim uma cientificidade difusa. O Imperador D. Pedro II se apresentava como um incentivador da ciência, tendo sido conhecido como um assíduo frequentador de exposições, expedições e reuniões nacionais e internacionais de cunho científico, o que simulava uma imagem moderna de um país industrializado, civilizado e científico.

Essa imagem é reforçada e difundida nos jornais e romances naturalistas, publicizando um ideário evolutivo positivista. As Ciências Naturais adotavam o “método experimental”, impondo-se como modelo de uma cientificidade que se fundamentava na observação e na experimentação, tendo como pressupostos básicos a objetividade e a neutralidade.

Schwarcz (1993)⁵ aponta o século XIX como momento inaugural da Sociologia a partir da institucionalização do método Durkheimiano, momento em que também se desmembram as Ciências Sociais das Ciências Naturais. A Sociologia nasce, assim, com o objetivo de estudar os fenômenos sociais, tomando o comportamento humano como uma relação de interdependência, imanente ao processo histórico de mudança da sociedade, uma vez que tanto a sociedade quanto o próprio homem estão em constante transformação.

Nas Ciências Naturais, o objeto é uma realidade dada, nas Ciências Humanas e Sociais, o objeto é o próprio homem, em sociedade, vivendo em

⁵ O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.

relações com outros homens e com a própria natureza. Para José Américo, algumas análises de cientistas fundadas em “certos preconceitos biológicos derivavam de um material de estudo em plantas e animais, e eram, portanto, inaplicáveis ao homem que não fornece os mesmos meios de observação sistemática” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 538).

O rigor do método, como critério de validação da verdade da ciência, era um pressuposto da maior parte dos intelectuais que refletiam sobre a nação, seu futuro e dificuldades, e, particularmente, dos que se ocupavam de estudar o processo de miscigenação no Brasil:

Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, um “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social – eugenia -, cuja meta era intervir na reprodução das populações (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

A miscigenação é tema central na visão etnocêntrica de teóricos estrangeiros que entendiam a mestiçagem brasileira como um problema. A essa visão que permeava os debates sobre raça em meados do século XIX, soma-se uma vertente de pensamentos pessimistas acerca da miscigenação, pensamentos estes partilhados por muitos viajantes estrangeiros de diversas nacionalidades que produziram as primeiras representações geográficas e sociais do Brasil. Para eles, o Brasil era uma “nação degenerada de raças mistas”, um “modelo de falta de atraso” em função de sua composição étnica e racial.

Os representantes da intelectualidade local, composta por Manuel de Oliveira Lima, Francisco José Oliveira Viana, Tobias Barreto, Silvio Romero, João Baptista Lacerda, Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e outros,

ávidos leitores da produção europeia, formulavam modelos de interpretação étnica na tentativa de encontrar uma lógica para explicar a formação nação brasileira.

Essa busca propiciou, no final dos anos 1870 do século XIX, um tipo especializado de profissionais reconhecidos como *homens de sciencia*. Com a queda da monarquia, esses intelectuais conservavam certa identidade que os unia. Contudo esse mesmo contexto marcará “o início de uma disputa velada entre os profissionais de *sciencia* e os homens das letras” (SCHWARCZ, 1993, p. 37). Os últimos eram considerados alheios às questões políticas e sociais, enquanto os primeiros se identificavam como mais engajados nas questões do país.

A atividade científica brasileira deu-se no âmbito da *mundialização* de formas de pensamento, fato que oportunizou a integração dos cientistas nacionais com os centros europeus de produção de saber, algumas vezes por meio da participação dos brasileiros em congressos internacionais. Esses congressos promoveram a difusão da literatura internacional, o que certamente implicou na inculcação dos modelos europeus, que constituíram o germe do nascente Brasil moderno.

Assim, no início do século XX, o ideário cientificista espraia-se por toda a sociedade, fazendo-se sentir através da adoção de programas de higienização e saneamento. Essa nova racionalidade científica nos remete ao conceito de “Estado jardineiro” (BAUMAN, 1999), cuja finalidade era consolidar os projetos de cunho eugênico, eliminar a doença, separar o louco, o pobre e definir o outro. Em tal processo de racionalização verifica-se um descompasso entre os programas científicos e os seus diretamente beneficiados.

É no curso da dinâmica histórica do contexto nacional, entre o final do Século XIX e início do Século XX, que perscrutaremos o movimento dos campos, em meio às trocas que ali são operadas entre seus agentes. Entendendo-se que agentes e grupos de agentes “são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (BOURDIEU, 2005, p. 134), onde, historicamente, constrói-se o pensamento social que forjou os ideários sociais e políticos.

3.2 O SENSO DA DISTINÇÃO: OS INTÉRPRETES

Os intérpretes, aqui entendidos, constituem uma classe de intelectuais que se propunham a traduzir as vertentes do pensamento fundador do Brasil Republicano e, em certa medida, influenciaram o pensamento social brasileiro produzido no final do Século XIX e início do Século XX.

Alonso (2002), ao discutir as principais linhas de interpretação da geração dos anos 1870 do século XIX, observou duas vertentes: uma cognitiva e outra prática. A cognitiva corresponde à capacidade de gerar teorias sociais, situando-as no plano histórico das ideias. A prática caracteriza-se como movimento produtor da ideologia modernizadora.

Nas duas vertentes, cognitiva e prática, apontadas por Alonso (2002), ocorre uma desconexão entre os agentes de pensamentos e os agentes da ação política, evidenciando-se uma clara distinção entre a atividade intelectual dos políticos e a atividade política dos intelectuais. Uma reduz-se à construção de um projeto de conhecimento que dê conta da realidade nacional; outra expressa-se como manifestação da atividade dos sujeitos no plano das ações políticas. Observando o fato de que as manifestações coletivas se expressam

“tanto em escritos quanto em forma de ação” (ALONSO, 2002, p. 35), conjugamos as duas vertentes, a fim de obter um novo modo de interpretar trajetórias.

Ianni (2004) apontou três grandes linhas para a abordagem de trajetórias. A primeira “é a que se concentra na análise do Estado, da organização do poder estatal, tendo em conta ressaltar a missão do Estado como demiurgo da sociedade e da história” (IANNI, 2004, p. 43). Nessa perspectiva, o proeminente papel do Estado se defronta ordinariamente com a sociedade civil, cujo bloco histórico encontra-se tutelado pelo centralismo estatal. A segunda “debruça-se concentradamente na formação, tessitura e mudança da sociedade” (IANNI, 2004, p. 45), com ênfase na herança colonial. Nesse caso, as influências colonizadoras determinam a formação do tecido social, bem como sua organização estrutural. A terceira enfatiza os aspectos culturalistas, mas considerando as “elaborações típico-ideais” (IANNI, 2004, p. 47), entendendo-se como tipos ideais certos padrões sociais fortemente enraizados na formação sociocultural, político-econômica e psicossocial brasileira. Aí entram em jogo as tradições indígenas, africanas, portuguesas, ibéricas e mediterrâneas.

Ao considerarmos o fato de que o conhecimento se desenvolve no processo histórico, percebemos que tais linhas de interpretação influenciaram fortemente o debate sobre a questão nacional, no tocante aos paradigmas explicativos sobre o país racial e culturalmente miscigenado.

Vê-se, portanto, múltiplos diálogos e olhares em torno do processo histórico de formação do campo reflexivo das ideias sobre identidade nacional, cujas formulações tornaram-se clássicas, à medida que foram se reatualizando

no debate contemporâneo sobre a possível conciliação entre tradição e modernidade. Essas noções podem contribuir para a definição de novos olhares sobre a lógica dos estudos de trajetórias e disposições assumidas a partir do esquema da classificação do conjunto de agentes, inseridos nesse campo reflexivo sobre o duplo tema nação/identidade.

São os agentes no mundo social que produzem os sistemas de ideias e, ao mesmo tempo, as tomam como orientação para suas ações, ingressando esses agentes numa práxis, mediante a atividade política recorrente da luta pela direção e estruturação da sociedade. “Uma práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade” (VÁSQUEZ, 2007, p. 231) em busca de interesses de classe.

No mundo social, o poder é o mais importante instrumento para a transformação de uma sociedade. Porquanto o entrelaçamento entre saber - conhecimento da realidade e da correlação de classe - e poder - representação advinda de uma lógica circunstancial, especificamente, o exercício do cargo político (Legislativo, Executivo ou Judiciário) possibilita transformar o ideal em real.

José Américo apresenta-se como um intelectual brasileiro que, no contexto da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, realizou um estudo, seguindo os rigores científicos, sobre a realidade social e cultural da região Nordeste, o que resultou num produto da ciência. Tendo a posse desse conhecimento e a condição circunstancial para o exercício do cargo político, perseguiu uma linha de ação, fundamentando-se no resultado do seu trabalho, que se consumou em práxis política.

Essa práxis é ao mesmo tempo o resultado – conhecimento – e

processo da ação dos agentes objetivamente ligados a um grupo ou classe. O conhecimento acumulado foi construído, e o “princípio dessa construção é o sistema de disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e sempre orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 2009, p. 86). Ao participar do contexto de produção de conhecimento José Américo estabeleceu relações objetivas com os intelectuais de sua geração. Por meio dessas relações tem-se um produto objetivado, incorporado das estruturas e dos *habitus* – que constitui-se num conjunto de esquemas interiorizados, geradores e organizadores de práticas, que, permite a cada agente criar, a partir dos princípios implícitos do campo, suas condutas no mundo social. Deste modo, cada um adquire e demonstra, para os portadores do mesmo *habitus*, um sentido do seu próprio lugar no espaço social.

No campo reflexivo, o intelectual constitui-se como tal a partir da autoridade que se afirma na distinção de uma posição. A posição dos agentes – membros de uma estrutura definida como classe – (dos sociólogos, antropólogos, escritores, políticos...), se define pelo senso de distinção, esta, se revela a partir da distribuição das diferentes espécies de capitais (científico, artístico, político...) no campo de lutas. Esse campo de luta é lugar de materialização da prática da distinção mediante as confrontações dos capitais, singularmente apropriados pelos seus agentes através da violência simbólica presente na luta no intuito de distinguir-se.

Para tornar inteligíveis tais confrontações é preciso ter em mente que nenhuma interpretação esgota os sentidos possíveis, porque elas circulam no âmbito do “conflito das interpretações” (RICOEUR, 1998). Portanto, acreditamos na plausibilidade do caminho escolhido a partir da seleção do

percurso temático para a compreensão das práticas e obras produzidas a partir do *habitus* dos agentes que compunham o campo de produção científico das ciências sociais no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

3.3 OS AGENTES EM TRAVESSIAS TEMÁTICAS

Nesse percurso, pretendemos explicitar a questão do Nacional, na construção do perfil do Brasil moderno. Para isso, consideramos indispensável apreciar as contribuições de autores que se dedicaram a essa temática e que tiveram legitimadas suas ideias no campo da história do pensamento social no Brasil, dentre os quais, destacamos Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Manuel Bomfim, Oliveira Viana, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e José Américo de Almeida.

Pela abrangência do tema, realçamos, no ambiente de discussão, as questões da recorrente busca da Identidade Nacional como processo interdiscursivo.

As discussões sobre o Nacional no campo da história do pensamento social brasileiro, com enfoque no Brasil moderno, ocorrem na produção dos intelectuais, à medida que os mesmos vão incorporando em suas obras o tema Identidade Nacional. O embate de vozes na esfera discursiva revela homologias e diferenças entre os agentes, constituindo-se aí, aspectos distintivos, uma heterogeneidade discursiva, em que se percebe, por um lado, a ocorrência de relações contratuais e, por outro, de polêmicas, ou seja, a identidade discursiva ou a diferença (MAINGUENEAU, 1997).

A temática do nacional no âmbito do Brasil Moderno e democrático pode

ser compreendida com fulcro na ideia de que

a modernidade também gera e nasce de uma tradição, formando um sistema que deriva da inovação e da pluralidade, podendo criar, por outro lado, um processo de centralização ideológica e de, ao mesmo tempo, integração de diferenças periféricas e busca da uniformidade efetuada pela perseguição à diferença eleita como tal (SOUZA, 2007, p. 19).

Ao romper com a tradição clássica colonialista, gera uma nova tradição que se desprende das formas consagradas de organização política no tocante a centralização ideológica. Sob a bandeira do Nacionalismo associado à ideia de progresso e fortalecida pelo espírito patriótico concentra-se a ideia de integração e unidade. Nesse sentido a proposta de modernidade deriva da tradição, aqui, é tomada em termos funcionais visando manter ideologicamente a coesão da identidade nacional.

Com essa visão Sílvio Romero (1851-1914) se apresenta como autor de uma nova tradição que busca embasamento científico para compreender o Brasil Moderno. Ele ocupa um lugar de destaque na vida intelectual brasileira. Sua trajetória intelectual inicia-se em 1870 e sua obra “estende-se em vários campos, como folclore, de que foi pioneiro, a história, a crítica literária, a crítica social, a polêmica” (Romero, 2001, p. 8). Sempre se apresentou como um homem da ciência, um pensador moderno à época, porém, dentro de um viés romântico. Afinado com a cultura intelectual europeia, suas ideias se expressam na tessitura dos ideais nacionalistas, em coerência com o contexto da moderna construção do Estado-Nação, que

se formou a partir de contingências históricas. Enquanto o Estado é definido como um conjunto de instituições voltado para a ordem pública, a nação se pretende a expressão de convicções, lealdades, solidariedades e identidades, sobretudo de natureza cultural e linguística (SCHNEIDER, 2005, p. 46).

Embora seja essa uma definição relativamente recente, ela converge para o que queremos discutir, posto que traduz o lugar de pertencimento no mundo social através do reconhecimento de elementos culturais compartilhados, tais como língua, etnia, entre outros, fatores que evidentemente influenciam a formação de uma consciência nacional, baseada na ideia de progresso.

Por outro lado, assim se expressa Romero:

É preciso formar a educação republicana, tornando-a uma convicção consciente no seio da nação. É mister formar alicerces bem seguros para nova construção política ser amada e tornar-se um fermento de vida e progresso” (ROMERO, 2001, p. 69).

Nesse sentido, Romero apresenta como características da cultura moderna o desenvolvimento político cultural e econômico, pois, ao “evocar uma abordagem moderna e científica para a realidade brasileira, Romero se colocava em favor do novo e do progressista, segundo os padrões da época” (SCHNEIDER, 2005, p. 56). Essa visão adequa-se perfeitamente à visão modernista cientificista.

Como um liberal, suas teses se distinguem da tradição romântica prevalecente à época. Ele expôs de forma sistemática os temas constituintes do eixo dessa discussão acerca da nacionalidade, pois pensou o Brasil a partir de dois pilares: nacionalidade e progresso, sem excluir sua percepção histórica no processo de formação. Para Romero, o Brasil era constituído de “um povo destarte argamassado, os mestiços de todas as gradações e matizes estão em maioria e nos governos democráticos a maioria dita a lei” (ROMERO, 2001, p. 75). Daí sua convicção de influir sobre os destinos da República a partir de

uma base política afinada com a história social, sem desconsiderar sua complexidade nos fins do século XIX.

Para esse autor:

O Brasil é um país fatalmente democrático. Filho da cultura moderna, nascido da época das grandes navegações e das grandes descobertas, o que importa dizer, depois da constituição forte da plebe e da burguesia, ele é, além do mais, o resultado do cruzamento de raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical. Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento (ROMERO, 2001, p. 72).

“Fatalmente democrático” no sentido incontestável, dado o estabelecimento da cultura moderna e a predominância do sangue tropical. Mesmo considerando incontestado o fenômeno da miscigenação, Romero discute a questão da mestiçagem a partir de elementos físicos e moral, atribuindo aos aspectos morais “uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum”.

Talvez com o objetivo de escamotear a questão apresentada em torno dessa dificuldade, ele sugere que ela pode ser reduzida “por uma severa educação” (ROMERO, 1980, p. 305). De modo que, se existe algum mal no processo de miscigenação, é possível contorná-lo pela educação.

Divergindo, em tese, do pensamento romeriano, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico legista com uma vasta produção acadêmica, notabilizou-se por estudar as relações raciais e por suas ideias racistas, dentre as quais trata da influência social do negro no Brasil. Cientista criminalista, teve sua atenção prioritariamente voltada para a antropologia patológica, influenciado fortemente pelo criminologista italiano Cesare Lombroso. A

extensão do seu trabalho converge para uma especialização das questões raciais.

Para Nina Rodrigues, o mestiçamento no Brasil tem uma distribuição desigual dos tipos raciais. A raça africana, a mais atrasada, tem como resultado do cruzamento com outra variedade um tipo mental sem valor. Para ele o

critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos Norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções (RODRIGUES, 2010, p. 12).

Em sua previsão científica, seguindo o fenômeno natural a partir da explicação evolutiva, a raça negra estaria fadada à estagnação. Na compreensão de Arthur Ramos (2004), a teoria sobre a mestiçagem, elaborada por Nina Rodrigues, segue o pessimismo de José Veríssimo, quando afirma que

forçosamente lenta em fazer-se, e ainda mais em atuar espiritualmente, não podia esta mestiçagem haver influído na mente brasileira senão superficial, indefinida e morosamente. Em todo caso as duas raças inferiores apenas influíram pela via indireta da mestiçagem e não com quaisquer manifestações claras de ordem emotiva, como sem nenhum fundamento se lhes atribuiu (VERÍSSIMO, 1998, p. 40).

Sua adesão a esse pessimismo decorre do que ele chamou de princípios fundamentais: a herança pela transmissão de caracteres e o mestiçamento. Fica patente nas teses de Nina Rodrigues a proeminência do branco, visando exclusivamente destacar a superioridade da raça branca para construção de um projeto civilizatório nacional. Pois para ele os

extraordinários progressos da civilização europeia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazes e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social (RODRIGUES, 2010, p. 290).

Se essa emancipação estaria postergada no tempo, seria uma decorrência não do processo evolutivo, mas da subversão da ordem. Para Nina Rodrigues a "garantia da ordem social" constitui condição *sine qua non* em suas teses, como podemos constatar em seus estudos antropológicos sobre as epidemias, prevenção e repressão ao crime, aperfeiçoamento das leis, e em sua atenta participação no planejamento institucional.

Longe de uma democracia racial, pelo que pudemos observar em breve visada às obras de Nina Rodrigues, a ideia de um Brasil moderno está diretamente relacionada à garantia da ordem afirmada numa organização social dirigida pelo branco.

Para José Américo, a criminalidade não é um atributo de raça, mas resulta da falta de instrução entre as pessoas, uma vez que a ausência de instrução influiria diretamente no aumento da atividade criminosa. Referindo-se ao cangaceirismo, ele diz que “a miséria é acusada como uma das forças que impelem aos atos condenáveis” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 539). Daí sua insistente defesa do aparelhamento das estruturas sociais e de uma “orientação política unificadora dos grandes construtores de nossa nacionalidade” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 561). Isso faria desaparecer os fenômenos da miséria, da criminalidade e do analfabetismo.

No Brasil apresentado por Euclides da Cunha (1866-1909), em sua

emblemática obra **Os Sertões**, o nacional começa no sertão.

[ele] faz uso do mesmo esquema teórico utilizado por Sílvia Romero e também por Nina Rodrigues, através de sua procura por explicar a nação brasileira a partir da negociação entre os conceitos de “raça” e “meio geográfico”, retomando, com isso, as inquietações em torno da possibilidade de existência de um tipo étnico genuinamente brasileiro, produto dos cruzamentos raciais (DANTAS E COSTA, 2010, p. 7-8).

Essa procura por um tipo étnico se expressa na busca do que seria autenticamente nacional e, nesse sentido, duas temáticas se encontram: a da identidade e a da nação. Entre contrastes e confrontos, a intenção euclidiana era a de encontrar uma unidade na formação da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, Cunha pretende construir uma arquitetura dessa unidade, fundamentando-a no “esquema positivista de Hyppolite Taine, que propunha a trilogia - meio, raça e circunstâncias” (LIMA, In: BOTELHO e SCHWARCZ, 2009, p. 108).

Em **Os Sertões**, é notório o emprego de um esquema evolucionista tripartite, montado pelo autor, Euclides da Cunha, como sustentáculo dos sentidos da tese ali defendida: a terra, o homem, a luta. A discussão temática empreendida apoia-se na dicotomia contraste/confronto, da qual sobressai a ideia rotunda do contraponto: raquítico/forte, litoral/interior, sociedade moderna/sociedade tradicional, a fim de traçar um quadro do Brasil.

A crença de que a ciência positivista seria o instrumento para consolidação de um projeto de nação leva-o a inspirar-se nessa teoria da qual advém sua visão de sociedade dividida entre dois polos: um atrasado e outro civilizado. O primeiro se refere ao Sertão que, em decorrência do abandono pelo poder governamental, estaria alheado do progresso; o segundo se refere

às elites políticas e ao exército, onde estariam alocados os últimos representantes da civilização:

Entrou pela rua em continuação à entrada e fez alto no largo. Foi um sucesso. Entre curiosos e tímidos, os habitantes atentavam para os soldados — poentos, mal firmes na formatura, tendo aos ombros as espingardas cujas baionetas fulguravam — como se vissem exército brilhante (CUNHA, 1984, p. 134).

Os verdadeiros emissários do progresso e da modernidade, numa ação truculenta, recusam o diálogo; a linguagem é a da violência. Não há alternativa diante da expedição demandada pelo Governo. O povo de Canudos resistiu à nacionalidade, até sua completa extinção. Para Cunha, esse bravo sertanejo,

mestiço de bravura inextinguível e ferocidade rara, Pajeú. Legítimo cafuz, no seu temperamento impulsivo acolcheteavam-se todas as tendências das raças inferiores que o formavam. Era o tipo completo do lutador primitivo — ingênuo, feroz e destemeroso — simples e mau, brutal e infantil, valente por instinto, herói sem o saber (CUNHA, 1984, p. 165).

O Contraditório é que ele ressalta todos esses atributos do mestiço e diz: “A mestiçagem extremada é um retrocesso” (CUNHA, 1984, p. 62). Sobre o sertanejo, destaca: “É um retrógrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1984, p. 64). José Américo rebate essa afirmação dizendo: “se o progresso não foi simultâneo, não se pode, entretanto, dizer que o sertanejo seja um retardatário, até em relação a outros agrupamentos do litoral” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 546). Todavia concorda com o autor de Os Sertões, quando este, em referência ao homem do interior, afirma: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1984, p. 66). José Américo pontua essa afirmação, ao dizer:

Ele é, realmente, um forte, porque sua formação menos heterogênea foi caldeada pelo meio físico. Sua receptividade

às novas condições de vida sempre foi tão natural que parece traduzir uma necessidade orgânica do fator nobre (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 547).

Euclides da Cunha estabelece a distinção entre o sertanejo do sertão e o do litoral, do seguinte ponto de vista: o sertanejo do litoral “é desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (CUNHA, 1984, p. 66).

Essa ideia euclidiana é rebatida por José Américo ao dizer que não é fiel o retrato de “Hercules-Quasimodo [...] O sertanejo da Paraíba é, ao contrário, um excelente exemplar da raça” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 547). O sertanejo do litoral é tipificado como o Praieiro, “o homem que se aventura ao alto mar, dia e noite, [...] com uma tranquilidade equilibrada, e torna, ao cabo 24 horas, [...] com a mesma disposição de espírito” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 541). Por essa razão, não deixa de apresentar os caracteres de resistência da raça, ainda que submetidos à própria sorte.

Sobre identidade nacional, ele afirma não existir um tipo antropológico brasileiro. Nesse ponto há uma concordância entre ambos, uma vez que o mestiçamento não se operou uniformemente em todo o país.

Optando por outra perspectiva para pensar o Brasil moderno, Arthur Ramos (1903-1949) difere de Cunha no tocante às questões relacionadas com o projeto formador do nacional. Ramos destacou-se no campo da antropologia, sobretudo, por sua luta antirracista e pró-democrática.

Em seu livro, **A mestiçagem no Brasil** (2004), ele parte da afirmação de que não existem no Brasil pesquisas sobre mestiçagem com o devido rigor científico, uma vez que as “pesquisas são em número limitado e não permitem ainda conclusões definitivas” (RAMOS, 2004, p. 65). Assim, critica as

formulações científicas que endossam o preconceito contra a “pureza ou impureza” das raças. Nesse trabalho de investigação, Ramos produz uma análise acerca da mestiçagem brasileira. Antes de apresentar os resultados dessa análise, ele mostra um quadro da mestiçagem e sua distribuição regional, rechaçando o contraditório em autores de sua geração. Sua pesquisa, por ele mesmo definida como incompleta e fragmentária, possibilitou-lhe verificar que

mestiçagem não acarreta nenhuma “degenerescência” ou perda do vigor biológico. Muito pelo contrário, ela é fator da formação de fenótipos resistentes, de relativa homogeneidade, que estão possibilitando a construção de uma civilização nos trópicos (RAMOS, 2004, p. 166).

Nessa perspectiva, Ramos polemiza criticamente as ideias, para ele, equivocadas em torno dos “males” da mestiçagem, ao tempo em que constrói um novo olhar científico sobre essa questão no Brasil. Do ponto de vista epistemológico, inaugura uma nova abordagem sobre raça a partir da visão culturalista.

Essa mesma visão é partilhada por José Américo em seus estudos etnográficos, ao identificar a população paraibana a partir de sua região, de seu modo de vida e de sua relação com natureza. Assim, não existe nenhum tipo de mal na mestiçagem, todo mal é deslocado para as questões de ordem política e administrativa.

Ramos era Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e membro fundador da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. Sua produção, quase na totalidade, está voltada para as questões do negro brasileiro, o que lhe propiciou um lugar de destaque no

contexto pós-guerra, período de profundas transformações, em que a intelectualidade brasileira elegeu o tema da cultura nacionalista.

Nesse ambiente de profundas transformações sociais e tecnológicas, promovidas pelo avanço urbano-industrial, pela chegada dos imigrantes estrangeiros e recente mudança da ordem estamental escravocrata, que sustentava os pilares da sociedade tradicional, toda essa efervescência de acontecimentos passa a gerar uma instabilidade na ordem vigente, vindo daí a necessidade de valorização do que é autenticamente nacional.

É, pois, nesse período que Arthur Ramos, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e outros intelectuais aderem aos estudos culturalistas de matriz boasiana, com o intuito de legitimar suas posições acerca do que consideravam genuinamente brasileiro e de consolidar uma identidade nacional construída no ambiente de contato.

Vale destacar que os estudos de viés culturalista foram bem aceitos já nas primeiras décadas do século, porém, aqueles estudos guardavam uma diferença em relação à moderna antropologia culturalista, posto que esta, segundo Oliveira (2006), tinha como escopo o primado do diálogo com outras abordagens: evolucionismo, difusionismo, historicismo, entre outras.

De fato, com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, ampliam-se as possibilidades metodológicas da antropologia, relativamente aos estudos sobre o negro, que passa a ser visto, não como problema, mas como elemento cuja integração na sociedade fazia-se necessária. Nessa perspectiva, Ramos se destaca como um dos pioneiros na construção da história da antropologia e etnografia, uma vez que sua abordagem, orientada pelo culturalismo, engajada na luta contra o racismo e em favor da democracia

racial, influenciou o debate em torno do projeto democrático.

Preocupado também com o combate ao racismo e a instauração de uma ação democrática radical com o foco nas classes populares, destacamos a atuação intelectual, no final do século XIX e início do século XX, de Bomfim (1996), cuja obra foi por muitos anos esquecida.

Bomfim abandonou sua carreira de médico e se lançou no magistério, a partir do que constrói uma produção intelectual afinada com as discussões sobre nação. Ele colaborou com diversos jornais, revistas e escreveu artigos voltados para os interesses populares, sendo também o pioneiro na implantação, no país, de uma educação voltada para as classes populares, criando a fundação da Universidade Popular de ensino Livre.

Atento às questões contextuais do final de século XIX, marcado pelas tensões nacionalistas, Bomfim se apresenta como crítico e ideólogo na marcha para o desenvolvimento e progresso do país. Em seus primeiros ensaios, **A América latina: males de origem**, publicado em 1905, e **Brasil nação**, em 1931, reflete sobre problemas que embaraçam a efetivação democrática. Sua questão é:

Como se explica, então, este atraso de nações novas, certamente vivaces, estabelecidas em territórios propícios, férteis e clementes? É um problema sobre o qual ninguém se demorou ainda convenientemente, para achar as verdadeiras causas do atraso, e para deduzir delas a norma do proceder capaz de levar estas sociedades à situação que lhes compete (BOMFIM, 2005, p. 19).

Rebatendo o ideário da inferioridade e situando seu olhar sobre os primeiros passos do Brasil independente, Bomfim problematiza o processo emancipatório do Brasil Colônia. Sua concepção sobre leis que, segundo ele,

variam em função do meio, do lugar e do tempo, direciona o pressuposto de que o processo de colonização inspirado no conservadorismo resulta naquilo que ele denomina como atraso. Por um lado, esse atraso estaria relacionado à má educação (meramente bacharelesca das classes dirigentes); por outro, às estruturas do sistema político-econômico.

Sobre a questão do atraso, Costa pontua a veemente crítica de Bomfim à compreensão

hegemônica da intelligentsia brasileira de então de atribuir o “atraso brasileiro” à inconsistência dos elementos biológicos, alicerce das teorias sociais europeias que forjaram a base do racismo científico, tipificando essa forma de pensar como expressão de um discurso dominante que apenas visava legitimar interesses colonialistas europeus na América Latina (COSTA, 2008, p. 429).

A crítica de Bomfim possui um conteúdo didático no sentido de reorientar a condução de um pensamento que se tornara hegemônico. Ao tempo em que ele se apresenta com olhar cívico, critica o fato de que a grande parte dos intelectuais que discutia a questão da raça no Brasil, na verdade eram racistas.

De acordo o ponto de vista de Bomfim, a realidade brasileira apontava em sua formação “males de origem”, para cuja transformação e mudança exigia renovação da ação diretiva do país. Observemos o excerto abaixo:

Império ou República, se os dirigentes brasileiros tivessem a justa compreensão dos interesses nacionais e patriotismo para preparar a nação em vista da vida moderna, seríamos hoje um modelo de sociedade pacífica e inteligentemente produtora [...]. Apesar disso o Brasil continua a ser o país de analfabetos e impreparados [Sic], com uma média humana mais baixa do que a de qualquer dos povos chegados à civilização. Assim nos formamos, assim estamos e assim seguiremos, porque, na inferioridade dos governantes, os sucessivos regimes precisam viver sobre uma população politicamente nula, socialmente

bem atrasada e mentalmente desvalorizada. E a massa da nação brasileira foi cuidadosamente amesquinhada na ignorância [...] Concretamente: para evitar o desastre, temos de agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias de pensamento, desenvolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer: há que educá-las, como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política (BOMFIM, 1996, p. 518-520).

Para ele, a educação constitui a ferramenta primeira na construção de uma sociedade moderna e democrática. Daí a necessidade de despertar a atenção dos dirigentes do país para a necessidade do ensino público gratuito e de qualidade, a fim de alcançar tal objetivo.

Enquanto Bomfim é incisivo na crítica à gestão estatal conservadora, Viana (1999) propõe um modelo de gestão cujo fundamento é liberal, apregoando uma liberal-democracia dentro de um autogoverno, cujo objetivo é libertar o governo e a administração dos partidos políticos. Para Viana, o “complexo democrático Estado-Nacional não se formou em nosso povo-massa” (VIANA, 1999, p.326), porque a independência que realizaria a organização constitucional fracassou, em razão da falta de consciência do povo em torno do que significaria a concepção do nacional, bem como da finalidade histórica do seu destino como povo.

Para Viana, programar a ação modificadora no Estado, no sentido de alterar a estrutura mental do grupo social, seriam necessárias duas técnicas (autoritária e liberal) e dois métodos (coação e liberdade). Para isso, seria também preciso construir o Estado autoritário como passagem para a criação de uma sociedade liberal, cujo resultado seria a “liberdade política, que culminaria no autogoverno dos cidadãos pelo exercício consciente e autônomo

das liberdades políticas” (SILVA, 2008, p. 254). Sobre isso, não se pode ignorar a existência de certo idealismo, que fora recalcado na ocasião em que ele assume uma pasta ministerial no Estado Novo. Basicamente, quase que a totalidade da obra de Oliveira Viana data da década de 1920, período que coincide com o início de sua trajetória a serviço do Estado Novo como revisor das leis da União e com o momento em que foi Ministro no Tribunal de Contas.

Viana e José Américo divergiam ideologicamente no que se refere à concepção de Estado. Enquanto Viana defendia um Estado corporativo, que na realidade é um Estado autoritário, José Américo endossava o Estado democrático. No sistema corporativo defendido por Viana limita, a sociedade civil teria um poder limitado, pois o Estado exerceria o controle sobre ele, na perspectiva de resguardar o poder público.

Ao proferir um dos seus discursos, depois que sua campanha presidencial fora interrompida, José Américo atacou o Ministério do Trabalho, insinuando a existência de atividades “estranhas ao seu campo de ação” (ALMEIDA, 1986, [1965], p. 69). Ele se referia ao fato de que a instauração da ditadura de Vargas estava sendo organizada por Viana e legitimada de cima para baixo, por meio das corporações controladas pelo Estado.

No tocante às questões de raça, Viana se apresenta como herdeiro das ideias de inferioridade no processo de mestiçagem, conforme se verifica num trecho de uma de suas obras:

O homem branco cultiva, com efeito, certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa certos objetivos superiores, que de modo algum serão capazes de constituir motivos determinantes da atividade social do homem negro. Esses objetivos, que são a causa íntima da incomparável aptidão ascensional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens de raça negra, na sua quase totalidade

incapazes de se elevarem, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização (VIANA, 1956, p.155-156).

Aqui o homem branco representa o tipo antropológico modelar. A matriz do pensamento de Viana ancora-se no determinismo evolucionista. Nessa visão arianizante de melhoraria das raças, o negro está completamente alheio ao processo civilizador, um bárbaro, inexoravelmente alijado da participação no projeto de nação. Nessa perspectiva, suas ideias se aproximam flagrantemente das ideias de Nina Rodrigues. Longe dessa concepção, Almeida compreende a mestiçagem como um processo rico, ao valorizar a diversidade ele defende uma brasilidade de afirmação cultural, assumida não no sentido de lutas regionalistas, mas de integração entre todas as regiões que formam o Brasil.

O pensamento de Gilberto Freyre em torno dessa discussão harmoniza-se com o de José Américo, uma vez que o primeiro, na compreensão de Costa (1992),

valoriza não é tanto o “resultado” do processo, um determinado caráter nacional brasileiro, que se prestaria facilmente a uma miscigenação nacionalista, mas o processo de miscigenação em si, no que ele tem de dinâmico, plástico, adaptativo e, especialmente, democratizante (COSTA, 1992, p. 231).

Esse processo dinâmico e democratizante se contrapõe ao argumento autoritário de Viana, justamente pelo fato de que a sociedade brasileira é culturalmente mestiça, singularizada nas trocas culturais entre índios, negros e portugueses. Na interação dessas alteridades, o processo de miscigenação possibilitou, segundo o olhar Freyreano, uma democracia étnica e cultural apoiada num processo de fusão, por via da mestiçagem e do sincretismo,

característica que vai nortear a

[...] miscigenação, a dispersão da herança, fácil e frequente mudança de profissão e de residência, fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre diferentes zonas do país (FREYRE, 1978 p. 54).

Nessa dinâmica social, o projeto de construção nacional não estaria desvinculado de uma concepção democrática. É nesse sentido que **Casa Grande & Senzala** (1978) constitui uma verdadeira epopeia do processo formador do nacional. Ao reivindicar o estudo do fenômeno cultural a partir das trocas efetivadas por meio do cruzamento de alteridades, Freyre colocou em evidência um processo civilizador entretecido por fortes laços sociais e afetivos. Nesse sentido, o elemento integrativo é fixado numa base simbólica própria do sistema “casa grande e senzala”, que se realiza entre o portador da cultura dominante e o da cultura dominada. Nessa relação social desigual, prevalece a fixação dos valores e interesses do opressor.

A modernização instaurou uma nova configuração da sociedade, o Estado e o mercado capitalista promoveram um deslocamento da posição social dos mestiços, tornando-os uma questão utilitária no ideário de ordem e progresso. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o dispositivo da democracia racial emerge, de relações sociais “antagônicas, mas geradoras de uma nova estrutura social” (COSTA, 1991, p. 231). Porquanto o processo de mistura em Freyre parte de uma composição romântica, uma positividade no processo de miscigenação.

O ponto de vista freyreano em torno da positividade no processo de

miscigenação é compartilhado com José Américo, visto que também considera a miscigenação como uma positividade. Em sua proposta *antrossociológica*, defende que a miscigenação, ao contrário dos que a viam como representação do atraso social e econômico, fomenta a criatividade, amplia a resistência e promove a diversidade, num processo de enriquecimento da identidade nacional. Para ele, a falta de desenvolvimento da sociedade seria resultante da ausência de democratização do poder e do capital. E, nesse aspecto, observa-se que a afinidade de pensamento entre os dois intelectuais não é total, posto que José Américo não aceita a ideia de Freyre de que a democracia racial asseguraria a democracia social. De acordo com o primeiro, o que se pressupõe relativamente a essa questão é a necessidade de construir uma nova consciência pública, democratizar os bens públicos, pois grande parte da população,

não possui cultura social nem senso psicológico para distinguir as individualidades e as situações [...] A massa popular não está familiarizada com a discussão dos problemas da nacionalidade e, por isso, sacrifica os valores no automatismo dos sufrágios. Os condutores - não digo da opinião pública, por que não temos organizada - do aparelho eleitoral moldam, na maioria das vezes, suas preferências pelo prestígio regional dos candidatos (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 281).

Trazer luz a essa consciência da população, relativamente aos processos decisórios, despertaria o povo para as questões nacionais e possibilitaria reconhecer

o mal crônico dos serviços públicos. As sanguessugas do afilhadismo, o emperro das medidas, a descontinuidade dos planos, a intervenção dos interesses dispersivos – tudo desvirtuava e impedia o programa de melhoria das condições do Nordeste (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 324).

É por essa razão que José Américo não fala em democracia racial, pois

isso significaria excluir da responsabilidade pelo abandono e atraso do país os seus verdadeiros responsáveis. Ele assevera que:

Resta indagar se a raça é capaz dos destinos que lhe atribui a renovação. Escuso, ainda desta feita, de me emaranhar na controvérsia sobre os fatores naturais. O elemento etnográfico, susceptível de irrecusáveis modificações, não pode ser avaliado por preconceitos teóricos (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 511).

Por conseguinte, José Américo, em seus estudos, revela sua posição contrária a qualquer forma de preconceito teórico, justificando o abandono da região paraibana pela via do materialismo histórico, como um descaso de ordem político-administrativa.

A história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 511).

Ao evocar a consciência do povo, atribui a este uma posição de protagonista no processo de mudança, somente possível por meio da participação coletiva.

Outra importante discussão que também apresenta pontos de contato com o pensamento de José Américo é a de Sérgio Buarque de Holanda, em

Raízes do Brasil.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 1995 p. 146-147).

O homem cordial aqui aparece como síntese de um processo,

conquanto na perspectiva de Holanda, nossas raízes são matizadas não apenas pela mistura de raças, mas também pela associação que tem por base a solidariedade, tornada efetiva por meio das trocas que se processam num ambiente emocional. Contudo, esse “homem cordial” constitui o entrave para o fortalecimento da democracia em nosso país, haja vista tratar-se de um tipo de mentalidade produtora da cultura de personalidade, cuja característica é o personalismo ou a “oligarquia, que significa o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo” (HOLANDA, 1995, p. 183). Para Holanda, a democracia só se efetivaria, pelo rompimento com a indefinição entre o público e o privado, daí a necessidade também de rescisão com a mentalidade da cultura do personalismo. O trato da coisa pública, nessa visão, impõe-se como condição à negação de formas já consagradas no Brasil. Ele ainda afirma que

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 1995, p. 160).

Esse exato mal-entendido fertilizou o terreno revolucionário, culminando na Revolução de 1930, a partir da qual foi se engendrando uma nova configuração da cultura brasileira, um processo de transição que

ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio (que teve desenvolvimento espetacular). Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o Estado – devido às novas condições econômico-sociais. E também à surpreendente tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente. Os anos 30 foram de engajamento político, religioso e social no campo da cultura (CÂNDIDO, 1980, p. 27).

Todas essas transformações tinham como pano de fundo um contexto marcado pela crescente industrialização e urbanização e surgimento de uma nova configuração de classe protagonizada pelos setores populares. Esse momento coincide com um descontentamento que gradualmente generalizava-se entre os operários da nascente indústria no seio do Estado oligárquico, autoritário e patrimonial. Estado esse que detinha uma economia predominantemente agro mercantil, uma extensão da classe senhorial, cuja ordem é colocada em cheque pela ascensão de uma nova classe, defensora do deslocamento do eixo de decisão central e da consequente democratização do poder.

Sob o lastro da modernidade, situamos esse importante período da história brasileira, deflagrado com Proclamação da República e encadeado pelo estrondoso projeto de modernização que se reverbera na dinâmica do campo intelectual, ordenando o pensamento de um novo Brasil. O emblema desse período é “ordem e progresso”, o qual foi contestado pelos intérpretes do Nacional, cujo senso de distinção frente a outros intérpretes se desenvolve atravessando o percurso temático modernidade e democracia.

É nesse exato contexto que José Américo se dispõe, numa engajada ação política, a lutar pelo ideal de democracia para o Estado Nacional, cuja argumentação se consumou numa extensa obra, produzida nos mais variados gêneros discursivos: discursos políticos, relatórios, ensaios, crônicas, entre outros. A obra se configura num momento de frenéticas mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Atento às questões oriundas dessa contextura, no curso do movimento que a caracterizava, José Américo se inscreve no campo intelectual pela via do mercado intelectual e suas trocas.

A partir do lugar que cada um ocupa num determinado campo, revelam-se e se constroem as posições dos agentes e suas trajetórias. A história do campo é a história da luta e é pela luta que essa história se temporaliza.

O movimento temporal produzido pelo aparecimento de um grupo capaz de marcar época impondo uma posição avançada traduz-se por uma translação da estrutura do campo do presente, ou seja, das posições temporalmente hierarquizadas que se opõem em um campo dado, encontrando-se assim cada uma das posições deslocadas em um grau de hierarquia social (BOURDIEU, 1996, p. 182-183).

Assim se explica o movimento e o pertencimento desses agentes a um dado campo intelectual, onde se desenvolveu sincronicamente o conjunto das ideias que orientaram o pensamento social no contexto histórico do Brasil Republicano, na perspectiva de construir um arcabouço teórico para se pensar o Nacional.

3.4 O MERCADO INTELECTUAL E SUAS TROCAS

Um campo intelectual, consoante a visão de Bourdieu, define-se como “um sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim, como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades (socialmente constituídas) de um tipo determinado” (BOURDIEU, 2005, p. 190). Dessa natureza, um campo intelectual congrega uma classe de agentes que, definidos em diferentes categorias – cientistas, artistas, escritores –, passam a figurar nesse campo, com suas produções individuais, através do critério de classificação, e só por meio deste, lhes é facultado ocuparem posições no seu interior.

Essas posições, ocupadas pelos agentes no campo intelectual apreendidas a partir da reconstituição do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil colocou relevo às correntes de pensamento que se destacaram nesse campo e impulsionaram discussões engendradoras da preocupação com a questão Nacional. Esta questão inquieta José Américo de tal modo que ele se insere nesse específico campo de discussão, embora não tenha participado do “clube”⁶ (RUBINO, 1995). A missão desse clube era a de elaborar cursos de Ciências Sociais, cursos estes que basicamente eram circunscritos no Estado de São Paulo. Seus integrantes dedicavam-se à produção de um conhecimento científico sobre a “realidade Nacional”, a exemplo do que fez José Américo no ensaio **A Paraíba e seus Problemas** (1923), ele não era membro dessa confraria e mesmo localizado na periferia daquele epicentro cultural, demonstrou a mesma preocupação dos seus pares intelectuais tal “clube”, posto que se dedicou ao estudo da realidade sociocultural da Paraíba, contribuindo significativamente para a descrição da realidade nacional, com enfoque na região Nordeste.

No prefácio à primeira edição do referido ensaio, assim se expressa o autor: “O título *A Paraíba e seus Problemas* é exageradamente compreensivo. Mas, reporteime, apenas, às soluções fundamentais, como ponto de partida de todo o nosso progresso” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 48). Isto significa que ele buscou não somente pensar a realidade da Paraíba, mas também aumentar sua competência para ações fundamentais que pudessem alavancar o desenvolvimento da região Nordeste.

Assim, se a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil possibilitou

⁶ Grupo de pesquisadores formados por etnólogos, folcloristas...

a organização do pensamento social e, do mesmo modo, a estruturação do campo intelectual buscou, sobretudo, organizar o campo das ideias, na perspectiva de impulsionar um projetor modernizador. Desse modo à visão do conjunto da obra/discurso de José Américo nos autoriza a inscrevê-lo nesse domínio intelectual, situando-o em correspondente relação, na ordem estrita que estrutura as posições.

Referindo-nos às estruturas dessas posições, observamos que há no campo científico um jogo de oposições, uma lógica própria e que para ganhar, “é preciso munir-se de razão” (BOURDIEU, 2004, p. 46). José Américo, através da sua obra/discurso, adere a esse campo de luta no sentido de superar sua disposição. Isso nos leva a pensar que a compreensão da estrutura do campo e de sua história nos conduzirá à compreensão das suas práticas mentais.

Ângela Bezerra de Castro, em seu livro *Releitura de A Bagaceira: Uma aprendizagem de desaprender* (2010), ao analisar a crítica sobre a obra, destaca a recorrência de preconceitos dirigidos ao autor José Américo, que “se sobrepõem, complementando-se: contra o Nordeste” (CASTRO, 2010, p. 131). Essa imagem preconceituosa é construída a partir de um jogo de disputas, pois definir uma região “é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas...” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 35). O efeito dessa reprodução preconceituosa se reverbera numa imagem construída na qual é possível perceber um jogo de antíteses. De um lado, o Nordeste/periferia, subdesenvolvido arcaico/atrasado; por outro, o centro/sul, identificado com o progresso, moderno/industrial.

José Américo reconhece essa linha de separação entre o Sul e o Norte,

desde o Brasil monárquico.

O abandono evoca o devorismo da política colonial, a excessiva centralização monárquica e o desprestígio da autonomia republicana, como obstáculos à nossa índole de progresso (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 42).

Nessa perspectiva, é possível identificar uma materialidade histórica na explicação do atraso da região. Essa consciência lhe permite compreender que tais condições de existência “demandam programas de governo à volta da experiência dessas necessidades regionais” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 42-43). E assim ele transita do campo científico para o campo político.

José Américo não ignora a existência de disputas nesse campo e dele participa, na intenção de compreender a região a partir do seu povo, situando o regional no universal. Com a responsabilidade de quem estava no jogo, construiu suas ideias, por meio da “tomada de consciência desse espaço, isto é, da problemática científica como espaço dos possíveis, é uma das condições primeiras para uma prática científica consciente de si mesma, logo controlada” (BOURDIEU, 2004, p. 44).

Por ter consciência da complexa luta por distinção no espaço social, Almeida constrói sua trajetória pensada, em cujo deslocamento de um campo a outro, vai se apropriando do dispositivo da comunicação. Desse modo, a obra desse autor vai se constituir como instância de mediação, por meio da qual engendra sua autoimagem, que simultaneamente confere legitimidade e credibilidade ao seu discurso. E, por meio de sua obra/discurso, constrói sua trajetória intelectual, articulada às temáticas da modernidade, democracia e identidade nacional.

A inserção de José Américo de Almeida no campo da história do

pensamento social no Brasil permite-nos destacar suas relevantes contribuições, em diálogos com o pensamento de reconhecidos intelectuais, como Silvio Romero; Raimundo Nina Rodrigues; Euclides da Cunha; Arthur Ramos; Manuel Bomfim; Oliveira Viana; Gilberto Freyre; Sergio Buarque de Holanda.

Para Silvio Romero, ao Brasil, um país “fatalmente democrático”, faltava apenas formar uma consciência nacional, baseada na ideia de progresso. Entretanto, a essa compreensão de país “fatalmente democrático”, há que se considerar suas restrições, em comparação com a perspectiva de Almeida, para quem a democracia constitui um projeto a ser conquistado, pois sendo um projeto de luta, cumpre-se esboçar sua trajetória histórica.

Quanto à mestiçagem, o pensamento de Romero recai sobre um conteúdo moral que dificultaria a formação de um ideal de nação. Contudo, ainda compreende que esse “mal” poderia ser contornado pela educação.

Outra oposição entre Sílvio Romero e José Américo verifica-se na análise do processo da miscigenação brasileira. As ideias romerianas de mestiçagem, analisadas a partir do eixo interpretativo da nacionalidade, advém de uma compreensão positivista da formação social, um olhar o Brasil pelas lentes do Darwinismo. De modo que suas teses acabam por denotar uma visão racista do fenômeno, no tocante à compreensão de que haveria uma hierarquia racial entre o branco, o negro e o índio, em cuja escala o branco seria o vitorioso. Desse modo, a “população do Brasil tornar-se-ia inevitavelmente mais branca” (SKIDMORE, 1994, p.74). Dessa compreensão incide a oposição americista. Para José Américo o fenômeno das misturas raciais só pode ser compreendido pela condição histórica do processo, e a democracia no

processo de mestiçamento constitui um projeto a ser conquistado pela conquista de estruturas políticas e administrativas mais justas.

Seguindo essa compreensão, José Américo diverge, também, ideologicamente do pensamento de Raimundo Nina Rodrigues. Para esse intelectual, haveria uma superioridade da raça branca sobre a negra e a garantia da ordem social seria firmada num planejamento institucional dirigido pela raça branca. Tal pensamento coaduna-se com a visão racista de Romero sobre o processo de miscigenação.

Há, entretanto, alguma aproximação entre Almeida e Euclides da Cunha, no tocante à prática metodológica, pois ambos trabalham com as categorias terra, clima e homem. As divergências entre eles ocorrem no plano teórico da abordagem sobre o homem do sertão. Enquanto Cunha defende a existência de “um molde único” revelado nos mesmos caracteres físicos, e classifica o sertanejo como um tipo de “subcategoria étnica” (Cunha, 2001, p. 199), o pensamento americista não reconhece essa “uniformidade racial” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 513), apontando o sertanejo como “tipo clássico” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 545) capaz de dar qualidade a mestiçagem. Cunha aproxima-se de Almeida também ao compreender que haveria uma representação construída em torno da visão de sociedade e, segundo essa visão, a sociedade era dividida entre dois polos: um atrasado e outro civilizado. Sua aproximação com Almeida se dá na perspectiva de que ambos corroboram a ideia de que o Sertão foi historicamente negligenciado na justa distribuição dos benefícios do progresso.

Já o intelectual Arthur Ramos institui uma nova forma de pensar a mestiçagem no Brasil. Ele desconstrói criticamente os equívocos em torno das

considerações sobre a existência de “males” na mestiçagem e inaugura uma nova abordagem sobre raça a partir da visão culturalista.

Nesse sentido, ele se aproxima de Almeida, pois sua concepção de região no moderno Brasil não descarta a constituição do povo num ambiente cultural. Do mesmo modo, ao pensar uma democrática “radical”, com o foco nas classes populares, ele compactua do pensamento americista sobre o Brasil moderno e acessível a todos os brasileiros indistintamente, seja na cor ou na vida social das populações que vivem nas regiões periféricas em relação ao Centro/Sul.

Manoel Bomfim, também ideólogo da marcha para o desenvolvimento e progresso, ao elaborar uma crítica sobre a realidade brasileira, ele sugere tratar os “males de origem” por meio de uma educação voltada para as classes populares; do mesmo modo que, preocupado em combater o racismo, reivindica formas de elevar o nível de discussões sobre o nacionalismo, na perspectiva de identificar as causas do atraso social e preparar a nação para a vida moderna. A ideia é construir uma sociedade democrática a partir da renovação diretiva do país. Esse é o exato ponto de contato com o pensamento americista, pois, para o autor de *A Bagaceira*, é só na construção de uma legítima democracia que é possível aplicar os “remédios para os nossos males” (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 72).

Oliveira Viana foi também contemporâneo de Almeida e participou do mesmo ambiente político em que o primeiro estava inserido. Porém, em sua visão pessimista acerca da mestiçagem, divergia absolutamente deste, pois considerava ser uma fatalidade o processo miscigenador. Herdeiro das ideias de inferioridade no processo de mestiçagem, ele encara o processo como um

problema social, em que o homem branco estaria inserido como representante do tipo antropológico modelar. Em sua visão arianizante de melhoria das raças, o elemento negro estaria completamente alheio ao processo civilizador. Essas ideias destoam do pensamento de José Américo sobre a moderna e civilizada sociedade brasileira e, do mesmo modo, afastam-se do ideal democrático por ele defendido.

Para Viana, era preciso implementar uma ação modificadora no Estado, no sentido de alterar a estrutura da mentalidade do grupo social. Daí a necessidade de impor o autoritarismo como passagem para a criação de uma sociedade liberal. Essa concepção de liberal também é dissonante em relação ao liberal de Almeida, para quem o liberal precisa constituir-se de sua raiz liberal, tal é a natureza da libertação frente a qualquer tirânica dominação.

Contra essa interpretação de Brasil moderno, Freyre e seus companheiros, dentre quais se encontra José Américo, apresentam uma nova forma de conduzir um projeto de sociedade, tendo como fim a sua modernização. Gilberto Freyre era amigo de José Américo e foi seu contemporâneo no Movimento Regionalista de 1926. Ambos buscavam alcançar o objetivo de mudar a imagem do Nordeste em todo o país. O escopo desse projeto, designado como Movimento Regionalista, não foi o de recusa da modernidade em seus desdobramentos estéticos, tampouco os avanços tecnológicos propiciados na contextura daquela temporalidade, mas, sobretudo, um alerta à necessidade de equacionar as diferenças no tocante à participação no poder político e econômico, em relação ao centro-sul, ao mesmo tempo rever as bases do fundamento apregoado pelas ideias nacionalistas, pois, pra ele, o único modo de ser nacional e ser regional.

Por essa razão, o Manifesto Regionalista do Nordeste assumiu uma postura crítica e ao mesmo tempo inovadora das interpretações relativas ao espaço nordestino. Em sintonia com José Américo, Freire considera o processo de miscigenação como algo positivo. “o caráter adaptativo, dinâmico e plástico”, favorece essas relações de contato entre o branco, o índio e o negro. Esse “caráter adaptativo, dinâmico e plástico” agregado à construção de uma consciência crítica da população resultaria numa verdadeira democracia. A tarefa de preparar a população caberia aos intelectuais, que teriam a missão de construir um projeto nacional, amparado numa concepção de cidadania.

Também pensava assim o intelectual Sérgio Buarque de Holanda, ao criticar o modelo histórico de interpretação da democracia no Brasil, modelo esse baseado nos interesses da aristocracia rural e semifeudal, que sempre tratou de acomodá-la, inclusive, negando o princípio do direito coletivo e convergindo no sentido de garantir privilégios individuais. Holanda entende essa forma de conduzir a sociedade como um grande “mal entendido” (1995) que fertilizou o terreno Revolucionário e culminou na Revolução de 1930.

Aqui, mais uma vez se verifica uma aproximação com José Américo, pois o que significava o revezamento oligárquico no eixo Centro/Sul, senão a defesa de interesses individuais, relegando à Nação projetos personalistas, apartados do Brasil, constituído por regiões com diferentes realidades sociais, econômicas e culturais? Essa compreensão da realidade brasileira é partilhada por Holanda e Almeida, permitindo-lhes entender o importante papel da Revolução de 1930, a partir da qual se efetiva o deslocamento do eixo de decisão central e maior democratização do poder.

Assim, no mercado intelectual de trocas, os agentes inseridos partilham

a mesma raiz temática que funda a organização de um pensamento no campo das ciências sociais. Ao esboçarmos analogias e diferenças entre esses agentes, nos empenhamos em estabelecer o senso de distinção, levando em conta as discordâncias conceituais, no tocante à constituição da identidade nacional.

Com suas reflexões, José Américo participa da gestação do pensamento social e contribui para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que se efetiva em diálogos com diferentes correntes ideológicas, no contexto do final do século XIX e início do século XX. Entretanto ele não consegue a mesma visibilidade e o mesmo reconhecimento obtido por seus pares. À luz da reflexividade bourdieusiana, é possível entrever que, nesse ambiente de disputas, as discordâncias tenham gerado um conjunto de efeitos, criadores de barreiras em meio às relações de força simbólica, excluindo-lhe a possibilidade de aquisição do capital de prestígio no campo científico.

4. CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL DE JOSÉ AMÉRICO

Trazer à luz o pensamento social de José Américo é propor o seu reconhecimento no complexo entrelaçamento dos campos das Ciências Sociais, das Letras e da Política, a partir de um ensaio científico. Ensaio este que se refletiu em discurso, como obra e como ação, na fronteira entre os campos da Sociologia e Antropologia. Um processo criador, denominado por ele mesmo de *antropossociologia*, resultante do cruzamento entre dois saberes instituídos.

Assim o pensamento de José Américo vai se constituindo, tendo como evidência, no seu percurso, um ideal de bem coletivo: “O intelectual, como o soldado, é sempre povo” (ALMEIDA, 1994, [1945], p. 42). Ao se colocar nesse plano, ele sugere que suas obras e ações são voltadas para o povo, em luta pela causa de reinstruir os olhares do poder instituído para as parcelas da população negligenciadas pelas políticas públicas dos governos.

A complexa trajetória desse paraibano, em nossa perspectiva, vai se desenhando por entres as interconexões de diferentes *habitus* geradores de práticas que se tornam visíveis nos Homens da Ciência, das Letras e do Público incorporados a sua produção intelectual.

4.1 HOMEM DA CIÊNCIA

Há uma obviedade em se dizer que a designação de José Américo como Homem da Ciência refere-se ao intelectual que produziu um

conhecimento que se materializou no âmbito das Ciências Sociais.

Inicialmente vejamos o que diz Bourdieu (2001) ao colocar em foco a legitimidade do discurso científico.

[...] As estruturas de pensamento do filósofo, do escritor, do artista ou do erudito, bem como os limites do que se lhes impõe como pensável ou impensável, são sempre dependentes, em certa medida, das estruturas de seu campo, portanto da história das posições constitutivas desse campo e das disposições nele favorecidas (BOURDIEU, 2001, p. 120).

Foi a partir da sua compreensão de como o discurso se realiza na prática do sociólogo que esse teórico contribuiu para a elaboração de um conceito produtivo dos sentidos que recaem sobre “Homem da Ciência”. Para isso, toma a prática não como execução de uma regra exterior, no que se opõe à lógica escolástica, mas como conhecimento que só pode ser compreendido em relação a uma legalidade interna.

Para ele, um campo intelectual, como todos os outros, organiza-se conforme as relações que nele se efetuam e os poderes que as regem. Como todos os outros, essas relações são específicas no interior de cada campo e precisam ser estudadas e objetivadas. Nesse sentido, o *habitus* inclui no objeto do conhecimento o próprio agente que recebe do próprio objeto a contribuição que tal conhecimento traz à realidade. A reflexividade que norteia essas relações permite a construção de uma verdade científica, visto ser a razão um produto histórico único, cuja capacidade de transcender à história decorre da reflexão sobre suas próprias limitações.

Como agente no campo científico, José Américo se mostrou profundamente empenhado em conhecer a realidade social e cultural da

Paraíba, pois, segundo ele, cabia aos intelectuais a construção de uma Nação brasileira forjada não só no princípio da tradição, mas também no da renovação.

O seu importante trabalho de pesquisa, concretizado no ensaio ***A Paraíba e seus Problemas*** (1980, [1923]), demarca um espaço para José Américo no campo científico, pois ali se utiliza de fontes monográficas e relatórios provenientes da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, a fim de analisar o espaço paraibano em sua totalidade. Considera aspectos naturais, culturais e sociais, sem descuidar da análise do sistema político, em que destaca, sobretudo, os entraves para o desenvolvimento do Estado.

Sua pesquisa já nasce com a vocação para alimentar projetos de intervenção, visto que, através dessa obra, impõe um tom reivindicador de ações governamentais, voltadas para as questões que impugnavam o desenvolvimento regional.

Na referida obra, ele apresenta sua preocupação com aspectos sociais e antropológicos, ao apontar a complexidade presente na intrínseca relação entre o homem e a sociedade, entre o ser humano e a natureza.

Assim expressa:

Careço de especialização científica para o estudo anatômico, antropossociológico ou psicofisiológico de nosso povo, pelo balanço de suas camadas originárias, para fixar sua expressão somática e psíquica. Mas, sirvo-me da observação direta – o meio que mais convém ao conhecimento dos fenômenos sociais – para este ensaio (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 512).

Constata-se, a partir disso, uma clara evidência de sua incursão nos estudos etnográficos, porém com um novo enfoque teórico e metodológico. Isto

porque o intelectual paraibano vai se revelando como um pesquisador que deseja conhecer e identificar as raízes do povo paraibano no ambiente natural e cultural da região Nordeste. Seus estudos visam a conhecer problemas e vicissitudes da Paraíba, sempre com um olhar crítico, desvelando a região Nordeste a partir de questões que envolvem o homem, a terra, o clima, sempre visualizando o desenvolvimento regional.

Para além da análise, o ensaio científico se constrói precipuamente no intento de despertar os interesses das autoridades governamentais para aplicação de investimentos necessários à promoção do desenvolvimento do Nordeste, na perspectiva de minimizar os flagelos a que a Região estava exposta.

Seu trabalho segue delineando a história das secas e seus efeitos sociais, e nesse ponto, contrapõe-se às teses que enfatizavam a escassez de chuva como fenômeno do qual deriva toda sorte de miséria do povo nordestino. O estudo do clima tem por objetivo mostrar que a natureza pode ser modificada e os efeitos da seca podem ser neutralizados a partir de soluções emergenciais e globais, implementadas por meio de ações administrativas. Ao tempo em que apresenta a forma como procedem os agentes dos Governo Central, favorecendo, sistematicamente, com investimentos de capital, algumas regiões e preterindo outras, como era o caso da região Nordeste.

No tocante à seca, vejamos o que diz Almeida:

A natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada. É este o nosso problema. Não nos é dado conjurar o fenômeno da seca, nem sequer atinar com as suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentadas, em situações idênticas, com segura eficiência (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 53).

Para ele, se houvesse mudança na política de investimentos dos recursos públicos, os efeitos da seca seriam neutralizados. Dentre outras ações governamentais, sugere a construção de um sistema de hidrologia subterrânea, com perfurações de poços, construção de açudes interligados às bacias, construção de cisternas para o aproveitamento dos volumes pluviométricos de água.

O pensamento de José Américo vislumbra a intervenção humana naquilo que é possível fazer para modificar a realidade econômica e social. Ao chamar a atenção para essas possíveis soluções, não objetiva denominar o Nordeste de “coitadinho”. O que pretende é mostrar que a Região Nordeste é potencialmente rica e que as referidas soluções precisam estar inseridas num projeto de Brasil moderno.

Ao examinar o clima, ele diz: “E o fenômeno desafia, com ironias de luz vertiginosa, a ciência falha dos homens” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 155). E afirma:

A Paraíba ainda não tem uma organização modelada pelos grandes centros de trabalho e de progresso. Mas, ao exame de seu longo passado de esterilidade e de acidentes, pasma ver o estado atual de suas conquistas. Esse desenvolvimento não representa toda a expansão das energias naturais. O meio oferece em múltiplos aspectos extraordinária capacidade à ação civilizadora (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 276).

Essa visão de José Américo é altruísta e empreendedora, ao apontar as potencialidades e riquezas da Região, pois desperta o interesse nacional para a execução de uma política propulsora do desenvolvimento das riquezas do Nordeste. No estudo da terra, procura analisar os problemas sociais

decorrentes da estrutura fundiária e das relações de trabalho, no contexto da modernização levada a reboque pela estrutura capitalista.

Ele destaca ainda que “o meio físico da Paraíba é extraordinariamente propício ao desenvolvimento da vida humana” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 477). Daí seu interesse em estabelecer relações entre demografia e desenvolvimento. Demonstra essa compreensão dentro da historicidade do Império a República, mostrando que as formas de centralismo político, nas visíveis linhas de separação entre o Sul e o Norte, produziram os obstáculos ao desenvolvimento da Região. Por essa razão, essa obra constitui-se como ponto de partida para a compreensão da ideia de modernização e democracia presente em José Américo.

Entretanto, para ele, a modernização do Nordeste, dependia de um novo olhar para a região, de modo a garantir uma capacidade instrumental para o seu crescimento, com o empreendimento de obras estruturais como: construção das vias naval, rodoviária e ferroviária, com o que diminuiria a segregação dos espaços em razão das distancias; construção de portos, implemento de uma política hidráulica que se utilizasse das modernas práticas de abastecimento e irrigação; exploração da capacidade energética da Região para possibilitar seu desenvolvimento. Para ele, tais empreendimentos minimizariam os problemas sociais e estimulariam a fixação do homem no seu ambiente, e assim haveria uma organização equânime entre as regiões do país.

Esse estudo, que também é um estudo sobre raça, inscreve José Américo num *campo* de discussão sobre os processos de miscigenação brasileira, um tema que se conecta com a instituição da identidade nacional,

como emblema sob o qual nasce a Sociologia no século XIX, no Brasil. A ideia de Estado-Nação envolve uma série de questões, dentre as quais destacamos a formação ou busca de uma identidade nacional, o que também não deixava de significar a construção da unidade nacional.

Na agenda dos intelectuais daquele já citado período, entre a culminância do século XIX e início do século XX, o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil promoveu-se inspirando em caloroso debate em torno dos tipos antropológicos diferenciados, à época, em inferiores e superiores.

Ressaltamos em nosso estudo que o pensamento americista aprofunda a temática do Nacional, a partir do espaço físico da região, a fim de apontar uma identidade que se processa a partir da localidade cultural. Sua rápida incursão na etnografia busca reconstituir o processo formador do povo nordestino, em cuja investigação não dispensa o rigor científico: realiza uma observação direta que lhe permite o cruzamento de dados estatísticos relativos à densidade populacional, objetivando a identificação das camadas originárias da população nordestina, para, em seguida, apontar os caracteres anatômicos e psíquicos que influenciaram o processo de cruzamento.

Ao analisar dados referentes à quantidade de nativos existentes no território paraibano à época do descobrimento, José Américo se defronta com fontes históricas imprecisas e um tanto obscuras. Isto porque o próprio avanço da conquista colonizadora e, conseqüentemente, o grande extermínio dos nativos submetidos à escravização, em certa medida, favoreceram as alianças com os colonizadores, no sentido da resistência e preservação.

Ele afirma que o território paraibano tinha à época do descobrimento

uma população nativa formada por tupis, tabajaras, potiguaras e cariris, e acredita que a maior perda entre os potiguaras resultou da ocorrência de uma acentuada hostilidade que lhes era própria. Mesmo assim, esse contingente indígena contribuiu fortemente para a “formação étnica de nosso sertanejo” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 515). Sendo ainda provável que nesse processo de misturas, entre colonizadores, portugueses e índios, tenham-se introduzido outras origens étnicas, como judeus, espanhóis, holandeses e africanos, estes últimos, em menor grau, como ficava patente pela observação dos sinais exteriores presentes de forma mais ou menos definida em parte da população (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 524).

Explica que “a cor avermelhada do sertanejo é atribuída à ação mais forte dos raios solares” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 525), tendo sido essa ocorrência mais frequente nas zonas mais para norte do território paraibano.

Já no litoral e brejo, o elemento africano teria tido maior influência, resultando das trocas étnicas o mulato. Daí “conclui que a maioria dos nossos mestiços representa o cruzamento da raça branca com a indígena” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 526). Desse modo, destaca algumas singularidades presentes na formação do povo paraibano, deixando importante contribuição intelectual para o debate sobre a constituição étnica do povo brasileiro.

Fugindo de grandes generalizações, ele elabora um pensamento a partir do qual detalha o processo de miscigenação do brasileiro, destacando, inclusive, significativas diferenças intrarregionais, exemplarmente percebidas em sua tipificação: o praieiro, o lavrador e o vaqueiro.

O praieiro é aquele que vive no litoral e consegue garantir sua subsistência por meio da pesca; é caracterizado também como homem

expansivo, destemido, por se aventurar ao mar, e respeitoso, mas não tem a humildade solícita do trabalhador do campo, pois vive por conta própria, daí resulta sua “falta de subordinação servil” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 541).

O Lavrador, também denominado de brejeiro, por viver na região do brejo, sobrevive da agricultura, “esse povo se manifesta pela docilidade da índole no sentimento de disciplina” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 545), elementos que contribuem para ampliar a força de trabalho na região.

O vaqueiro é o “tipo representativo da sociedade sertaneja, por se achar mais exposto à pressão do meio como um símbolo clássico” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 545). José Américo ainda acrescenta que “Esta parte da população da Paraíba tem diversos matizes e apresenta em muitos pontos um nível de cultura não inferior ao das cidades”... (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 541). Ao ressaltar tais qualidades, denuncia o equívoco imaginário construído sobre o atraso da região, também associado à formação de sua gente.

A diferenciação verificada entre os tipos regionais, de acordo com o estudo americista, é passível de ser identificada de Estado a Estado. Segundo ele,

não somente pela atuação dos agentes físicos, porque se evidencia a diversidade entre sujeitos expostos ao mesmo clima, como, principalmente pela preponderância dos fatores internos e dos sistemas de vida (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 513).

O que significa que esses tipos não são apenas resultado do ambiente físico ou cultural. Como não há preponderância de um elemento sob outro, ele discorda das generalizações propostas por alguns estudos sobre o processo de miscigenação. Por exemplo, diverge da generalização feita por Euclides da

Cunha, quando diz que “O sertanejo do Nordeste é, inegavelmente, o *typo* de uma sub-categoria étnica já formada” (CUNHA, apud. ALMEIDA, 1980, [1923], p. 513). Em outras palavras, Cunha parece dizer que do cruzamento entre o branco e o nativo surge um tipo de mestiço que se distanciou de sua origem primitiva, o qual ele nomina de “curibocas puros”.

Para José Américo, se não existe uma uniformidade racial na Paraíba, não há também “curibocas puros”, como defendeu Cunha. Isso porque, embora tenham ocorrido perdas consideráveis da população nativa, entre índios e brancos foram também firmadas alianças que propiciaram a preservação do indígena por meio de medidas de proteção, como a “Carta Régia”, de 15 de outubro de 1755 (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 516), que mandava conservar os índios em suas aldeias.

É de se ver, conseqüentemente, que a população selvagem, conquanto reduzida pela guerra e pela escravidão, não foi destruída do seu habitat. E, em outros pontos, foi fixada nos aldeamentos e protegida pelos catequistas (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 517).

Tal contextura proporcionou a fusão entre as duas raças com naturalidade, de tal forma que “apesar de tantos reveses, o elemento indígena subsistiu, talvez, com maior coeficiente da formação étnica de nosso sertanejo” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 515). Isso só foi possível porque os índios aldeados possibilitavam aos colonos incutir mais facilmente os processos de “domesticação” e “civilização”. Adaptados à cultura colonizadora e domesticados, os índios se submetiam com mais facilidade ao trabalho, aos serviços domésticos e, conseqüentemente, estabeleciam relações de cruzamento com o branco.

A população sertaneja é quase toda clara. Parece que, além de tudo, sempre forrou ao recruzamento com o africano por essa repugnância que caracterizava o índio. É tão clara, até nas classes inferiores, que não pode constituir os “curibocas puros” apresentados por Euclides da Cunha como tipo normal desse povo (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 524).

Razão pela qual há um predomínio do índio nos contatos originários, no sertão, brejo e litoral.

O fator indígena manifesta-se também, com seu caráter primitivo mais pronunciado na orla marítima. O africano mesclou a população rural, nos antigos centros da escravaria, do litoral aos brejos. Rareiam os negros puros, mas os mulatos constituem grande parte dessa camada inferior, cruzados e recruzados (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 525).

José Américo afirma que “Essa mestiçagem forma também o grosso da famulagem das cidades” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 525), consoante um quadro da proporcionalidade obtida quando da análise dos dados demográficos do recenseamento de 1890, publicados no Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Esses dados apresentavam coeficiente de cada grupo étnico e subgrupo mestiço na Paraíba: brancos 46,89; pretos 7,08; caboclos 10,71; mestiços 35,32. Comparando-os com os de outras regiões do país, ele pontua:

Temos um contingente de brancos relativamente inferior, apenas, ao do Distrito Federal e ao dos Estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do sul e Santa Catarina, peçados pelas correntes imigratórias. Contamos 10,71 de caboclos, mais do que do Distrito Federal, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O contingente negro é mínimo. Só é relativamente inferior ao do Amazonas (3,03), Santa Catarina (4,80) e Paraná (5,17). Pernambuco tem 11,53 de pretos, o que confirma como é variável a distribuição dos tipos até em Estados limítrofes (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 526).

Com essa amostragem, pretende comprovar que no processo de mestiçagem ocorrido na Paraíba predominou o cruzamento da raça branca com a indígena.

Salienta ainda que o crescimento da densidade populacional paraibana era de 961.106, sendo que o crescimento médio no período de 1900 a 1920,

Foi superior ao da população de Sergipe, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Sul e igual ao Estado do Rio Grande do Norte (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 527).

A partir dessa constatação, ressalta:

É admirável esse rápido desenvolvimento. Apesar das secas e perdas consecutivas, do deslocamento para a Amazônia e, para o sul, da falta de assistência médica e da ausência de imigração (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 527).

Ao destacar o desenvolvimento da população paraibana a despeito das questões sociais da época, José Américo chama a atenção para a vitalidade desse povo e critica as classificações estigmatizantes que prevaleciam nos discursos de alguns cientistas nacionais, que discutiam comparativamente a questão da mestiçagem, “e adota[va]m a esdrúxula teoria de que o mestiço, é, quase sempre, um desequilibrado pelo antagonismo das tendências herdadas” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 536). Ressaltando seu pensamento em relação ao de outros intelectuais da época, aponta alguns equívocos.

Uma das ideias questionadas por Almeida verifica-se em relação a Euclides da Cunha, uma vez que:

não distingue: entende que - mulato, mameluco ou cafuz - menos que intermediário, é um decahido, sem a energia physica dos ascendentes selvagens, sem a atitude dos ascendentes superiores (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 536).

Outro equívoco aparece em Oliveira Viana, quando encara com pessimismo esses cruzamentos:

Tendo de harmonizar as duas tendências ethnicas, que se colidem na sua natureza, acabam sempre por se revelar uns desorganizados moraes uns desharmoniosos psychologicos, uns desequilibrados funcçionaes [sic] (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 537).

José Américo opõe-se a essas interpretações, afirmando o seguinte:

O que se atribui a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social. Os mestiços, sujeitos à precariedade de origem, não se libertam dessa contingência, num meio de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador. Mas aqueles que, por circunstâncias fortuitas, tem emergido dessa obscuridade, inclusive mulatos, competem em vigor mental em atributos do caráter com os elementos puros das raças consideradas superiores (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 537).

Com essas ponderações, justifica a precariedade de origem, atribuindo-a ao sistema de desenvolvimento econômico, ressaltando a positividade da mestiçagem no sentido de favorecer a realização da inteligência e a capacidade de resistência em face das adversidades sociais. Contra qualquer tipo de generalização aplicada ao processo de mestiçagem, argumenta:

A concepção do valor humano e dos reguladores da conduta é a mesma para toda a vida individual e social no Brasil. Mas variam os costumes e os modos de ser de ponto a ponto (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 539).

Portanto, acredita na capacidade moral de organização do povo paraibano em face dos problemas sociais aos quais eram submetidos. No tocante a conduta, mesmo enfrentando as calamidades decorrentes da organização social injusta, donde seus sentimentos de honra são colocados à prova “São raros os que manifestam [...] debilidade de caráter: a maioria

prefere as privações honestas ou a mendicidade incerta” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 559).

Ao destacar as capacidades valorativas dessa população, José Américo contradiz as interpretações sobre a criminalidade evidenciada no fenômeno do cangaço, as quais eram fundamentadas em determinações atávicas, orgânicas e psíquicas. Nina Rodrigues (1938), por exemplo, não entendia como valor determinante para este caso o processo de mestiçamento, acreditando que havia entre o crime e o grau evolutivo de determinada “raça” uma relação correspondente. Logo, se a raça branca tinha preponderância sobre as demais, cabia a ela a condução de um projeto civilizatório nacional. Enquanto a alternativa para o controle da criminalidade das populações “não civilizadas” residiria na capacidade estatal para intervir, por meio da criação de leis repressoras mais severas.

Embora José Américo concordasse com o pressuposto de Nina Alves, da responsabilização do Estado pela garantia da ordem e inibição da criminalidade, ele foi ainda mais longe, ao defender a necessidade de investimentos econômicos institucionais, de modo que se favorecesse o acesso aos bens, não apenas no sentido de tutelar a pobreza, mas porque “promover a riqueza pública e particular é nutrir o ideal de prosperidade de todos os povos” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 555).

Tais medidas seriam profiláticas para inibir o fenômeno do banditismo. Era preciso intervir na realidade social não somente pelo viés econômico, mas também pela inculcação de novas ideias morais, capazes de guiar as condutas dos indivíduos. Nesse sentido, ressalta-se o importante papel do cientista social diante das novas situações colocadas pelo mundo moderno.

Ele compreende que certos preconceitos derivam de observações sistemáticas baseadas nas Ciências Naturais, visto que os métodos para o estudo de plantas e animais não são aplicáveis ao estudo do homem. Daí sua proposta de estudo antropológico da população paraibana, contemplando a compreensão de país miscigenado. Sua grande contribuição foi ter mostrado que “o mestiçamento favorece as realizações da inteligência e da vontade, como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiro” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 538). Neste sentido, verifica-se o desacordo com os que definiam a miscigenação como fatalidade de uma desgraça hereditária.

Ao defender a concepção de que os reguladores da conduta humana são os mesmos para toda a vida individual e social do país, ele entende que qualquer tipo de desgraça que se queira atribuir ao processo de miscigenação dependia, de fato, da responsabilidade com que eram conduzidos os fatores externos, como a organização social e econômica, marcada pela histórica negligência administrativa, perpetrada pelas autoridades políticas.

Voltando-se para a região Nordeste, ele ainda ressalta as qualidades presentes na população sertaneja, no que se refere a sua fácil adaptação às novas formas de vida social, qualidades que, presentes nele mesmo, permitem-lhe participar como agente do processo de desenvolvimento. Por essa razão, posiciona-se contrariamente às interpretações que apontam deficiências na miscigenação, degenerescência da raça, afirmando que: “De tudo se vê que esse elemento, o menos favorecido da mestiçagem, não é vítima de má deficiência constitucional, mas de causas sociais” (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 545). Compreende que é dever dos poderes públicos evitar o pauperismo, mas critica as políticas assistencialistas:

Os governos imprevidentes instituíram, por sua vez, como remédio de ocasião, a esmola oficial que não é menos vexatória. Essa assistência pública a pessoas válidas, caídas, incidentemente, na miséria acarreta inevitáveis prejuízos morais (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 545).

Na compreensão de Almeida, as políticas para o enfrentamento das questões emergenciais, se institucionalizadas, poderiam causar prejuízos morais, uma vez que o remédio para os males sociais era a garantia da fixação do homem sertanejo no seu *habitat*, oferecendo-lhe as condições necessárias ao seu bem estar, não simplesmente pelo ato de benevolência, mas pela responsabilidade em oferecer as condições políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento e progresso da região.

A discussão sobre o processo de modernização brasileira significou pensar como esse processo caminharia junto à construção de um Brasil de diversidades e imprevisibilidades. De um lado, a busca pela integração por via da racionalidade científica; por outro, a busca de uma identidade nacional, baseada numa visão essencialista, fundada numa suposta identidade autenticamente brasileira.

Diante desses fatos, é possível compreender que José Américo, embora tivesse o propósito de compreender o processo de formação populacional, seus estudos se encaminharam para além desse processo, ao compreender a miscigenação e a diversidade étnica como aspectos positivos que contribuíram para o efetivo desenvolvimento do país.

Seus estudos, embasados nas raízes da massa populacional originária, significaram uma nova compreensão para a antropologia, uma vez que apontavam para o fato de os elementos sociais, culturais e políticos interferirem na constituição da identidade de um povo, compreendendo que essa

identidade não é dada *a priori*, nem acabada. Como processo, é permanentemente inacabada. Os tipos humanos, por ele apresentados, a saber: o praieiro, o lavrador e o vaqueiro, sob condições sociais mais adequadas, estabeleceriam uma nova ordem social. Para tanto, seria preciso garantir o princípio da universalização e participação equânime na distribuição de riqueza no país.

A pesquisa de José Américo representou um novo olhar sobre a região Nordeste, naquele contexto de modernização que se processava no Brasil, no qual também algumas regiões eram beneficiadas e outras negligenciadas pelos poderes instituídos. Com esse estudo, construiu um conhecimento, cujo objetivo era respaldar uma posterior ação, tornada efetiva no seu engajamento político, na implementação de obras destinadas ao desenvolvimento das potencialidades naturais e humanas da região Nordeste e ao seu desenvolvimento social.

Como homem da ciência, interessou-se pela análise e explicação dos dilemas sociais do seu tempo. Pelo que o consideramos como legítimo representante de uma geração de intelectuais que se preocupou em compreender e posicionar-se sobre a real situação da sociedade brasileira, a partir de um pensamento elaborado na fronteira entre a Sociologia e a Antropologia, ensejado numa visão de brasilidade e fundido numa concepção que incluía a diversidade identitária intrarregional, por sua vez apreendida tanto em seu processo de historicidade como também no de territorialidade.

José Américo fez ciência vislumbrando a construção de um país democrático. Mas defendia que a democracia não teria efetividade se fosse construída sobre bases raciológicas e pessimistas, uma vez que o Brasil era

moldado pela diversidade regional, configurada por similitudes e diferenças, capacidade humana e potencialidade natural, além de determinações políticas e culturais. Com essa visão otimista de Brasil, pensa a democracia de forma radical.

Portanto, José Américo ofereceu sua contribuição como “Homem da Ciência”. Contudo, o *habitus* não lhe conferiu o prestígio que lhe garantisse o reconhecimento. Destituído desse capital, ele não foi devidamente reconhecido no campo da produção dos saberes certificados pelos cânones acadêmicos. Porquanto ele foi, de fato, um *outsider* entre os seus pares.

4.2 HOMEM DAS LETRAS

Considerar o “Homem de Letras” como síntese dos primeiros passos da trajetória de José Américo significa dizer que essa condição tem papel fundamental para compreender sua ação e seu pensamento sobre o Brasil, como resultado de uma perspectiva renovadora que conseguiu integrar os problemas nacionais e sua diversidade cultural. Dito isto, passemos ao campo ficcional, onde refletiremos a partir das obras: **Reflexões de uma Cabra** (1994, [1922]), **A Bagaceira** (2000, [1928]), **Boqueirão** (1994, [1935]), **Coiteiros** (1994, [1935]) e **Quarto minguante** (1975, [1973]).

Compreendemos que o “Homem de letras” está enredado num campo de disputas, no interior do qual se vai constituindo o *habitus*.

A iniciação educacional desse intelectual paraibano aconteceu bem cedo, na Casa-Grande, e curiosamente, por intermédio de indagações de seu irmão, já se prenunciava o seu destino.

não sabia nem o abc e meu irmão seminarista levou-me pelo sítio, a cavalo, parando, de porta em porta, pelas casas dos moradores.

Chegava em cada terreiro e ordenava:

- Pergunte a esse menino o que é que ele quer ser.

Ficava olhando para mim e eu dava resposta:

- Homem de letras (ALMEIDA, 2003, p. 57).

Retomemos a afirmação: “Homem de letras” se constitui no *habitus*.

Em outras palavras, constrói-se desde muito cedo, pela instância da inculcação no universo da vida privada. Nesta, encontra-se a família como instituição social, quase sempre traduzida como o mundo mais significativo de uma pessoa.

um agente ativo, dotado de vontade, capaz de pensamento, de sentimento e de ação e apoiado em um conjunto de pressupostos cognitivos e de prescrições normativas que dizem respeito à maneira correta de viver as relações domésticas: universo no qual estão suspensas as leis corriqueiras do mundo econômico, a família é o lugar da confiança...(BOURDIEU, 1996, p.126).

Nesse sentido, a família equivale ao primeiro ambiente de imposição de *habitus*, que geralmente é confirmado e reafirmado pelas experiências da maioria das pessoas. Como primeira agência do aprendizado, a primeira identificação do menino José Américo como “homem de letras” apresenta-se como sua “vocação”.

Assim, aquilo que por muito tempo foi apenas um sonho, um desejo, alguns anos depois tornar-se-ia realidade, visto que José Américo veio a participar do campo das artes, como escritor, de forma tão competente e marcante, que foi consagrado com o epíteto de “homem de Letras”, justificado pelo reconhecimento que recebeu no âmbito da estética Modernista, quando da publicação do romance **A Bagaceira**. Essa obra é considerada pela crítica

literária um marco na literatura brasileira, o primeiro romance regionalista modernista, em relação ao qual assim se expressa o autor:

Em 1928 saiu “A BAGACEIRA”. Estimulado pelos modernistas de São Paulo, reagi, à minha feição, contra o artificialismo literário, importado e decalcado. Era literatura e o meu nacionalismo (ALMEIDA, 1994, p. 19).

A literatura, seja entendida como “transfiguração do real” (COUTINHO, 1987, p. 729), seja “como representação de uma dada realidade social e humana” (CANDIDO, 1972, p.806), embora não seja a própria realidade, a esta sempre se refere, às vezes mais próxima do documento, às vezes como projeção da subjetividade do autor, como recriação.

Os sentidos possíveis de uma obra ocultam-se sempre entre sua configuração pluridiscursiva e a plausibilidade das leituras, sempre em face do “conflito das interpretações” (RICOEUR, 1998), visto que a literatura não é mero reflexo de uma dada realidade, mas é também refração. A discussão sobre este tecido polifônico também provoca José Américo, quando diz: “Há muitas formas de dizer a verdade. Talvez a mais persuasiva seja a que tem a aparência de mentira” (ALMEIDA, 2000, [1928], p. 3). A sua fala transporta-se implicitamente para um embate discursivo a respeito da verdade a partir das artes.

Na visão positivista predominou, hoje com menos força, uma tendência que sustentava que a verdade, o real, é algo que só pode ser apreendido por um único critério válido, que é o da experimentação. Em relação à religião, prevalecia a ideia de que se tratava de mera ideologia (isto no sentido reducionista de deformação, engodo, máscara); no que se refere à filosofia, a partir do advento da chamada morte da metafísica, no século XVIII, com Kant,

o seu lugar de mãe das ciências foi sendo cedido ao domínio do pragmatismo. Quanto às artes, em particular a literatura, desde Platão era considerada discurso mentiroso, falsificação do real, em contraposição ao discurso verdadeiro, o filosófico, pois aí prevalecia a ideia de que se tratava de mero entretenimento, mera conotação, que não se referia ao mundo real.

Com o surgimento do cientificismo, a compreensão sobre o que era verdadeiro ficava relacionado somente àquilo que, de certo modo, poderia ser verificado empiricamente, confirmado ou posto à prova. A base para tal argumento tem raízes na ideia de que a humanidade foi passando por estágios de desenvolvimento, através dos quais o conhecimento mítico ou poético foi sendo superado pelo conhecimento, primeiramente, filosófico e, depois, pelo científico, positivo, cujas bases constituíram o argumento para o mito de que a ciência resolveria todos os problemas da humanidade. O homem racional teria, finalmente, ultrapassado estágios inferiores de existência, conquistando sua autonomia e passando a viver sua plena maturidade.

Assim, a partir da eclosão das guerras mundiais, a concepção positivista começou a revelar suas fragilidades. Com poucas certezas, muitos problemas e desafios, o projeto da modernidade passa a ser entendido como um processo que contempla imprevisibilidades, no que as subjetividades são afetadas. Nesse contexto cresce o individualismo, o sujeito se perde, se fragmenta, numa ordem social nova que rompe com a tradição, constituindo um período de descontinuidades.

Muito elucidativa a compreensão de Albuquerque Junior quando afirma que a obra de arte

tem ressonância em todo o social. Elas são máquinas de produção de sentido e de significados. Elas funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradas de uma dada forma de ver e dizer a realidade. São máquinas históricas do saber (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 41).

Partindo dessa compreensão, é possível dizer que os discursos presentes na obra de José Américo refletem seu olhar sobre o Brasil moderno, sua intenção de denunciar e criticar a realidade social que vai se revelando na sua prosa poética. Significa dizer também que essa chave de leitura não vem de uma imposição externa ou de uma escolha aleatória, mas de um caminho oferecido pelo discurso em sua inscrição no ambiente moderno.

Assim, entre a realidade social e a imanência do seu discurso, José Américo de Almeida delineia, na mimeses discursiva de suas obras ficcionais, a realidade sociocultural da região Nordeste, com seus conflitos imanentes às relações sociais e a marcha do povo em processo, à exigência de modernização. Era, pois, necessário desfigurar a tradição de um mundo rural. E, entre os homens do Sertão e os do Brejo, José Américo vai compondo a paisagem dessa região ressentida de instrumentos sociais e legais, a insinuar o seu deslumbramento com o tão almejado “progresso”.

Ele publicou, em 1922, no calor das discussões da Semana de Arte Moderna, **Reflexões de uma cabra**. Novela que, de forma satírica, põe linguagem no pensamento de um caprino. A saga tem início com o entendimento de uma explicação necessária por parte do narrador. Ele diz que a história não é dele, mas, por deformar a fabulação original, a tomou como filha adotiva, “que não é romance, nem novela, nem conto e é tudo, ao mesmo passo, sem ser nada” (ALMEIDA, 1994, [1922], p. 18). Num contexto de mudança de paradigmas literários à época, Almeida introduz na literatura uma

caricatura da linguagem sertaneja e elege uma cabra como personagem principal.

Na verdade, o animal só ganha esse *status* de protagonista no final da trama, momento em que ela reflete:

- como são maus os homens! Piores que onças! As feras nos comem porque não tem outro remédio: nós somos o seu sustento. E não nos criam. Não nos veem nascer!... Esse Zé Fernandes veio ao mundo com os meus irmãos: cheira ainda a bode, tem bodum, como lá diz a mulher. Eu criei o seu menino, sou mãe de leite do seu primogênito, salvei-o; e ele, no batizado do seu filho, de meu filho, na festa de todos nós, em vez de levar-me à beira da mesa, para experimentar os restos do banquete, comeu meu filho! Roubou-lhe ao bichinho o meu leite, deixou-o triste e zangado, como um mocó no focinho. Esse leite foi a salvação, o recurso, a providência que a medicina lhe negara. Foi o elixir da saúde, o licor da alegria, o néctar de seu lar. É meu sangue que circula misturado com o seu sangue nas veias do infante. E ele, na festa de seu filho, comeu... meu filho!... (ALMEIDA1994, [1922], p. 74).

A reflexão da cabra põe em questão ela mesma, a cabra, e o homem, Zé Fernandes, em relação à vivência daquilo que partilharam em comum. A ruptura entre os dois ocorre pela negação da forma desumanizada com que Zé Fernandes assume sua condição de predador natural.

Ao desvelar o pensamento do bicho, o narrador põe em evidência, no plano da narrativa, uma alegoria que cumpre a função de sugerir a reflexão de ordem moral, como é próprio da fábula. A partir do que busca desvelar práticas sociais e culturais de dominação, em sintonia com as ideias que norteavam a semana de 22, no tocante à denúncia das misérias presentes e impregnadas na estrutura social e política brasileira.

Em **A Bagaceira** (2000, [1928]), romance que marca o início do Regionalismo Modernista, publicado em 1928, o personagem paraibano, representante do nordestino e portanto do brasileiro, corresponde a um tipo

universal. Ao colocá-lo em evidência, o autor evoca uma nova maneira olhar para o Brasil, à emergência de uma narrativa de amostra da realidade brasileira, não apenas em tom de denúncia, mas também de crítica. No romance, o Brasil é visto por dentro, a partir da sua gente, sua cultura, seu espaço. Esse *“leitmotiv”* constitui a originalidade da proposta moderna que nasce no Regionalismo Nordestino.

Para Almeida:

O regionalismo é o pé-do-fogo da literatura... Mas a dor é universal, porque é uma expressão da humanidade. E nossa ficção incipiente não pode competir com os temas cultivados por uma inteligência mais requintada: só interessará por suas revelações, pela originalidade de seus aspectos despercebidos (ALMEIDA, 2000, [1928], p. 4).

São esses aspectos despercebidos, referidos por José Américo em sua obra/metáfora, **A Bagaceira**, que suscitam a interioridade da Região Nordeste, desvelada na trama de relações entre os personagens e as estruturas sociais arcaicas.

Grande parte do enredo se desenvolve no engenho Marzagão, propriedade de Dagoberto. O Marzagão representava uma estrutura agrária de produção capitalista, de modo que a dominação dos senhores do engenho afirma-se pelo autoritarismo e pela subordinação.

Vejamos o diálogo entre Dogoberto e um de seus empregados, quando o primeiro intima o segundo a deixar o engenho:

- Pois, por ali, caabra ssafado! [sic] Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu pra cangalha!
- Xinane continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma ideia:
- a gente bota um quinguingu; quando é agora, o patrão, sem

que nem mais...

E, implorativamente:

- Quando acaba, foi a caseira arrunhando com o caco da enxada. Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de cana!...

- O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumaríssima (ALMEIDA, 2000, [1928], p. 13).

Nessa relação desigual, o trabalhador desprovido de qualquer pedaço de terra, vende sua força de trabalho pela “rocinha”, ou seja, a colheita da sua sobrevivência, uma forma brutal do proprietário garantir a “mais valia”.

Com a morte de Dagoberto, seu filho, Lúcio, herda o antigo Marzagão, e, graças ao seu espírito empreendedor, o engenho recebe um projeto de modernização.

Em vez de monotonia da rotina, vibrava o barulho do progresso mecânico. O silvo das máquinas abafava o grito das cigarras. Desaparecera o borão das queimadas na verdura perene. A capoeira imprestável dera lugar à opulência dos campos cultivados - não com a cana tamanhinha, mas de touceiras que se inclinavam, como se estivessem nadando nos maroiços da folhagem ondeada. Não se viam mais as choças cobertas de palha seca que imprimiam ao sítio um tom de natureza morta. Casitas caiadas exibiam nos telhados vermelhos a cor da lareira acesa da fartura. [...] Esse oásis representava um molde de prosperidade, um modelo de técnica agrícola, o núcleo eficiente contrastando com a organização primitiva (ALMEIDA, 2000, [1928], p. 135).

O progresso acentuado pelas novas formas de produção modifica a paisagem e estabelece também novas formas de relacionamento entre o dono da propriedade e o empregado, marcadas pelo processo de reificação. Observemos o excerto abaixo:

Já não pareciam condenados aos trabalhos forçados: assimilavam o interesse da produção. E o senhor de engenho premiava-lhes as iniciativas adquirindo-lhes os produtos a bom preço. As leis de higiene duplicam o esforço persistente. Essa faina não representava, apenas, a satisfação das necessidades imediatas: era uma medida de previdência (ALMEIDA, 2000,

[1928], p. 137).

Uma vez naturalizada, as relações de produção levam à perda da consciência de si, e, nesse processo, os operários são alienados, submetidos à lógica do sistema capitalista, pois previdência ali significava a manutenção do contingente de mão de obra.

Nesse sentido, a crítica de José Américo incide sobre o progresso que chega à Região. A industrialização que colocaria em marcha o desenvolvimento do país não resultou em conquista para o povo nordestino. É nesse sentido que, ao pensar o tema do Nacional, José Américo coloca em evidência o descaso dos poderes instituídos para com a região Nordeste. Ele põe em relevo a exuberância da terra narrada, “A ervagem viçosa escondia os destroços de uma riqueza que se refazia” (ALMEIDA, 2000, [1928], p. 137), apontando o seu potencial de riqueza, e a necessidade de ação governamental no sentido de construir as reformas estruturais com o investimento de capital.

Ainda no território da literatura modernista, em 1935, José Américo publicou mais duas novelas: **Boqueirão e Coiteiros**, em que aborda mais duas grandes questões do Nordeste à época: a seca e o cangaço.

Boqueirão constitui uma representação da Região Nordeste no tocante a sua territorialidade, onde os espaços físico, social e político são destacados; e em relação ao seu povo, inserido no processo de assimilação das mudanças deflagradas pela modernização, apregoada pela racionalidade científica e tecnológica e seus modos de intervenção na natureza, guiados pela proposta civilizadora.

A narrativa se desenvolve em torno de dois personagens centrais, os

engenheiros Remo, brasileiro, e Whith, americano. O núcleo do enredo são os valores modernos. Remo, movido pelo sentimento altruísta, “só aspirava a uma vida de ação. Queria salvar, quando nada, o seu sertão sacrificado. Descobrir-lhe a alma; curá-lo do mal de amor” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 80). Whith, com espírito de colonizador, diz para Remo: “- Não se importe. Leva-se a alma dos Estados Unidos. A terra da seca ainda não tem alma” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 80).

Ambos os engenheiros foram contratados pela Empresa Americana Dwight P Robinson Co, para acompanhar as grandes obras hidráulicas a serem construídas, como medidas resolutivas contra a seca no Nordeste do Brasil.

Aos poucos os

acampamentos cresciam, à beira dos açudes, com ares de cidades. Era uma improvisação da vida nova, ao lado dos burgozinhos caducos. Tudo mais se atrofiava. Cidades cruzadas de becos mais largos que as ruas (ALMEIDA, 1994, [1935], p. (101).

O espaço social vai se modificando e construindo uma nova geografia em torno dos açudes. Essa mudança movimenta o espaço de relações. O pequeno lugarejo inicia-se num processo de compartimentação: a rua, o sítio, o acampamento, e a inexorável dinâmica da modernidade, precipitada na marcha do automóvel, que rasga o caminho para dar “passagem a essa investida do progresso” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 87). Florescia o espaço citadino, com suas “casas viradas umas para outras, como em conversa: umas mais petulantes, avançavam; outras, fora do alinhamento, que nunca existira, modestamente recuadas” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 101). Com toda essa mudança, “os vizinhos já não se conheciam; paredes-meias separavam

mundos. O povo sertanejo ia deixando de ser a grande tribo de solidariedade patriarcal. Cada qual vivia e morria por si” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 103).

Em razão disso, nos interstícios da vida social, as pessoas se individualizam, numa espécie de construção existencial situada entre a angústia e o desencantamento com o mundo natural,

tinir de ferro e de progresso ultramoderno. Os sertanejos já se afeiçoavam à obra. Vendo-a, começavam a compreendê-la, com um maravilhoso poder de assimilação (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 127).

Esse novo mundo colocava o sertanejo na marcha para o futuro. Mas como pensar no futuro diante da fragilidade e incerteza de seus apelos? A esperança do sertanejo é ameaçada quando o Governo determina a paralisação das obras. O barulho das máquinas precisava ser silenciado por falta de recursos econômicos.

É nesse momento que Remo, movido pelo interesse coletivo e motivado pelo espírito de luta, conclama uma ação: “No dia seguinte, ele ainda andou, de ponto a ponto convocando os sertanejos à reação coletiva” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 151). Tratava-se de uma ação significativa que conduziria aquela gente ao rompimento com o processo de alienação a que historicamente era submetida. Participar dessa luta significava o desvendamento de tal processo, fosse pela injustiça do trabalho excedente, fosse pela reivindicação de continuidade de um projeto que sanearia a escassez de água na Região.

A proposta de insurreição mais uma vez foi silenciada pela naturalização de uma vida de precariedades, à qual o sertanejo estava acostumado: “o sofrimento é que nos fazia bons, éramos bons porque sofriamos” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 152).

Com o desmonte do acampamento e o silenciar das máquinas, o Sertão, “que, se já cheirara gasolina, retomava o seu cheiro de gado, um cheiro de curral, [...] As notas rústicas, ondulando, rasgadas pelo vento, acalentavam o rincão desprezado” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 159). O desprezo e o descaso político, em relação às questões gritantes do seco Sertão, assolado pela injustiça social, resvalavam sobre a esperança daquele povo já castigado pelas condições climáticas. E assim, ela vai esmaecendo.

Essa esperança referida em Boqueirão vai minguar ainda mais em **Coiteiros (1935)**, na organização do Cangaço que evolui em detrimento da ordem social.

A obra retrata a “seca como um monstro conhecido, que ia e vinha, devorando terra e gente. A seca veio; a seca passou. Apontava seu rastro, por toda parte, coberto de ossadas marcantes” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 184). No desenho desse rastro, também se pode notar o peso do descaso dos Governos com as questões próprias da Região e a promover um ambiente de incertezas e insegurança. Com isso, o sistema social entra em colapso, dando lugar a novas formas de organização, determinadas pela lei do mais forte, este representado na figura dos coronéis.

Diante da fragilidade da ordem instaurada no sertão, nasce o banditismo que subverte o instituído e impõe-se num jogo de trocas, um jogo de interesses em que a proteção social passa a ser negociada. De um lado, o cangaço, do outro, a coerção do Estado com seu aparato policial. Entre um lado e outro, os coiteiros, aliados do cangaço, oferecem proteção ao povo em troca de algum serviço. Em certa medida, estes administram a violência.

A narrativa começa com a negociação entre um coiteiro e o chefe do

cangaço. O protagonista é um jovem rapaz que, para lavar a honra do pai assassinado, torna-se cangaceiro. Esse ambiente de ressentimentos traz à tona toda hostilidade que se guardava na herança do ódio como “um bem de família. A violência das virtudes antigas era um apelo da natureza mais íntima, do compromisso que devia passar de geração em geração, como o ônus de um legado” (ALMEIDA, 1994, [1935], p. 168).

A violência como fenômeno representado na literatura brasileira é, assim, observada num espaço de ressentimentos e hostilidades, diretamente vinculados à própria crise social. Uma vez alteradas as estruturas econômicas no campo e na cidade, ocorre uma ruptura com os modelos de organização consagrados no tipo tradicional família/Estado. Daí ser o cangaço, representado na literatura nordestina, o grito que clama em favor de um Nordeste desassistido pelas autoridades políticas. Nessas condições, para o sertanejo, resta a esperança do “sertão sem crimes e sem seca” (ALMEIDA, 1984, [1935], p. 235).

Para este sertanejo, esperar é ter “fé” num Brasil mais justo. Em Coiteiros, José Américo denuncia a realidade de um povo que vive, sem alternativas objetivas, essa ordem social firmada no poder da violência, assistida pela “política dos governadores”, ao tempo em que ressalta a necessidade do estabelecimento de uma nova ordem social na Região.

A carreira literária de José Américo se encerra com um único livro de poesias cujo título é: **Quarto Minguante (1994, [1975])**. Hildeberto Barbosa Filho (1994), em prefácio à segunda edição, afirma ser esse o momento de “maturidade, experiência singular de quem se habituou, pelos roteiros também mágicos da ficção”. No poema “Meu Rastro”, que faz parte do livro **Quarto**

Minguante, faz um percurso imagético de sua trajetória, cujo traço reflexivo se consoma no momento em que ele se dá conta da sua própria finitude.

Já escrevi minha história,
Já fui trunfo, já fui astro
E hoje minha trajetória
É simplesmente esse rastro.

(ALMEIDA, 1994 [1975], p.21).

No Ano de 1967, publica **Ad Imortalitatem**, um *plaquette*, com os dois discurso proferidos na ocasião de sua posse na Academia Brasileira de Letras: o discurso dele mesmo e o de recepção ao acadêmico Alceu Amoroso Lima. Assim inicia seu discurso: “Como aconteceu isso? Por que emergi de minha obscuridade, do isolamento compulsório da praia de Tambaú para esta evidência?” (ALMEIDA, 1967, p. 6). Ao final do seu pronunciamento, ele arremata: “Penetro nessa Casa como quem acha o seu lugar” (ALMEIDA, 1967, p. 19).

Entrelaçando, em seu Discurso, o “Homem das Letras” e o “Homem Público”, ele comenta a escolha do seu nome:

Não sou, certamente, o esperado, o candidato ideal entre tantos valores que ainda estão ao lado de fora. Fui entretanto o eleito. Suponho que dois títulos influíram para esta opção: o de homem público e o de homem de letras. O remanescente dos revolucionários de 1930 que já se foram quase todos e o pioneiro de uma nova fase do romance do Norte (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 7).

Na perspectiva de buscar os motivos que influenciaram sua indicação e posterior eleição para ocupar a titulação de acadêmico das Letras, ele tenta justificar-se pelo trajeto de “homem público”, cujo investimento pessoal representa seu compromisso cívico para com o Brasil moderno e democrático.

O discurso de José Américo principia com uma síntese das suas obras publicadas até aquele momento e, em seguida, ele se apresenta como um arguto defensor da liberdade. Segue com sua oratória e como que dando início ao um rito de passagem, ele diz:

tudo o que tenho para oferecer na hora da iniciação. Direi agora como me fiz romancista; recebido como tal, devo esta justificação. [...] Procurando ser natural, regressei às impressões da infância que devolveu elementos nativos, para engajar minha estória. [...] Compareceu o espectro que mais se fixara: o antagonismo regional. Grupos sociais atritando-se em encontros eventuais. [...] O campo estava aberto. O modernismo fora demolidor e desunira-se antes de realizar o tipo de literatura idealizado, menos intelectual e mais objetivamente brasileiro (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 11).

Ele tem consciência do seu papel aglutinador das ideias moventes do Regionalismo do Nordeste, como ele mesmo afirma:

Chegou a minha vez. O Norte precisava estar presente. Eu valeria por minha emancipação, ainda que fosse selvagem: os sentidos decidiram. [...], não faltou a pintura do caráter que pode ser modelado, com a matéria mais grosseira. E a honra sertaneja teve seus momentos épicos. O preconceito tem uma individualidade, como a avareza em Balzac (ALMEIDA, 1967, in: VIEIRA, p. 12).

E prossegue:

Minha arte tinha de ser sincera como minha pregação. [...] O que houve de minha parte foi ousadia, numa hora ainda indecisa. Apontei o caminho, contento-me com a minha atitude cronológica. O modernismo teve o seu desenvolvimento e esse, sim, é que foi o fenômeno. Uma construção diferente evoluiu (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 13).

E clareza sobre o papel que desempenhou no modernismo brasileiro e as consequências d**A Bagaceira**. E assim ele o expressou:

O modernismo foi um dia e aí está o romance moderno na sua maturidade: cariocas, paulistas, gaúchos, mineiros, baianos,

pernambucanos, cearenses, maranhenses, piauienses, quase todo o norte com esse novo padrão (ALMEIDA, 1967, p. 14).

Finalizando o seu Discurso de posse, chama para si a responsabilidade e o compromisso como intelectual brasileiro: “Ainda que não participe dos acontecimentos políticos, o intelectual tem de ser o espectador mais atento dos problemas do mundo” (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 17). É possível perceber no discurso um *habitus* construído que se institui em um processo de objetivação das relações intersubjetivas, o que lhe possibilita os esquemas práticos de percepção do mundo social.

Alceu Amoroso Lima, em seu Discurso de recepção a José Américo, ressalta a contribuição deste à Literatura e assevera que o desconhecido paraibano “trazia para o ambiente literário que então respirávamos desde 1922, alguma coisa de novo, de realmente novo” (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 25). E ao nomear Almeida como o iniciador de uma nova fase no modernismo, justifica:

foi precisamente porque trouxestes, para a revolução formalista dos lançadores de movimento, uma substância de brasilidade, de sertanismo, de problemática social e talvez acima de tudo de gravidade patética, que faltara aos modernistas da primeira hora (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 35-36).

Para além do universo da Letras, José Américo é apresentado como “modelo de autêntico democrata” (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p.24), enobrecido como um intelectual que teve grande importância na história brasileira, como Homem Público: “Sois um exemplo vivo do que o civismo pode fazer na história de um povo. Como sois, por isso mesmo, o exemplo do que hoje se chama engajamento dos intelectuais” (ALMEIDA, in: VIEIRA, 1967, p. 33).

Como “Homem das Letras” prosseguiu a sua trajetória, recebendo agora o reconhecimento da comunidade intelectual. Exemplo disso é que, em 1976, foi condecorado “O intelectual do Ano” pela união Brasileira de Escritores, numa eleição concorrida entre os três escritores:

o do romancista Bernardo Élias da Academia Brasileira de Letras, o de Audálio Dantas presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e José Américo de Almeida. [...] Dos votos apurados José Américo obteve 211 contra 63 a Audálio Dantas e 37 a Bernardo Élias (MONTELO, 1979, p. 72).

Na mesma ocasião, recebeu o troféu *Juca*, uma iniciativa da Associação de Escritores, composta por acadêmicos, diretores de Faculdades, Reitores de Universidades, Diretores de Jornais e Diários e de Editores fiados à Câmara Nacional do Livro, como forma de homenagear a inteligência brasileira.

O romance americista, neste contexto, iniciando com **Reflexões de uma cabra** e culminando com **A Bagaceira**, inaugura uma diferenciação em relação aos naturalistas e mesmo aos chamados pré-modernistas e modernistas, pois insere na ficção não apenas uma suposta representação do real, mas uma projeção da inovação, na representação da linguagem regional, e apresenta denúncia e olhar crítico sobre a realidade. Esta mesma marca que o lançou no cenário literário abriu o caminho para a mimeses do social na literatura, restando da feitura estética do seu trabalho uma aproximação entre este e as Ciências Sociais. O mesmo se deu em **Boqueirão** e **Coiteiros**, obras que ampliaram ainda mais a contribuição do autor à leitura crítica dos problemas sociais, não apenas do interior do Nordeste, mas também em relação ao que ocorria nos centros de poder.

Sua inovação formal e conteudística teve prosseguimento nas obras de

outros grandes escritores e escritoras do chamado romance regional do Nordeste que, mais do que regional, era nacional. Pelo significado e qualidade de sua obra, recebeu da crítica aplausos e premiações que expressaram o reconhecimento do paraibano no lócus da literatura. Jorge Amado, em depoimento no Documentário "**O Homem de Areia**" (1981), de Vladimir Carvalho, diz que se não tivesse lido a obra *A Bagaceira*, de José Américo, não teria escrito **Cacau**. Além do escritor baiano, outro grande representante da literatura nacional, Guimarães Rosa, afirmou que José Américo "abriu para todos nós o caminho do moderno romance brasileiro" (ALMEIDA, 1967, p. 14).

Nossa compreensão é que as conclusões a que chegou José Américo no ensaio científico sobre as causas do atraso social e econômico da Paraíba inspiraram a sua criação literária. Nela o autor, por vezes, confunde-se com o narrador, pois, ao tempo em que denuncia a realidade e critica os agentes promotores da pobreza, revela o lugar social de onde fala. Nessa concepção, crítica da realidade, busca expressar uma situação de atraso, para cuja solução reclama ações políticas e administrativas dos poderes públicos. Sua atuação como Homem Público no campo político pode ser entendida como extensão do Homem da Ciência e do Homem das Letras.

4.3 HOMEM PÚBLICO

Inicialmente, é mister esclarecer que a categoria "Homem-Público", aqui designada, não se refere ao domínio privado da pessoa José Américo de Almeida. Nosso objetivo, neste trabalho, é realçar a natureza da atividade desse intelectual no universo público, mediante o exercício do poder político

(como Senador, Deputado, Governador, Ministro, dentre outras funções que exerceu) e de sua atividade política, mediante o exercício de papéis que lhe creditam e lhe garantem legitimidade no mundo social.

Os papéis desempenhados por ele nos espaços das relações políticas, se configuram a partir do *habitus*, constituído numa verdadeira arena de vozes em que se dá no embate de ideias, por vezes, concorrentes. Por meio do embate dessas ideias no espaço relacional José Américo organiza sua inscrição no referido campo.

À luz da sociologia reflexiva bourdieusiana, o “Homem Público” José Américo dá-se a conhecer, revelando-nos o modo como ele próprio ocupou um espaço no mundo social, onde as disputas regidas pelo *habitus* de pertencimento constituíram para si o capital intelectual, construído na constante dialética entre os sucessivos campos pelos quais transitou, seja o familiar, o estatal, o cultural ou o científico. Sabe-se que as posições ocupadas em determinados campos são objetivadas à medida que recebem uma classificação, por sua vez, indicativa das posições dos agentes no interior desses campos.

Vale salientar que um campo é uma forma de organização social atravessada pela historicidade e por funções desempenhadas pelos sujeitos dentro dele. Esses dois aspectos são fundamentais para a compreensão de atividades que se efetivam, as quais são influenciadas pela dinâmica dessa organização. Por um lado, o processo histórico por via do *habitus* orienta as posições assumidas pelos agentes, seja no plano individual, seja no plano coletivo, por outro, os papéis sociais exercidos contribuem para a definição dessas posições, ajustando os agentes a uma dada estrutura.

Considerando o ambiente histórico de discussão do Nacional e as funções públicas exercidas por José Américo, podemos captar o pensamento do “Homem Público”, no campo público. Para isso adentramos o universo dos textos americista nos gêneros crônicas memorialistas, pronunciamentos políticos, Autobiografia, entrevistas e Relatórios. Por razões didáticas, dividimos os textos em dois grupos. No primeiro, apresentaremos os gêneros crônicas, memorialísticos e autobiográficos; no segundo, os gêneros relatórios, entrevistas e discursos políticos.

4.3.1 Memórias, autobiografia e crônicas

O primeiro conjunto de textos em análise abrange os compreendidos no espaço de tempo entre a Revolução de 1930 e o período que antecede a morte de **José Américo**. Esses textos tratam basicamente das seguintes questões: em **Ano do Nego** (2005, [1968]), o autor narra os episódios que demarcaram sua engajada participação na Revolução de 30; em **Eu e eles** (1994, [1970]), que compõe o segundo volume de suas memórias, ele destaca cenas da sua vida pública, permeadas por conexões com algumas figuras expressivas dos ambientes político e literário; já em **Antes que me Esqueça** (2003, [1976]) narra sua infância e adolescência, descrevendo imagens de sua memória, através das quais reconstrói o passado.

No sentido ricoeuriano, “não tem nada melhor do que a memória para significar algo que aconteceu...” (RICOEUR, 2207, p. 40). As memórias são não somente uma ferramenta para arquivar dados *mnemônicos*, mas uma

capacidade para ressignificar acontecimentos vividos anteriormente como também ressignificar a si mesmo.

Esse sentido de memória aplicado à leitura dos escritos de José Américo possibilita-nos compreender, além do seu universo pessoal, a geografia física e humana da Região onde ele viveu, pois é “na memória que se juntam fragmentos de história, lembranças pessoais, de catástrofes, de fatos épicos que desenham o rosto da região” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 81). Buscamos, portanto, captar, nos fenômenos mnemônicos revelados em narrativas memorialistas e autobiográficas, um dado contexto histórico que nos reporta aos seus passos em percurso solitário, mas com o olhar dirigido para a posteridade.

José Américo reconstrói a trajetória social, da infância vivida na Casa-Grande, passando pelo Seminário para, então, amealhar novos capitais nos diversos campos pelos quais transitou. Com a morte do seu pai, um ciclo havia se fechado e a família o encaminhou para o Seminário. “Tinha mesmo que ir. Ninguém sentia meu drama” (ALMEIDA, 2003, [1976], p. 150). Esse drama o conduz a uma reflexão sobre um universo desconhecido em que “dentro de velhos muros situava-se um território indevassável...” (ALMEIDA, 2003, [1976], p.156), território cerrado, onde convivera com possibilidades inculcadas por familiares, mas não incorporadas por ele.

Compreendemos que

a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram de contrabando no universo do saber; primeiro sem alarde, entre etnólogos, depois mais recentemente, e não sem ruído entre os sociólogos. Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de

uma existência individual, concebida como uma história e narrativa dessa história. (BOURDIEU, 1996, p. 74).

Partindo dessa compreensão, a vida tomada como um conjunto de acontecimentos de uma existência individual, seja narrada pelo historiador, ou mesmo pelo escritor constitui a matéria prima do texto biográfico ou autobiográfico revelando-se num caminho, num percurso. Reconstruindo esse percurso a partir de obras/discursos, a análise dos relatos sobre a história de vida intelectual permite-nos apreender o pensamento do escritor José Américo.

O próprio apresenta-se declarando:

Tenho o meu estilo [...]. Nenhum medo das palavras, como os dicionaristas que as registram, por serem insubstituíveis para que haja precisão. Nem de narrar o sucedido, seja o que for, como condenação do mal ou estímulo de uma boa ação (ALMEIDA, 2003, p. 11).

Com seu estilo próprio, uma escritura que não se obriga a regras formalistas, nem ao rigor da linguagem pretensamente denotativa da escrita científica, por vezes, na escritura americista ressalta-se certo lirismo escondido por trás de uma narrativa enxuta e, de certa maneira, realista, contudo, salpicada de uma subjetividade latente, forma através da qual tece sua trajetória intelectual.

Nesse sentido, a ideia de que exista uma linguagem absolutamente denotativa, neutra e objetiva é aqui contestada, visto ser a linguagem, por natureza, simbólica. Como se trata de expressão humana, não há como nos curvarmos à visão dualística sujeito/objeto, linguagem/realidade. Não há discurso sem sujeito e não há realidade sem a subjetividade da linguagem. Desse modo, entendemos que, a partir desses gêneros do discurso que ostensivamente assinalam a presença dos próprios sujeitos agentes envolvidos

na narrativa, como é o caso das memórias e das autobiografias, exemplarmente, podemos captar ideias e mundos contextuais, desvelados pelo *habitus*.

Como já observamos em capítulos anteriores, o início do século XX, no Brasil, foi marcado por grandes transformações que mudaram a configuração da cultura e da sociedade e, principalmente, da mentalidade das elites agrárias, insatisfeitas com o movimento de articulação política para a escolha dos candidatos à representação Federal. A “indicação dos nomes para os postos eletivos era o momento crítico dos partidos. Vinham à tona as ambições insatisfeitas e explodiam crises latentes” (ALMEIDA, 2005, p. 39). As classes dominantes regionais começavam a se articular em composições políticas, entre 1926-1929, tendo efeitos profundos no ambiente de preparação para a campanha presidencial, que teve início em 1929 e culminou em 1930, quando ocorreu o pleito eleitoral.

A Paraíba estava enraizada nesse conturbado ambiente. A bandeira ideológica empreendida pelo Governo de João Pessoa encampava uma caça à organização oligarca que fora instituída pelo poderio dos coronéis, e isso justificava a recorrência de ações no sentido de recuperar o poder estatal e de promover a cisão com a conhecida “política dos governadores”. A decisão de João Pessoa em negar apoio ao candidato oficial do Governo Federal repercutiu profundamente na organização social e política na Paraíba, e foi justamente essa temática que inspirou o livro **Ano do Nego** (2005, [1968]).

Como articulador, José Américo entra no jogo político e dele participa, numa ação objetiva que, se analisada com base no conceito de rito, considerando também todo o processo preparatório que antecede a Revolução,

aquela ação seria compreendida como passagem de um estádio para outro, de dependência e subordinação para o de autonomia e participação. Levando-se em conta que, nesse *jogo* de relações e influências, as estratégias passam pelas regras do próprio *jogo*, não há como recuar. Nesse sentido a ação pensada toma parte do jogo:

Devia-se agir antes que se consolidasse o dispositivo inimigo. Recordo-me muito bem dessa passagem. João Pessoa contraiu as sobrancelhas e, com seus escrúpulos, objetava que, nas vésperas do pleito, não iria prejudicar um colégio eleitoral, para depois se dizer que fizera isso de propósito, com o fim de ganhar a eleição. [...] O que urgia era resguardar a autonomia do Estado, antes que fosse tarde, dando uma demonstração de força para que a autoridade não declinasse. Mas João Pessoa resistia a todos os argumentos. Estava horrorizado com a ideia de luta (ALMEIDA, 2005, p. 51).

Antes mesmo de assumir o posto de chefe Revolucionário, ainda na condição de chefe da Segurança Pública do então Presidente do Estado João Pessoa, José Américo assume uma posição que o leva a se confrontar com o amigo e Presidente, vivenciando embates próprios do *campo*, pois o mesmo “exerce-se em parte por meio de confrontos com as tomadas de posições de todos ou de parcela daqueles que também estão engajados” (BOURDIEU, 2005, p. 55). Ao adentrar o ambiente revolucionário, ele passa a deter sob seu comando pequenos grupos simpatizantes da luta armada, um núcleo que vai tomando corpo a partir de alguns eventos político-administrativos, indo repercutir contra a resistência armada, comandada por José Pereira Lima, na cidade de Princesa.

Esse enfrentamento tem como pretexto a instauração da ordem cuja imposição constitui o fundamento da representação oficial, em conformidade com os modelos consagrados de dominação, num jogo relacional que se

efetiva no *campo* de luta através das

estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência legítima* (BOURDIEU, 2005, p. 146).

Essas estratégias de reprodução da ordem se efetivam em três frentes: a primeira delas trata do convencimento, a segunda, da manutenção do quadro beligerante através da rigorosa obediência às regras e a terceira, do zelo pela função de comando, na perspectiva de salvar o essencial que a regra visa a garantir.

Já configurado um cenário político para a Revolução de 30, sua ação inicial no plano de controle de estratégias permite-lhe o acesso ao campo inimigo nas zonas de confronto. Disposto a abismar-se, ele inscreve seu próprio corpo e sua finitude no jogo, ele incorpora-se ao *campo* já minado, pois:

deixara de ser uma pessoa para ser um combatente e nunca me senti tão suicida, tão disposto a abismar-me. Sondei o coração e estava em ordem. Era mortal e um dia mais um dia menos, pouco representaria na minha vida contingente. Pior seria o fim pelos desfalques da idade. Não faria questão de acabar com o corpo cheio de balas (ALMEIDA, 2005, p. 122).

Tendo o *jogo* inscrito no corpo, seu interesse e sua disposição é simultaneamente a condição de funcionamento do campo. Estimulado pelo interesse de uma causa, é isso que o “faz concorrer, rivalizar, lutar” (BOURDIEU, 2004, p. 127).

Voltando para a Capital, tinha pressentimentos, “qualquer coisa de

grave, de iminente e de fatal, como uma dessas catástrofes da natureza, que se anunciam com seus sinais infalíveis” (ALMEIDA, 2005, p. 149). A realidade não tardou se anunciar:

tudo que se desanuviara dos presságios que me vinham perseguindo. E eis que, ao sair do hotel onde fizera uma ligeira refeição, encontrei na calçada o prefeito do município. Lafaiete Cavavalcanti, que estava ali fora, à minha espera. Notei-lhe [sic] na meia sombra a fisionomia alterada. [...] Então abafando a voz, num tom fúnebre, deu-me a tremenda notícia: “mataram João Pessoa!” (ALMEIDA, 2005, p. 150)

Sua intuição e seus temores se confirmam com a morte de João Pessoa, um “acontecimento que catalisou a oposição em rebelião armada” (SKIDMORE, 1982, p. 23). O fato é que, em decorrência da morte do governador da Paraíba, a sociedade civil se agita. No clímax da Revolução, organizam-se novos *habitus*, instituindo-se novas práticas. Ao ser convocado para assumir o posto de Chefe civil da Revolução de 1930, José Américo compreende sua posição como a serviço da nação. Sua prática tem caráter oficial, mediante a formalização de documento:

Prezado amigo,

Dr. José Américo

- Como chefe militar da revolução do Norte do Brasil, venho impor-lhe, nesta hora decisiva para os destinos do Brasil, como pátria de cidadãos livres, a tarefa simultaneamente pesada e honrosa de assumir, logo que se tenha realizado o levante das tropas de João Pessoa, a Governo do Estado da Paraíba.

Penso que essa missão será transitória – pois é minha intenção confiar-lhe, mais tarde, as funções de Governo Central, a que se subordinem todos os Governos Revolucionários do norte do País.

É uma merecida homenagem que a revolução vai prestar à Paraíba, na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares do presidente João Pessoa.

E estou certo que o Sr. Saberá honrar essa minha resolução primeiro não se furtando a aceitar as responsabilidades do cargo, depois, tratando de desempenhá-las com a honradez, inteligência e energia de que tem dado sobejas provas neste quadro sombrio que vimos atravessando.

Cogite pois de ir escolhendo seus auxiliares entre os homens de valor de todos os Estados do Norte do Brasil. Sem outro motivo, confesso-me seu ptº sincero admirador. Juarez Távora (ANDRADE, 1985, p. 39).

Autorizado em caráter oficial, o *habitus* é referendado no mundo social.

Em telegrama ao Presidente Getúlio Vargas, diz José Américo:

Tenho honra comunicar Vossa Excelência acabo ser investido Chefia Governo Revolucionário Paraíba depois duma estupenda vitória em que confraternizaram Exército polícia e povo de João Pessoa PT neste posto levarei até o fim com maior prazer patriótico a solidariedade devida ao heroico povo Rio Grandense nesta causa de reabilitação nacional.

Saudações atenciosas
(assinado) José Américo de Almeida
Chefe Revolucionário (ANDRADE, 1985, p. 40).

Vê-se que ele não se esquivou da missão de salvaguardar a ordem instituída no momento do jogo, nem, subjetivamente, da necessidade de participar do próprio jogo. Essa nomeação oficial tem caráter prestigioso, de um ponto de vista legítimo. José Américo recebeu uma identidade oficial, agora, Porta-Voz autorizado pelo Estado, cuja orientação é representá-lo. Dar publicidade a esse ato entre os agentes e as instâncias de legitimação garante o *habitus* de que necessita e deseja. Assim, Imbuído do espírito patriótico, investido do poder oficial de chefe revolucionário, ele aparece situado e movido por interesses e paixões. Assumir um alto posto de comando impulsiona em José Américo uma *libido* no campo político

o que transforma as pulsões em interesses específicos, interesses socialmente constituídos que apenas existem na relação com um espaço social no interior do quais certas coisas são importantes e outras são indiferentes, para os agentes socializados, constituídos de maneira a criar diferenças correspondentes às diferenças objetivas nesse espaço (BOURDIEU, 1996, 141-142).

Movido por essa libido, nele tais papéis se constituem reflexivamente em

circularidade entre o mundo social e o próprio sujeito da ação, mediante um *jogo relacional*. Para compreender esse jogo, é preciso “primeiro compreender o *campo* com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005, p. 40). Se por um lado a Revolução põe em evidência o “Homem Público”, na medida em que José Américo tem a oportunidade de exercer cargos públicos e realizar ações que se dirigem à modernização do Norte e do Nordeste, por outro, as forças políticas gestadas, que instituiriam os fundamentos para uma nova organização democrática, foram subjugadas por interesses que convergiram para o centralismo, representado na figura de Getúlio Vargas, que pretendia permanecer no poder.

Em 1936, várias manifestações de insatisfação geram instabilidades no Governo Vargas, exigindo a definição de nomes para concorrer à eleição prevista para 1938. José Américo é indicado pelos líderes da Revolução de 1930 para concorrer ao pleito como candidato oficial. Para participar deste, ele deixa a Secretaria do Interior, mas em seguida renuncia àquela candidatura. pela convicção, firmada a partir de um convencimento de “bastidores”, tendo como porta-voz o próprio Vargas, de que sua candidatura ameaçava a ordem política do Estado.

Tentando fazer uma súmula desse contexto, José Américo, em seu Livro de memórias, **Eu e eles** (1994, [1970]), faz uma análise sobre o lançamento do seu nome na campanha para Presidente da República, detalhando as relações vivenciadas no período da frustrada campanha.

Em relação à aceitação do seu nome para concorrer à Presidência da República, em 1937, ele assevera:

não deixei de avaliar a delicada situação que teria pela frente. Os elementos mais chegados ao Presidente Getúlio Vargas já se movimentavam, em plena conspiração, preparando o golpe de Estado que o mantivesse no poder, além do período para que foi eleito (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 46).

Como aliado do Governo, conhecedor dos problemas sociais desde a sua atuação no Ministério da Aviação e recebedor de apoio por parte “da inteligência do Brasil” (**Fig. 6 em ANEXOS**) contra os seus opositores – Armando Sales de Oliveira, Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes – José Américo se vê como o candidato mais popular. Disse ele “O manifesto dos escritores foi um índice de valores, cada qual mais expressivo, a consagrar-me pelo seu discernimento dos homens e, sobretudo, no pensamento contemporâneo” (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 61). Contraditoriamente, o acontecimento político contou negativamente no cenário de disputas, conforme avalia:

A campanha ganhava intensidade e Getúlio Vargas percebeu que eu lhe fazia sombra e poderia desbancá-lo. Começou a amuar-se e a queixar-se. Qualquer sugestão minha de reforma era recebida como crítica ao seu governo (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 63).

De candidato oficial, ele passa à condição de “inimigo do poder”. Vargas propôs emenda à Constituição de 1934, a qual dava plenos poderes ao Presidente da República para suspender as garantias constitucionais sob qualquer possibilidade de ameaça considerada subversiva. Essa emenda foi aprovada pelo Congresso, e logo propiciou a aplicação de um golpe. Com esse acontecimento, “a democracia era extirpada com as suas raízes e nem choro havia” (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 78). Nessas circunstâncias,

eu tinha que tornar pública minha repulsa a esse atentado, como democrata e, com maior obrigação, como candidato. Não

podia ficar calado. Cumpria-me lavar um protesto, em meu nome e no de todos os brasileiros que me seguiram na campanha mutilada no seu clímax (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 93).

Não podendo ser candidato, José Américo toma a posição de adversário político. Sentia-se traído, enlaçado numa trama, pois, à primeira hora, as justificativas para impedi-lo de continuar com a campanha eram de que ele representava uma “ameaça comunista”. Assim,

Fazem-me carga de simpatia pelos vermelhos. Estiveram sempre à cata de razões para me incompatibilizar com o clero e as classes conservadoras e a mais constate invencionice foi a do perigo comunista (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 79).

Nesse contexto, a corrente de pensamento marxista entrava no país com todo vigor, aglutinando as massas insatisfeitas com a instabilidade econômica, a miséria, a precariedade do trabalho, destacadamente. O temor da explosão de uma Revolução civil provoca uma maciça campanha anticomunista por parte do Governo. Daí, a melhor justificativa para extirpar a possibilidade de haver eleição no país fundamentar-se numa suposta ameaça das esquerdas simpatizantes com o comunismo. Em relação às esquerdas, o próprio Américo se pronuncia, dizendo:

Meu esquerdismo era um brado contra o pauperismo e a fome. Era a compreensão social, amor aos semelhantes, outra política que desse dignidade ao pobre e lenitivo à dor. Olhava, de preferência, para a classe média e o proletariado, por merecerem mais proteções. Seus problemas eram mais necessidades que política (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 80).

Almeida toma uma posição de esquerda, adversário do Governo, pois defendia um projeto que alcançasse o pobre, o proletário e a classe média. Do outro lado, o Governo lança mão dos anseios mais positivos de Almeida, sua posição de esquerda é convertida pelo imaginário na “ameaça comunista”,

estereotipo produzido pelos seus adversários para relegá-lo à obscuridade política. São exatamente esses elementos que favorecem as estratégias do jogo.

Num ambiente ritualizado pela disputa, a marcação de estereótipos é processada com vistas a alcançar determinado público, no caso específico, as forças políticas e a opinião pública. No primeiro caso, organiza-se a luta no espaço de disputas; no segundo, sob o efeito ideológico, assimila-se a demonização das esquerdas; as duas perspectivas tem como princípio a ordem.

Nessa perspectiva, José Américo conclui: “meu mal não foi ter falado demais; foi ter falado para o futuro, para uma humanidade diferente, mais compreensiva e generosa” (ALMEIDA, 1994, [1970], p. 80). Como autocensura, ele constrói para si um perfil que lhe impõe a tarefa de popularizar sua opinião e, desse modo, disseminar seu pensamento sobre o Brasil que se quer construir livre, moderno e democrático. Nada melhor do que compor esse perfil a partir da sua história pessoal.

Em **Antes que me Esqueça** (2003, [1976]), o autor de **A Bagaceira** produz de forma poética um relato de sua história pessoal. Inicia a narrativa fazendo uma autoapresentação:

Chamo-me José, José Américo para o uso e por completo José Américo de Almeida, como poderia ser Cabral, Vasconcelos, Coelho, Leal, Soares ou outro qualquer ramo da família. Fui o segundo deste nome na prole numerosa, por ter falecido o primeiro com um ano e meio de idade. (Carreguei comigo esse anjo malogrado com uma dupla vida?). Por que Américo? Para diferenciar de muito José de Almeida no local e por lembrança de minha mãe, desde o meu nascimento, em homenagem ao pintor conterrâneo Pedro Américo (ALMEIDA, 2003 [1976], p. 15).

O nome, como um designador individual da história de cada sujeito, constitui um corpo de símbolos que identifica esse sujeito. José Américo faz questão de apresentar a história do seu nome. Na perspectiva bourdieusiana, o nome é um designador rígido.

O nome próprio por excelência da imposição arbitrária feita pelos ritos institucionais: a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferenciadas, particularidades circunstanciais e nos acidentes individuais, no fluxo e na fluidez das realidades biológicas e sociais. [...], ele não pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, a não ser ao preço de uma enorme abstração. [...] Produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso a existência social (BOURDIEU, 1996, p. 79).

Vê-se, então, que a narrativa autobiográfica de José Américo recebe do seu próprio nome a inspiração, e à medida que esse nome é constituído em determinado campo, também o constitui, imprimindo-se nele e a partir dele se exprimindo, como imanência do *habitus* que, por sua vez, também se reflete na identidade social, como uma

serie de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário, tendo ficado claro que é apenas na estrutura do campo, isto é, repetindo, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições sucessivas, publicação em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc... (BOURDIEU, 1996, 72)

São essas posições sucessivas que, ocupadas pelo mesmo sujeito, conferem-lhe um *habitus*, no qual se encontra um princípio gerador e ao mesmo tempo unificador no conjunto das práticas sociais desenvolvidas pelo grupo de agentes que constituem o campo intelectual.

Na ordem da reflexividade, suas descobertas perscrutam novas posições eletivas: “trago um corpo estranho, palpável, movediço, indolor,

incrustado no dedo mínimo, uma cicatriz oculta debaixo da pele, como sinal de mais uma aventura” (ALMEIDA, 2003, [1976], p. 44). Com essa inquietação sente a necessidade de conhecer uma espécie de indução investida no *habitus* do jogo do qual deseja participar, pois “ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele” (BOURDIEU, 1996, p. 144). Desse modo, José Américo constrói a narrativa de sua autobiografia e, naturalmente, como toda autobiografia, na fronteira com o épico. Ele - o sujeito é o objeto -, ideólogo de sua própria vida, busca justificar sua existência, atribuindo-lhe coerência e significado.

4.3.2 Discursos Políticos, Relatórios e Entrevistas

Os textos aqui apresentados reportam-se ao conteúdo escrito por José Américo, em ocasiões em que ocupava cargos públicos. A possibilidade de estabelecermos uma relação entre as palavras e os atos do “Homem Público” conferem importância à análise desses textos.

O Ciclo Revolucionário do Ministério da viação (1982, [1934]), como documentário sobre a passagem do escritor paraibano pelo Ministério da Viação, registra balanços financeiros e administrativos, explicações do homem político perante a Assembleia Constituinte, relatórios, projetos de decretos para a implantação de reformas estruturais e administrativas no Governo Provisório e uma coletânea de entrevistas; **Livro 1945** (1994, [1945]) reúne um conjunto de discursos e entrevistas realizados no período da ditadura; **A Palavra e o Tempo** (1986, [1965]) reflete três etapas da vida política de José Américo, a saber: a Ditadura do Estado Novo (1937-1945); a restauração democrática (1945-1946) e, por último, sua atuação no Senado, no primeiro período

constitucional (1945-1950).

Nesse livro, **O Ciclo Revolucionário do Ministério da viação** (1982, [1934]), José Américo aponta a questão administrativa como pedra de toque para justificar as reformas que precisavam ser feitas no país, com a fim de recuperar os atrasos da expansão industrial e ainda adequar as estruturas econômicas à exigência dos mercados externos, fato que exigia a criação de obras estruturantes. Para ele, um país de Geografia continental exigia ações estruturais urgentes, como a diminuição do *déficit* nos sistemas de aviação, ferroviário, rodoviário e marítimo; era preciso tornar o país produtivo, aparelhando e aperfeiçoando suas bases administrativas, tendo como objetivo a eficiência necessária às exigências do Brasil moderno.

Em consonância com as pretendidas reformas, ele apresenta a reivindicação regionalista no tocante à distribuição dos poderes e bens. Destaca que, nas ações empreendidas pelo governo, eram imprescindíveis aquelas reformas direcionadas ao combate dos efeitos da seca:

para uma solução integral, com o aproveitamento das grandes áreas de irrigação e regularização dos rios principais, evitando, assim, os efeitos danosos das inundações. Está incluída nesse plano a utilização do S. Francisco, para a irrigação dos seus terrenos marginais, e do vale do Ceará-mirim, no Rio Grande do Norte (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 166).

Sua preocupação com o semiárido buscava a execução de projetos tendo em vista o desenvolvimento de programas permanentes, dentre as quais a alternativa do aproveitamento das águas do São Francisco bem como a exploração de “águas subterrânea e aproveitamentos dos minadouros que defluíam de algumas serras do Nordeste” (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 168). Nos programas propostos havia também a previsão para a “cooperação do

Ministério da Agricultura, para a racionalização da cultura irrigada, com o verdadeiro discernimento dos aspectos sociais e econômicos” (ALMEIDA, 1982 [1934], p. 170). Segundo Almeida, a proposta de Brasil moderno tinha como propósito a racionalização e utilização dos recursos naturais disponíveis, o que aumentaria significativamente a capacidade hídrica do Nordeste e aplacaria os efeitos decorrentes da problemática da seca.

Essa problemática da seca foi tema do livro **As secas do Nordeste** (1981 [1953]). Buscando solução para a situação nordestina, José Américo reivindicou dotações financeiras (**Figs. 7-A e 7-B em ANEXOS**) para investimento em obras emergenciais e obras a serem executadas em médio e longo prazos. Nesse livro estão contidos os debates na Câmara de Deputados, destacadamente aqueles realizados em torno das diretrizes apresentadas por José Américo quando estava à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Ele diz:

Tenho levado a minha vida na intimidade desse fenômeno, perscrutando-lhe os mistérios, experimentando a sensação de suas devastadoras investidas e tentando sanar os danos que produz. Fixei suas impressões em livros de ficção e de ensaios, reavivando as retiradas primitivas dos sertões sem nenhum apoio organizado, sem qualquer proteção local, a despejarem ondas humanas que infestavam centros urbanos, esgotando a caridade pública e desequilibrando o sistema de vida com a super-população adventícia (ALMEIDA, 1981 [1953], p. 17).

Como afirmou o próprio José Américo, sua forma de pensar sobre as questões que assolavam grande parte do interior da região Nordeste não se concentrava apenas em um gênero discursivo, mas se diluía em seus livros de ficção e de ensaios.

O tema da probidade no serviço público era prioridade para José

Américo, em seus discursos, ocasião em que ressaltava a necessidade de “sanar o que havia de mal, expurgar certos vícios, tirar, afinal de contas, alguma coisa do caos, com a constante preocupação de moralizar despesas, que é moralizar a administração” (ALMEIDA, 1981 [1953], p. 75). Esse conteúdo moral de seu discurso parece estar regido pelo *habitus* no sentido da objetivação de uma ética, cujo princípio é a ordem contra a degradação da coisa pública.

Os discursos proferidos por José Américo no ano de 1945 – no final da Segunda Guerra, momento em que o mundo estava se reorganizando política e economicamente, e o Brasil ainda vivia sob um regime político ditatorial comandado por Getúlio Vargas – foram publicados numa coletânea, que recebeu o título de **O livro 1945** (1994, [1945]), no qual consta também a entrevista concedida ao jornalista Carlos Lacerda, do Jornal Correio da Manhã. A divulgação dessa entrevista marca o fim da censura imposta pelo Estado Novo. Naquele contexto, e em certa medida, a entrevista, apresentou-se como bastante ousada.

Disse ele naquela oportunidade:

Nesta hora não me nego a falar. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é uma hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos. [...] Todos devem intervir na vida pública, segundo sublinhou bem a Declaração de Princípios dos Escritores. Por isso mesmo saio do retraimento em que tenho mantido para manifestar uma opinião sincera em relação ao problema fundamental do meu país (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 21).

Em face da referida problemática, ele propõe:

O Brasil vai ingressar no seu momento mais difícil. E precisa

sobretudo da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar substância que fundamente [*sic*] a obra de reestruturação do após-guerra. Faz-se necessário, para tamanha empresa, além do concurso das massas, a utilização de todos os elementos de cooperação capaz de todos os valores mobilizáveis da nacionalidade (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 24).

Ao se pronunciar dessa forma, fica implícita em sua fala a intenção de participar numa possível composição de uma chapa para concorrer à Vice Presidência da República pelo voto indireto. Essa possibilidade se abre a partir da renúncia de Vargas e, nesse cenário, José Américo se utiliza oportunamente da mídia com o objetivo de apresentar as linhas do seu projeto de desenvolvimento para o país.

Embora não queiramos sofrer influências estranhas, evidentemente o Brasil tem de receber os reflexos da guerra, do caráter ideológico da guerra, que é uma luta pela sobrevivência e purificação da democracia. A guerra com todos os seus males, é uma grande oportunidade para nos organizarmos e ocuparmos o espaço territorial do nosso país, desenvolvermos a exploração de nossas riquezas. (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 26).

Em relação às grandes questões sociais, ele salienta:

O novo governo terá de cuidar da alimentação que já era e foi agravada, nos últimos anos, pela maior crise de abastecimento que há notícia, em nossa história. Deverá cuidar da educação não pelo primitivismo do ABC, mas para preparar a criança para a vida moderna. Terá de reformar a política e sobretudo os costumes para que o homem brasileiro possa ficar ao nível dos povos livres, civilizados e eficientes e à altura da grandeza da terra que a providência lhe doou (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 32-33).

Em sua fala, vai desenhando um projeto afinado com seus ideais de Brasil moderno e democrático, no sentido de garantir o acesso a todos os brasileiros aos bens materiais e culturais. Entretanto, no colegiado, Almeida perdeu sua possível candidatura a Vice Presidente para o Senador Nereu

Ramos, por uma pequena margem de votos. Assumiu, posteriormente, a presidência da UDN – União Democrática Nacional.

Como presidente do partido, fez um discurso de saudação a Otávio Mangabeira em seu pós-exílio, fato que atestou essa amizade a partir de identificações em torno do pacto democrático. Seu discurso incide sobre o restabelecimento do regime democrático, colocando como protagonista do processo a intelectualidade brasileira.

Os intelectuais mostram que o espírito não se perdeu porque se elevou e pairou acima do caos. E, na primeira alvorada, toda a inteligência do Brasil, com um alvoroço de aves marinhas que, passado o temporal, encontram o ninho, baixou sobre a terra ressurrecta e iluminou, lindamente, a noite que se extinguia. O pensamento jurídico aclamou a liberdade nascente como a musa que o inspira, protetora e protegida. Pela primeira vez na nossa história, professores e estudantes soltaram juntos, no recinto das escolas, o mesmo grito de rebeldia, gritando pela ordem constitucional, pela ordem geral, contra todas as desordens da ilegalidade reinante (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 48-49).

José Américo encerra seu discurso de boas vindas, com um chamamento ao combate à ditadura, uma crítica à gênese do Brasil República e convocação a todos para o despertar de uma consciência coletiva que culminasse no direito do povo brasileiro para escolher democraticamente o seu governo, que se firmasse “pela construção do progresso, pela justiça social, pela disciplina moral e sobretudo, como uma sociedade de homens livres” (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 54-55). Com esse discurso, ele vai retomando seu prestígio político em todo o país.

No livro **A Palavra e o Tempo** (1986, [1965]), José Américo retoma o discurso da campanha interrompida à Presidência da República, dizendo:

Aceitei a candidatura esperançoso de que a democracia

ameaçada, nessa hora crepuscular, pudesse sobreviver com a minha presença. [...] Crente em nossas reservas, tinha fé que o Brasil, mobilizado por uma campanha sincera e ardente, pudesse subtrair-se ao clima autoritário que avassalava o mundo (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 14).

Ao aceitar a participação no processo eletivo para a Presidência da República, via-se como um agente mobilizador num ambiente de acirrada oposição a Vargas e minado pela ameaça de uma ação Revolucionária de esquerda que tomava corpo em três bases militares: em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Esse quadro político fez Almeida recuar em sua decisão de candidatar-se.

- Não será por minha causa que se perca a democracia no Brasil. Se depende de mim, não há questão. Abro mão de tudo. Desisto da candidatura e irei em pessoa a Armando de Sales, com quem já não estou de bem, pedir-lhe que faça a mesma coisa. Se é o perigo comunista que está impressionando o Exército, escolha-se um terceiro, um homem insuspeito, de formação democrática, que inspire confiança a todos. Não faz mal que seja mesmo um militar (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 25).

Acreditando que sua renúncia significaria uma acomodação dos ânimos afetados por interesses individuais de alguns aliados e pressentindo uma ameaça à democracia, Almeida se afasta do processo. Prevalecendo-se desse contexto, Vargas convenceu o congresso a declarar estado de emergência. Ele “tinha agora a atmosfera de que necessitava para intimidar oponentes de qualquer matriz ideológica” (SKIDMORE, 2003, p. 161). Ficava patente a preparação do golpe contra a eleição prevista para 1938, como de fato veio a ocorrer com o apoio dos militares, promovendo-se o nascimento do Estado Novo, a ditadura getulista.

Assim, Almeida, sentindo-se usurpado no seu direito de dar andamento a seu projeto político, toma uma posição, segundo ele, em defesa da

democracia, conforme afirmou: “Só em 1937 voltei à liça, já noutro plano, como candidato à Presidência da República. Tive depois de fazer campanha pela restauração democrática” (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 161).

Em suas viagens pelo Brasil em campanha política, José Américo apresenta o candidato à Presidência da República, pela UDN, Eduardo Gomes. A tônica dos seus discursos incide sobre a defesa da justiça social, vislumbrado numa social democracia, esta se apresentando como uma alternativa ao fascismo-comunismo de alguns países, no período pós-guerra de 1945. Entretanto, Eduardo Gomes, duas vezes seguidas, perdeu as eleições: primeiro, para o então Ministro de Guerra de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra; e depois para o próprio Getúlio Vargas.

José Américo, nos seus discursos, apresenta aspectos de seu projeto de nação:

Combati, tenazmente, a política de governadores que ameaçava ser restaurada. Enfrentei a conspiração contra os partidos nacionais, dados como inexecutáveis, diante das relações regionalistas; hostilizei as manobras parlamentaristas que embaralhavam o regime, a pique de, não sendo uma coisa nem outra, nem parlamentarismo nem presidencialismo tombar no caos (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 183).

E salienta sua posição em defesa da democracia:

Daremos tudo que revigore a democracia, em vez de desfigurá-la e comprometê-la para, de renúncia em renúncia, descambar no aniquilamento, contanto que seja uma legislação depurada de qualquer eiva reacionária. Todas as providências oportunas que, em lugar de coagirem, normalizem a nação pela plenitude das garantias constitucionais (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 188).

Numa breve análise da conjuntura nacional, José Américo marca sua posição em defesa das garantias institucionais. Ele, ainda, destaca a

necessidade de se estar atento aos reclames do mundo moderno.

O surto industrial do Brasil modificou sua fisionomia econômica, social e política. Criou massas operárias concentradas em grandes cidades, ao contato dos choques ideológicos e facilmente manobráveis, pela sua densidade, por sinceros ou falsos condutores. [...] Em 1937, eu já antevia que a miséria é má conselheira [...] fiz a campanha de 1945 no mesmo diapasão. [...] Para que o Brasil adote outros métodos de proteção à vida e não fique fora do círculo da terra. [...] Depois de cada guerra morre um mundo. E há uma ânsia de renovação. [...] O Brasil também está procurando outros moldes. Seu drama é a busca desse novo itinerário (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 195).

Num gesto em defesa da liberdade política no cenário da democracia brasileira, ele se posiciona no Senado em defesa de Luiz Carlos Prestes, ameaçado de perder o mandato por causa do suposto “perigo comunista”

Não! Não serei eu que ajude a expulsar companheiros de um recinto que não é mais meu do que deles, de uma casa que só o povo pode abrir ou fechar com uma chave que é a mesma que abre e fecha as urnas eleitorais. [...] Se a democracia emudecer nos pretórios, na praça pública, nas assembleias, estará condenada à morte (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 210).

Intensificando essa defesa, ele diz: “Não vamos despojá-lo do seu título; despojado seria, então, o povo que o elegeu de um direito que ele pode reivindicar” (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 214). Seu posicionamento em defesa do colega coaduna-se com a ideia de país democrático, revelando a coerência interna dos seus discursos pró-democracia.

Aproveitando-se da bandeira da democracia, por estar descreditado pela radicalidade de sua gestão no Estado Novo, em meados de 1950, Vargas utiliza-se das estratégias do jogo, em seu tempo de afastamento, tratou de construir uma nova plataforma política na perspectiva de “transformar sua imagem de ditador para a de político democrata” (SKIDMORE, 1982, p. 186).

Foi isso que o aproximou de vários políticos influentes e, com o apoio do PTB, Vargas conseguiu vencer as eleições contra Dutra. Voltando ao poder, desta vez, eleito pelo voto direto, sua nova fase populista não foi capaz de efetivar as mudanças necessárias para o enfrentamento das dificuldades de ordem política, econômica e social que o país atravessava.

O enfraquecimento político de Vargas obriga-o a recorrer a antigos aliados, dentre os quais, José Américo, que é convidado mais uma vez para o Ministério de Viação e obras Públicas. Ao assumir o cargo federal no qual toma posse em 1953, José Américo deixa o cargo de governador do Estado da Paraíba. Entretanto, pouco tempo depois, já demonstrando insatisfação com o cargo, em conversa privada com o Presidente Vargas, em março de 1954, José Américo solicita o seu afastamento do Ministério (**Fig. 8 em ANEXOS**). Em julho, aproximadamente um mês antes do suicídio de Vargas, manifesta novamente (**Figs. 9-A e 9-B em ANEXOS**) o desejo de ser dispensado do Ministério. Mas não obteve resposta oficial a nenhuma de suas cartas ao presidente, e logo após o suicídio de Vargas, ele retorna ao Governo da Paraíba.

Nessa breve visada nos discursos americistas, fica patente que ao longo de sua vida como “Homem Público”, José Américo foi se destacando por sua oratória, competência que lhe serviu como facilitador no sentido de promover suas ideias no mundo social. Em várias situações, seus gestos se mostraram coerentes com os seus discursos; em outras, suas atitudes deixaram margem para questionamentos. Este último caso relaciona-se à sua posição frente aos rumores de um suposto “perigo comunista” e possível intervenção militar no Governo.

Como defensor da democracia, ele abdica da candidatura, pressupondo que estaria abrandando os ânimos dos segmentos insatisfeitos com o seu nome. Isso ocorre a partir do momento em que percebe um movimento de instabilidade, como prenúncio de um golpe político, que logo é confirmado pelo então Ministro de Guerra do Governo Vargas. Constatando o fato, José Américo teria escrito uma carta a Getúlio Vargas, expondo sua posição contestatória. Essa “carta” (**Fig. 10 em ANEXOS**) teria sido entregue ao portador João Neves da Fontoura, que a teria entregue em mãos ao Presidente Vargas.

Anos depois, João Neves confirmou o fato, em entrevista a um Jornal, num contexto em que se desenhava um enfraquecimento e uma possível queda da ditadura de Vargas. E pela resposta recebida do Presidente, entendeu que a conspiração não era um fato estritamente militar, mas tratava-se de um golpe desferido de dentro do próprio governo, na intenção de manter sua continuidade. Era a instauração do Estado Novo.

Isolado, José Américo volta ao seu cargo no serviço público, no qual permanece até 1945, quando decide lançar um “grito de luta por todo o Brasil” (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 147), com um discurso entusiástico em prol da restauração democrática e contra o Estado Novo.

Em entrevista ao Jornalista Carlos Lacerda, do jornal Correio da Manhã, em 1945, José Américo rompe a censura feita à Imprensa. Compreende que “é preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar” (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 22). Assim, ele se expressa:

Já todos sabem o que se está processando clandestinamente.
Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a

manter interventores e demais autoridades políticas, pela consagração de processos eleitorais capazes de contestar essa transformação aparente. Mas - acentua - uma constituição outorgada não será democrática porque lhe falta legitimidade originária. O projeto que se anuncia mas que não foi ainda divulgado devia ser submetido a uma comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados, como a Ordem dos Advogados, sempre atenta na defesa de nossas tradições jurídicas e ideais democráticos, que nunca deixou de associar como criações do mesmo espírito, para receber finalmente a aprovação ou modificação de uma Assembleia Constituinte, assegurados debates livres capazes de permitirem que todos acompanhassem a elaboração da carta fundamental da nação. Assim o documento seria legítimo. (ALMEIDA, 1994 [1945], p. 22-23) [sic].

Esse discurso e sua efetiva ação conservam o mesmo tom de um ideal democrático. Contudo, o fato de José Américo ter se declarado contra o Estado Novo não significava, necessariamente, que fosse inimigo pessoal de Vargas. Seu ataque parece antes visar a garantia de uma posição, pois ao lançar mão dessa empreitada, ele se coloca no jogo por via da circulação do discurso, já que este possui força de contestação num contexto de crise. Essa força ecoou sobre outros segmentos insatisfeitos e isso acabou propiciando a quebra do Estado ditatorial e a restauração democrática.

Outro fato na história de José Américo, e ainda relacionado a Vargas, provocou, na época, inúmeros comentários no campo político: trata-se da aceitação ao convite do Presidente da República para assumir um Ministério, deixando o governo do Estado da Paraíba.

Em sua própria defesa, ele diz:

O ato de minha vida que já despertou mais comentários foi a volta ao Ministério que já ocupara, como auxiliar do Presidente Getúlio Vargas, depois de que se passara em 1937. [...] Censuravam-me a facilidade com que aceitara o convite, lembrando meu passado insubmisso e desprezado (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 96).

De fato ele foi convocado para reassumir o Ministério de Viação e Obras, mas isto no período em que Vargas havia sido eleito pelo voto direto. Reportando-se à crítica, afirma que:

Muita gente cuida que atravessei o período do Estado Novo acamaradado com os poderosos do dia, de bem com todos, por não ter sido preso, nem exilado. Essa diferença de tratamento prestou-se a um equívoco. [...] Não me dobrei a qualquer conveniência. Não transigi uma linha com a nova ordem de coisas para poupar a pele ou como receio de deixar meu comodismo. Desde as primeiras horas, [...] tive uma atitude que desmente a versão de passividade ou conformismo que me seria falsamente atribuída (ALMEIDA, 1984, [1957], p. 53-54).

E explica a relutância em aceitar o convite e sua posterior decisão:

Levei dias relutando. Senti um conflito interior, a tragédia dos meus silêncios maior do que a dos meus gritos. Era assim um medo vago; medo do vazio; medo de mim mesmo, de um futuro que arrastaria um passado; medo da própria bravura do meu gesto. Conhece [*sic*] o Nordeste a fidelidade que lhe devo. Ficar insensível ao chamado que me concedia outra vez a oportunidade de servir e servir temerariamente, seria negar-me a mim mesmo. Outro dever me atraía. Expus-me ao julgamento de amigos e inimigos como se fosse um fim de carreira, sem nenhuma remissão. Só há uma moral política: a consciência do bem servir. [...] Estava no meu dever de ir até o fim e fui, com o risco de ser tragado pelos acontecimentos (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 100).

Expondo-se ao julgamento de amigos e inimigos, José Américo decide por sua moral pessoal e política. Sua posição se apresenta entre um pressuposto ético, que se constitui, no sentido weberiano, entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. A primeira caracterizada pela crença num conjunto de valores que historicamente defendia; a segunda, por sua ação engajada que toma por princípio a relação entre os meios e fins.

Considerando aqui sua vinculação orgânica a um projeto de Nação, como “Homem Público”, ele defende que não se pode mudar a lógica do poder,

sem nele tomar parte. Uma vez no jogo, as lutas se desenvolvem no próprio interior do espaço social. Esse reconhecimento por via da reflexividade constitui ponto de tensão, no sentido em que se circunscreve uma estratégia de ação, apurada pela chance de influenciar a própria conjuntura política.

Isso fica patente quando Almeida reafirma, no seu discurso, um compromisso com o Nordeste, para ele, uma “oportunidade de servir”. Embora essa forma de justificar-se tenha uma dupla interpretação, pois suscita a questão: servir a quem? Obviamente ao chamar sua própria história, ele visa realçar uma conduta comprometida com um projeto, cuja coerência seria comprovada no seu passado político, na sintonia entre gestos e palavras.

Seu engajamento impõe riscos, supõe o julgamento público. Isto significa abandonar a postura contemplativa. Por outro lado, a contradição é própria do intelectual moderno que não raramente encontra-se dividido entre a ideologia do ambiente circundante e a do universo social. Sua responsabilidade com um projeto, seu compromisso com um campo político orientam sua conduta, que vai sendo organizada, tendo em vista os fins próprios de sua ação. Parece-me que, diante disso, cabe-lhe, como primeira tarefa, reconhecer a própria contradição, fazer uma autocrítica.

Sem descuidar dessa autocrítica, José Américo toma uma posição de risco, também ideológica. Daí, o que pode parecer contraditório, na verdade, revela-se como uma ação pensada, posto que estaria idealmente organizada com vistas à possibilidade do bem comum, mas também dos interesses pessoais.

Acreditamos que:

Toda ação é finalizada em função de um objetivo e se estrutura em um espaço fechado irreversível, que faz com que o responsável, o agente, seja um decisor que deve se dar os meios de atingir seus fins. Decisor quer dizer que o agente não apenas elaborou o projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou a decisão de engajar-se na concretização dessa ação pela qual ele é, a partir desse momento totalmente responsável (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Portanto o objetivo acarreta uma tomada de decisão acionada pelo senso de responsabilidade que organiza a ação desse agente. Pressupondo que seja uma tarefa planejada, os meios de convencimento são adequadamente escolhidos a fim de que se estabeleça o espaço de persuasão. Ora, esse agente não deseja fracassar, portanto, seu discurso projeta-se no ideal do bem comum, álibi que lhe garante a realização do consenso. Ou seja, jogando com o argumento da razão promove o consentimento. Desse modo “acredito que lhe será tanto mais fácil realizar essa obra quanto mais ele evite, com escrúpulos impor ou sugerir uma convicção à plateia” (Weber, 2008, p. 53). Partindo dessa compreensão, José Américo planeja pelo senso de responsabilidade com fim no projeto democrático seu discurso, assim, justifica-se, mesmo exposto ao julgamento dos amigos e inimigos sua tomada de decisão está norteadada pela consciência do bem servir.

Não há dúvida de que ele foi convocado para atuar no Ministério do Governo Vargas pela sua popularidade. Vargas estava enfraquecido politicamente e ameaçado de ser deposto. De modo que precisava reunir forças políticas suficientes para garantir sua continuidade no poder, o que não foi possível e que presumivelmente pode ter motivado seu suicídio. Após o trágico acontecimento, disse José Américo: “dirigi uma carta a seu sucessor, pedindo exoneração em caráter irrevogável. E abandonei logo o Ministério”

(ALMEIDA, 1986 [1965], p. 100). E, como quem responde a alguma indagação, ele reafirma:

Não! Não revoguei meu espírito de luta. Passei, apenas, a lutar de outro modo, muito mais renitente e cansativo, a gastar-me, a consumir o íntimo, com a mesma firmeza e coerência do meu passado político (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 181).

Esse discurso constitui-se um dispositivo que reafirma sua inserção no campo político. Como porta-voz de um discurso carregado de força simbólica, José Américo “mobiliza as lideranças produzindo pontes discursivas com seus possíveis aliados no campo de forças políticas” (GIRARDI JR., 2007, p.132), com o que espera garantir a efetiva legitimação do seu discurso.

Os discursos de José Américo apontam para ideais de democracia, modernização do país e investimento na ciência e na cultura. Neste sentido, decide fundar a Universidade Federal da Paraíba, da qual se tornou o seu primeiro Reitor.

Em discurso inaugural ele afirma:

Entusiasma-me a política educacional que movimenta a história da Paraíba, porque conheço, através da História, as vitórias da inteligência sobre o obscurantismo e sobre o mal. Sei como os povos evoluíram alimentando seus estágios de progresso com a educação e cultura. Das forças mentais virá o impulso de renovação (ALMEIDA, s/d [1964], p. 95).

Num trecho seguinte, ele reafirma sua preocupação com a formação universitária na Paraíba, dizendo:

A falta de organização universitária já causava um desnível incomodo entre nosso desenvolvimento material e nosso nível espiritual. Urgia criar essa base como um móvel de outras aspirações. O espírito que se exercita no campo das ideias e no trato da ciência é o mais seguro fator de equilíbrio e prosperidade. A inteligência equaciona os problemas e a ação

os resolve (ALMEIDA, s/d [1964], p. 96).

Esse posicionamento ressoou em defesa de uma universidade que movimentasse o progresso social e cultural da sociedade paraibana, destacando a importância da educação superior para produção do conhecimento e análise dos problemas sociais. Defendeu também que tal instituição de ensino deveria se “enquadrar no seu ambiente e empreender um programa de caráter regional” (ALMEIDA, s/d [1964], p. 99). A universidade é, assim, vista como fonte de produção do saber, capaz de orientar o desenvolvimento social do povo paraibano, em função do importante papel que teria de desempenhar:

Instrumento de uma evolução racional, será a movimentação de um progresso equilibrado, um consórcio da ciência e da técnica. Ensinará a pensar, associando o espiritual ao material, conciliando o pensamento com as atividades úteis, contribuindo, enfim, para formar uma civilização de trabalho organizado. Enriquecerá a inteligência para facilitar o discernimento dos fenômenos sociais, para não se andar no escuro, desconhecendo a própria sombra. Para se modelar uma personalidade dos remanescentes das tradições mais puras e do espírito moderno (ALMEIDA, s/d,[1964], p. 26-27).

A crença de que a Universidade se constituiria como instrumento propulsor da evolução nacional justificava sua criação. Além disso, possibilitaria ao jovem paraibano, de um modo geral e, mais particularmente, aos filhos de trabalhadores, pequenos proprietários ou comerciantes que pertenciam às classes sociais menos favorecidas, o acesso ao ensino superior, pois, até aquele momento, a instituição universitária mais próxima dos paraibanos era a Faculdade de Recife e esta era apenas acessível aos filhos das famílias com melhores condições econômicas.

Preocupado em viabilizar o acesso das classes menos favorecidas à

educação, José Américo propõe:

Eduquemos a pobreza, a fim de que ela compreenda o seu papel nessa nova civilização brasileira de valores espirituais, morais e econômicos. Pratiquemos, sobretudo, a democracia do ensino técnico-profissional, ao alcance de todos, que é uma forma de começar a organizar o Brasil (ALMEIDA, s/d, [1964], p. 98).

A determinação de criar uma estrutura universitária como um contributo para a transformação das gerações futuras, a partir do acesso democrático ao ensino como também para a solidificação da ideia de Brasil moderno sobressai-se em discurso proferido em praça pública.

José Américo permaneceu na reitoria da Universidade até o ano de 1957. Em 1958, afasta-se do cargo que ali exercia para concorrer ao Governo da Paraíba, mas, derrotado nas urnas, retira-se do cenário político em 1959, com o seguinte pronunciamento:

Não é a primeira vez que me retiro. Em 1935, renunciei à cadeira de Senador e à direção política do meu Estado, depois de ter recusado a presidência do Senado, recolhendo-me ao Tribunal de Contas. [...] Vítima de um golpe de Estado, regressei ao meu refúgio, donde ressurgi, em 1945, para participar de um movimento que revigorou a fibra democrata. [...] Em 1950, fui arrebatado do plano federal para o governo do Estado, donde saí deixando a Paraíba quite com qualquer compromisso assumido comigo. Pagou tudo o que me devia com a moeda mais preciosa; deixei o poder ungido por uma consagração popular que me indenizou de todas as ingratidões e injustiças do passado (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 118-119).

Seu discurso visa a enunciar uma imagem de si mesmo, apoiando-se na memória. Procedimento que lhe possibilita ressignificar os acontecimentos vividos e, ao mesmo tempo, impõe um tom que, embora épico, revela traços da dialética da existência humana, reiterando os seus ideais de democracia e modernização do Brasil.

4.4 UMA TRAJETÓRIA PENSADA

Os processos que dão lugar à organização do pensamento social nos espaços em que se configura a modernidade no Brasil sob o emblema do nacional orientam nossa investigação, buscando realçar a trajetória do intelectual José Américo, esquecido pelos consagrados cânones das Ciências Sociais, em razão da distribuição das posições ocupadas pelos agentes se constituírem a partir de estruturas objetivas independente de suas vontades, desvelando-se pela existência concreta no mundo social e pela dinâmica própria que se dá no interior de um campo, seja no campo sociológico, seja no campo antropológico.

Evidentemente, José Américo se destacou nos campos literário e político. Ressaltamos, conforme já discutimos nesse trabalho, que sua trajetória intelectual atravessa outros campos, dentre os quais, o científico, do qual não recebeu o devido reconhecimento, ainda que a sua forma de pensar o Brasil tenha oferecido um importante contributo ao pensamento social brasileiro.

Dos diferentes campos visualizados no conjunto de sua obra/discurso, sobressai-se sua contribuição para a formação do pensamento social brasileiro, contribuição esta configurada em diálogo com um corpo de ideias que se propaga no campo intelectual no contexto em que se instaura o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, delimitadas à temporalidade histórica em que se desenvolve também o ideal de modernização da sociedade brasileira, em conturbado contexto político/administrativo que vislumbrava a formação do Estado/Nação e em cujo repertório buscava-se a definição da Identidade Nacional.

Embora reconheçamos que o desenvolvimento institucional das Ciências Sociais no Brasil como um campo científico tenha sido impulsionado com a organização universitária, as discussões voltadas para esse objetivo antecedem esse período. Seus precursores formavam uma elite intelectual comprometida com o futuro da Nação brasileira, almejando o caminho para um Brasil Moderno. Esses intelectuais, embora tivessem legitimidade social, não possuíam a “legitimidade científico acadêmica” (ARRUDA, 1995, p. 125), apenas conquistada, na década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

O campo do pensamento social constitui-se num jogo complexo de relações e espaços de lutas, com as quais os agentes envolvidos se comprometem em função de suas posições no espaço social. É nesse espaço de lutas que situamos a trajetória intelectual de José Américo, que dedicou sua capacidade cognitiva e prática a serviço de um ideal de nação moderna e democrática.

O pressuposto de que sua contribuição para as ciências sociais tenha sido arquivada pelos cânones científicos da época não torna a sua obra menos relevante. Ao contrário, essa compreensão nos motiva a destacar o modo como se constitui o seu pensamento social bem como os resultados do seu trabalho intelectual.

Em face da questão do reconhecimento de José Américo, ele próprio coloca em evidência um *habitus*, quando diz: “O que não fiz com meu esforço fez minha estrela” (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 28). Deduz-se, então, que ele tinha consciência da disputa ideológica que recobre os que se tornam notáveis

em algum *campo*, pois demonstra entender sua posição no jogo relacional.

Em 1937 José Américo era pré-candidato à Presidência da República. No campo político, isso representa um *quantum* de capital e significa uma aproximação com o topo do prestígio desse *campo*. No mesmo ano, ele recebe um convite para participar, como escritor, de uma obra brasileira, intitulada Biblioteca de Investigação e Cultura (**Fig. 11 em ANEXOS**).

Essa obra estava sendo organizada por Josué de Castro⁷, tratava-se da publicação de estudos que contemplavam análises e pesquisas realizadas nos campos das Ciências Naturais e Sociais. A opinião desse estudioso em torno do trabalho de José Américo, ao prefaciar a segunda edição da obra **A Paraíba e seus Problemas**, foi muito significativa, pois se trata de um reconhecimento, *a priori*, de sua contribuição para o campo científico.

A Paraíba e seus Problemas” constituiu o primeiro estudo sólido sobre a estrutura física social e cultural da região Nordeste do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente (ALMEIDA, 1980, [1923], p. 25).

Compreendendo-se que o conjunto de discursos constituintes de um dado campo de saberes tem o “*habitus* como princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 162), deduz-se que o *habitus* gera o mundo social.

No mundo social, o pertencimento à classe de cientistas é construído no

⁷ Cientista Social e Político, formado em medicina e filosofia pela Universidade do Brasil. Assumiu como professor de geografia humana na Faculdade Nacional de Filosofia (1939). Consagrou-se internacionalmente após à publicação dos livros Geografia da fome (1946) e Geopolítica da fome (1951), que ganharam versões em várias línguas. Com a vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial, Londres, viajou por todo o mundo, fazendo conferências. Viveu o final da vida com exilado na Europa (1964-1973), quando teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar, e morreu em Paris.

por meio do jogo ideológico. Tal pertencimento define-se por uma aproximação real entre as ideias sistematizadas num campo onde elas são produto de esquemas idênticos do universo intelectual, cuja dinâmica fornece o sistema das diferenças que se expressam na distinção do capital cultural acumulado.

Por meio de lutas e concorrências no interior de um determinado campo, um novo capital é gerado, a saber, o capital simbólico, que corresponde ao reconhecimento e consagração de seus agentes. Entretanto, o princípio dessa prática não funciona de acordo com pretensões refletidas de seus agentes. Essa prática faz parte dos sistemas de *habitus* incorporados no decorrer da história, a partir das estruturas também incorporadas pelos agentes envolvidos.

Portanto, “a ciência social considera, em sua construção do mundo social, o fato de que os agentes são eles próprios, em sua prática comum, os sujeitos de atos de construção desse mundo” (BOURDIEU, 2007, p. 435). Sendo os agentes os próprios sujeitos de atos de construção deste específico campo de saberes, encontramos o fundamento para explicar a posição ocupada pelo intelectual José Américo no campo das Ciências Sociais.

Américo se aproximou do campo científico, ao produzir uma obra de contribuição ao pensamento sobre a identidade nacional; por outro lado, o reconhecimento dessa contribuição para o campo científico, dá-se através de um consagrado cientista social, ao convidá-lo a participar de trabalho com valor científico abrangendo os campos das Ciências Naturais e Sociais.

O campo científico é constituído de agentes e estes se distribuem no espaço intelectual em função de suas posições, relacionadas com dois princípios de diferenciação, duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capital científico: o primeiro, chamado de temporal (ou político),

está ligado a posições ocupadas no espaço institucional da ciência; o segundo, chamado de prestígio, prende-se a um poder consagrado também no espaço institucional da ciência que corresponde ao reconhecimento por seus pares.

O fato é que por meio da reflexividade, José Américo constrói seu pensamento. Ao encarnar posições no “espaço dos possíveis”, ele concretiza sua prática no mundo social, conforme se observa em relação aos diferentes campos por ele atravessados em sua trajetória intelectual, a saber, no campo artístico: seu reconhecido destaque no romance de estética modernista; no campo político: sua ação engajada ensejando o grande potencial do Nordeste aponta a necessidade de uma ação político-administrativa por via da execução de obras públicas de ordem estrutural, direcionadas à modernização e ao combate dos efeitos da seca; no campo científico, sua compreensão paradigmática sobre a constituição do povo paraibano, contrapondo-se a uma visão biologicista e evolucionista, sinaliza uma visão cultural que valoriza os tipos identificados como regionais, qualificando-os positivamente no processo de miscigenação e continuamente em suas potencialidades culturais, no sentido de alavancar o aclamado projeto Nacional.

A composição interdisciplinar do pensamento social por ele construído perpassa, no conjunto da sua obra/discurso, saberes também instituídos no mundo social, que se desenvolvem no lastro da modernidade-nação. Participando das discussões em torno do Nacional, busca atribuir sentido e significado à Região Nordeste, na perspectiva de integrá-la ao processo de desenvolvimento sociocultural, pautado pelo princípio democrático que abrange a todas as regiões brasileiras.

É, pois, na esteira bourdeusiana que montamos a trajetória americista,

contada por ele mesmo em sua obra/discurso, na perspectiva de compreender,

de que modo e em que condições poder-se-iam instituir nas coisas [objetivações] e nos corpos [incorporações] às regras e às regularidades dos jogos sociais capazes de constranger as pulsões e os interesses egoístas a se superarem no e pelo conflito regulado (BOURDIEU, 2001, p-113-114).

Nossa compreensão é a de que a objetivação e a incorporação que se explicitam na experiência engajada do intelectual José Américo recepcionam uma dinâmica própria no *jogo social*.

Sou visto como impetuoso e o que parece impulso é o desfecho de uma ação refletida, vencendo obstáculos que se opõem à decisão sumária. Poderá ser errado, mas não impensado (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 32).

Possivelmente, esse registro visa a definições operatórias que são também objetivadas a partir da própria representação subjetiva que o próprio ser social tem de si mesmo, numa experiência do já pré-construído e homologado por definição do *campo*, e de quem faz parte do *jogo*. Desse modo, a reflexividade decorrente dessa dinâmica constitui-se numa atitude compactuada perante o mundo social e se desenvolve na prática do *jogo relacional*, donde o ser social, sem se subtrair do *campo*, não apenas observa a interação, mas participa dela.

Sua palavra reforça a nossa compreensão de que sua trajetória é pensada no espaço social e materializada na sua obra/discurso, pois

todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Portanto, linguagem e ação estão no mesmo ambiente de trocas,

orientando-se por três princípios: Alteridade, influência e regulação. De acordo com o primeiro, um discurso se realiza em consideração a outro; o segundo objetiva que o outro aja de acordo com a intenção daquele que profere o discurso; o terceiro trata de que se ambos defendem seu próprio projeto de influência, os dois são levados a gerenciar suas relações.

Transpondo essa organização para o campo científico, *locus* de produção de discursos e trocas, os partícipes se colocam numa arena de disputas, que passa pela regulação numa relação de força. No embate entre diferenças e alteridades se estabelece a ordem da classificação geradora do *habitus*.

Ao tomarmos a obra/discurso de José Américo como objeto de investigação, concluímos que seu discurso é elaborado como o meio para atingir um fim. Ao desenvolver um estudo sobre os problemas de uma região, acumulou um capital – conhecimento. Esse *habitus* se manifesta numa obra literária que denuncia um estado de miséria e critica o modelo de gestão política, encarnando-se depois numa práxis política, mediante uma ação engajada que vislumbra a obtenção do bem comum.

No exercício da atividade política, ele pode consolidar uma prática, posto que, a partir do conhecimento da problemática paraibana, acreditou na possibilidade de transformação, ensejada na luta por uma sociedade mais justa.

A consciência do seu papel permitiu-lhe afirmar: “A inteligência tem este compromisso. Não pode ignorar nem pode calar. A palavra é a mais nobre faculdade do homem; não deve morrer na garganta” (ALMEIDA, 1994 [1970], p. 138). José Américo vai, desse modo, conquistando a popularidade,

respaldando-se em um projeto de mudança fundado na crença das potencialidades brasileiras. Seu discurso é de esperança:

Nossa maior crise é a de confiança em nós mesmos, em nossas possibilidades, no nosso poder de progresso e inovação. Sem desemprego, com tanto espaço vital, com uma natureza ainda virgem, rica de matérias-primas, sem conflitos raciais, sem intolerâncias religiosas, com uma só língua, sem tufões, terremotos, tantas calamidades que, do dia para a noite, aniquilam o trabalho de anos, com todos esses benefícios e vantagens não conseguimos ainda vencer o sentimento de impotência que retarda nossa evolução e impede a nossa felicidade. Só nos falta o capital. E o capital é o nosso próprio patrimônio, a própria terra imensa e pródiga (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 177).

Reiteradamente, seu discurso expressa o Brasil de forma positiva, cuja abundância de riqueza justifica a inovação e o progresso. Firma o ideal de democracia na ampliação do bem público como direito coletivo. A força do seu argumento emerge de uma nova geração de práticas sociais, pois,

a longa prática do poder, sobretudo de um poder discricionário, vicia os seus elementos políticos e administrativos, incapacitando-os perante a opinião, para uma obra de renovação cívica e material (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 316).

Essa renovação parte de uma racionalidade operatória, pois José Américo inclui o público no universo da escolha racional. Ao envolvê-los no discurso, atribui-lhes a missão de desaprovar tais práticas. Ao criticar a prática dos agentes do campo político, ele tem em vista seus próprios interesses. Pois “é no campo político que o uso do “povo” e do “popular” é mais diretamente rentável...” (BOURDIEU, 2002, p. 184). A palavra política no espaço social é uma questão de poder legítimo. Na instância do espaço de dominação, ele tem a posse do elemento mais importante da ação social.

Portanto:

A dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura de dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um “objetivo” (WEBER, 1994, p. 187).

Tendo essa compreensão, José Américo, ao ser eleito pelo voto popular para governar o Estado da Paraíba (1951-1956), profere um discurso comprometendo-se com a instituição legal do poder. Sua palavra incide num espaço de persuasão, na perspectiva de convencer seus eleitores, a partir de fundamentos legais, à submissão à ordem pública.

Vejamos o que ele diz sobre isso:

Será assim, além da ação política, o compromisso de bem governar. Primeiro de cumprir a lei que é o exemplo da ordem para evitar desordem. A lei é a liberdade assegurada e o equilíbrio de todas as relações. [...] Governar não é assinar papéis, mas saber sentir e compreender. É uma gestão mais ativa, mais minuciosa e mais humana, capaz de solucionar os problemas do Estado e as dificuldades da vida (ALMEIDA, 1986, [1965], p. 303-304).

Assim, no espaço de persuasão jogando com o argumento da razão, gera, por meio de discurso humanitário, uma proximidade com o popular, facilitando a associação do seu caráter carismático. E desse modo, José Américo reúne no âmbito da influência dois tipos puros de dominação legítima: racional⁸ e carismática⁹. A precisão da associação desses dois tipos puros de dominação ratifica a autenticidade do seu discurso, gerando credibilidade. Com isso, ele amplia seu capital político. Esse momento é o princípio do fim de sua extensa atividade política.

⁸ Baseada na crença, na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, são nomeados para exercer a dominação.

⁹ Baseada na veneração extraordinária da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas.

Em nossa passagem pelas obras memorialistas e autobiográfica de José Américo, foi possível apreender um tom épico que deu corpo a sua autoimagem encenada na perspectiva de tocar seus leitores.

Observemos o excerto abaixo:

Não cometi a heresia de dizer que o Brasil é um país perdido. Perdido são os brasileiros que procuram perdê-lo. Intento desassombrar nosso futuro de apreensões catastróficas: Não percamos a esperança. Poderemos, sem maldições, sem desforras sangrentas, atingir o ideal democrático da inteligência, da cultura, das virtudes públicas, do bom governo que é a melhor propaganda contra as subversões (ALMEIDA, 1986 [1965], p. 79).

Primeiro ele descreve uma situação de perigo iminente. Com isso, gera uma expectativa que conduz o discurso a um ambiente de medo. Em seguida, se apresenta como o herói que “desassombra nosso futuro”, no convite à “esperança”; gera um clímax, para, enfim, propor uma ação salvadora, “o bom governo”, com o que constrói uma imagem de “salvador da pátria”. Essa convocação para o imagético engendra um discurso competente que ganha força ao preencher uma lacuna política supostamente existente.

No contexto em que é proferido esse discurso, o país vivia o processo de consolidação democrática, razão pela qual inscreve-se nele ideologicamente coerente. A democracia representava o ponto de equilíbrio e, para ele, seria possível porque “praticando uma democracia legítima, encontraremos todos os remédios para os nossos males” (ALMEIDA, 1986, [1965], p. 72). Esse é um discurso inspirador à oferta de um sonho e cuja retórica inspira confiança e admiração.

Na democracia, a instância política é delegada pela instância cidadã, esta última faz a escolha dos seus representantes. O que se espera em troca é

que esses representantes se encarreguem de realizar aquilo que é desejável. A contradição reside no limite da competência política, pois o Estado burocrático tem suas regras de funcionamento. Por essa razão, a instância política vai agir em função do possível.

Ao focalizarmos nosso olhar apenas na produção dos discursos políticos de tendência populista, proferidos por José Américo, certamente vamos incorrer no erro de degenerar seu projeto, pois não podemos analisar discursos e elaborar uma compreensão sobre eles sem articular suas ideias e práticas.

Na composição do trajeto do Homem da Ciência, colocamos em evidência sua contribuição para o pensamento social brasileiro; do Homem das Letras captamos sua denúncia e crítica da realidade social, desfigurada pelo sistema de exploração da *mais valia*; do homem público, apreendemos, na perspectiva weberiana, as três qualidades determinantes de homem político: “paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção” (WEBER, 2008, p. 107). Essas três qualidades, aplicadas ao exercício racional, devem compor a personalidade de um político por vocação, cuja ética tem por princípio a convicção e a responsabilidade.

Portanto, em nossa compreensão ao estudar a trajetória pensada de José Américo, na fronteira entre a sociologia e a antropologia, não no sentido de estabelecer linhas de separação entre um saber e outro, mas de associá-los, o que fica patente na trajetória desse romancista, poeta, cronista, ensaísta, político, acadêmico é a construção criativa de um conhecimento, por ele designado como antropossociológico. Esse conhecimento, se, por um lado, pode ser tecido literariamente, por outro, pode se materializar em ações engajadas. Com fulcro nessas constatações, pode-se dizer que o intelectual

José Américo de Almeida não é apenas uma paisagem da história paraibana, mas uma personalidade que marcou a história da Paraíba e do Brasil, das Letras, da Política e da Ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itinerários percorridos por José Américo nos campos da ciência, das letras e da política serviram de referência para a nossa análise de sua trajetória intelectual. No encalço dessa trajetória, destacamos elementos que contribuem para a compreensão do que ele mesmo denominou de antropossociologia, tendo como escopo a interpretação de problemas da Paraíba, no embate discursivo sobre o Nacional, em que se destacavam ideias divergentes e similares em torno das diferenças regionais, especialmente aquelas relacionadas ao Nordeste.

Por meio de relações de semelhanças e diferenças, as ideias desse intelectual paraibano dialogavam com as correntes de pensamento que forjaram o pensamento social brasileiro, no processo em que se instituíram diferentes interpretações sobre a miscigenação, o atraso colonial e a pertença ao mundo civilizado sob a égide da modernização.

Sob o emblema de Brasil moderno, urbano, industrial e democrático, a intelectualidade brasileira do final do séc. XIX e início do séc. XX produziu intensas reflexões que forneceram elementos para a construção imaginária do social, cujos percalços buscavam explicar a identidade nacional. Compreendemos que, implícita a tal imaginação, pretendia-se estabelecer as relações de causa e efeito entre atraso social e econômico e processo de miscigenação, ou fatores impeditivos para o desenvolvimento do Brasil decorrentes de questões socioculturais.

Nessa contextura, havia o entendimento de que a compreensão do processo de formação do povo forneceria as bases para a avaliação da organização social em seu percurso histórico de mudança e possibilitaria a construção de diagnósticos sobre problemas que impediam o desenvolvimento e o progresso. Questões como essas definiram a agenda da intelectualidade brasileira naquele período. A ideia central se firmava na busca de uma concepção de povo e territorialidade numa perspectiva histórica, ou seja, o reconhecimento do Brasil como Estado/Nação independente.

Para isso, julgavam ser necessário o conhecimento da história do país e do seu povo, tendo em vista a consolidação do grau de país independente por meio da soberania política e territorial e da inclusão do Brasil na marcha do desenvolvimento e do progresso.

Esse referencial de progresso, pautado nos modelos europeu e americano, foi determinante para a construção da imagem social de um Brasil “despossuído de povo e de história”, portanto carente de uma identidade nacional. Neste ambiente, a intelectualidade brasileira elegeu o Nacional como tema central das reflexões que tinham em vista a constituição de uma identidade para o povo brasileiro. O que se pretendia era desmistificar essa imagem de Brasil “despossuído de povo e de história”, substituindo-a por uma nova imagem, firmada no reconhecimento de uma brasilidade, cuja função seria transmitir a riqueza por via de sua identidade nacional, um espírito comum, em razão do que a agenda intelectual definiria seu ideário de desenvolvimento e progresso.

Esse cenário contribuiu para o fortalecimento da ideologia que fomentou o pensamento sobre o Brasil miscigenado e que resultou na

formação de interpretações essencialmente preconceituosas em relação ao processo de misturas étnicas, marcadas pelo registro de superioridade e estigmas de inferioridade.

A discussão empreendida por intelectuais da época girava em torno da seleção de um tipo antropológico que pudesse representar a identidade nacional, num país miscigenado, o que incluía a ideia de expurgar a “feiura”. Pelas análises deterministas e evolucionistas, os fatores responsáveis pelo atraso naquele Brasil eram identificados no meio social e físico, de modo que os fatores étnicos e climáticos constituíam o impedimento para o desenvolvimento da nação.

De acordo com essa visão fatalista o “povo atrasado” sucumbiria por incapacidade de adaptação ao ambiente moderno e civilizado. Mas se humanidade caminhava de modo irreversível para o progresso, era necessário modificar as estruturas impeditivas do desenvolvimento.

As mudanças na sociedade brasileira predominantemente agrária projetam o Brasil para fora do país com a indústria agroexportadora, o que exigia cada vez mais mão de obra qualificada. Na transição da mão de obra escrava para a livre, criavam-se novas formas de relacionamento, pois era preciso constituir um novo mercado.

Desse modo, as primeiras interpretações sobre o Brasil dão lugar a novas versões sobre o país no campo intelectual, arena de disputas de posições onde surgia um ambiente de encontro de diferentes tradições intelectuais.

Dialogando com ideias de intelectuais que discutiam a modernização e a democracia no Brasil miscigenado, José Américo de Almeida construiu o que ele chamou de *antropossociologia*, um estudo sobre a formação do povo paraibano, a partir do qual ele identificou, nos tipos regionais, positivities no processo de miscigenação.

O primeiro aspecto positivo a que se referiu Almeida foi a *criatividade*, pois favorece a realização da inteligência para analisar, criar alternativas e enfrentar os desafios a que o povo é submetido.

O segundo aspecto positivo ressaltado foi a capacidade de *resistência* da população em face das adversidades sociais: condições climáticas desfavoráveis, ausência de investimentos públicos, atenção político-administrativa precária. Diante dessa constatação e em face da realidade opressiva, ele atribuiu uma grande responsabilidade aos intelectuais, no sentido de não ignorar e nem calar, mas antes construir uma consciência pública e lutar pela democratização dos bens públicos.

O terceiro aspecto positivo concentrava-se na *diversidade* dos tipos humanos, pois, em harmonia com o ideário de povoar as regiões do país, defendido pelo pensamento nacionalista, os processos de miscigenação favoreciam o crescimento demográfico brasileiro.

O processo de mestiçagem na Paraíba gerou uma diversidade regional semelhante a que ocorreu em outras regiões do país. Por isso, a impossibilidade de existir um único tipo étnico que pudesse representar a identidade brasileira. Essa busca da unidade nacional sob o emblema do nacionalismo, desencadeada pela marcha forçada para a modernização brasileira, gerou um crescimento desigual. Tal condição separou o centro

(Sul/Sudeste) da periferia (Norte/Nordeste), reforçando a centralização do poder estatal.

José Américo manifestou-se contrário a atribuição de qualquer mal à origem de nossa formação étnica, pois, para ele, essa forma de pensar era infundada na ciência. Criticou também o empirismo como método para compreender a complexidade humana do mundo. Seu pensamento o afastou das Ciências Naturais, uma vez que entendeu o homem como ser que vive numa sociedade, permanentemente em processo de mudança.

José Américo desprezava qualquer tipo de visão essencialista sobre a constituição do povo, no processo de formação regional. Não encontrava nenhum fundamento que pudesse justificar ou culpabilizar o atraso do povo, por suas raízes étnicas ou miscigenação. Ele entendia que os problemas decorrentes do atraso regional podiam ser explicados pela falta de compromisso político-administrativo dos poderes públicos e não por causa de fatores raciais, como defendiam outros intelectuais de sua geração.

Embora a modernização não constituísse um problema em si, dela resultou uma problemática pelo fato de ter sido conduzida pela ordem do sistema capitalista que, ideologicamente, estabeleceu novos tipos de relações sociais, embasadas na divisão de classes: de um lado, os detentores dos meios de produção e de outro, os despossuídos, que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Destarte, ampliaram-se as desigualdades, numa região negligenciada pelos poderes instituídos.

Para combater essa desigualdade, José Américo defendia a socialização da industrialização entre todas as regiões do país e, ao criticar o modo como se desenvolvia a modernização no Brasil, chama a atenção para o

fato de que a forma como o desenvolvimento era processado determinava os níveis de desigualdade em quase todas as regiões brasileiras, exceto nas regiões para onde confluíram os interesses privados dos grandes latifundiários, comandantes das históricas oligarquias. Sua crítica revela uma posição política, em defesa de seus ideais de justiça social.

Nas ocasiões em que assumiu posições estratégicas a partir do *habitus*, no *campo* político, José Américo empreendeu ações que tinham em mira seu projeto de modernização. Pela lógica da prática, sua ação o inscreve no ambiente do jogo e, dentro deste, no exercício dos vários cargos públicos, implementou obras estruturais na Paraíba.

Na trajetória de José Américo, observamos que sua atuação não se limitou a um determinado campo, mas se desenvolveu complexamente a partir dos *habitus* de homem da ciência, homem das letras e homem público. Por meio da reflexividade, seu engajamento lhe possibilitou transitar entre os campos: científico, literário e político.

Com a produção do ensaio **A Paraíba e seus Problemas**, em 1928, José Américo participou da construção do pensamento social brasileiro, produzindo um conhecimento que ele denominou de antropossociológico, e de modo legítimo, juntamente com outros intérpretes do Nacional, contribuiu para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, disciplina formalmente reconhecida como um *campo* científico específico, em 1930. Sobre esse aspecto, consideramos que, embora os cânones científicos não lhe tenham conferido o capital científico de prestígio, ele obteve, pela repercussão do seu trabalho, um certo tipo de capital científico temporal, isto porque, não sendo vinculado a nenhuma instituição científica, participou, conforme destacamos, do

processo de institucionalização das Ciências Sociais.

Sua atuação no campo literário harmonizava-se com sua análise antropológica e com seu projeto político. Suas obras de ficção, em sintonia com a visão dos modernistas que se contrapunham à visão idealista do romantismo, apontaram um caminho de ruptura com o passado e em busca de uma literatura nacional, mais identificada com aquilo que fosse propriamente brasileiro.

Sua obra paradigmática, **A Bagaceira**, reflete o ideário modernista que reclamava à literatura a tarefa de reinterpretar a própria literatura e a história, trazendo para dentro das obras a realidade brasileira em sua diversidade. Para além disso, sua obra inova no plano da criatividade estética e projeta a literatura como representação social de uma região brasileira esquecida pelos poderes públicos. Por esse motivo, sua prosa teve um papel relevante, ao fazer da literatura um canal de denúncia e crítica social ao sistema de exploração capitalista, caminho que foi seguido por outros grandes escritores regionalistas.

Ao inaugurar a prosa modernista, ele assegurou seu prestígio no campo literário, e isso lhe permitiu acumular um *quantum* de capital simbólico que lhe valeu novas posições: na Academia Brasileira de Letras e na Academia Paraibana de Letras. Essas consagrações e o prestígio alcançados lhe garantiram várias premiações, como reconhecimento do valor de sua intelectualidade.

No campo político, o *habitus*, em meio à concorrência entre os agentes nele envolvidos, lhe conferiu um capital político de prestígio, que lhe assegurou a ocupação de vários cargos públicos. Esse *quantum* de capital acumulado lhe valeu o um saldo de novos capitais de notoriedade e popularidade, em

correspondência com o reconhecimento e a consagração que recebeu no campo político. Com esses créditos, ele chegou a ser convidado a participar, como candidato oficial, da concorrência à Presidência da República.

No exercício da atividade política, ele aplicou seu conhecimento à concretização de um projeto que teve como base os resultados de uma pesquisa científica. Aquilo que guiava sua forma de pensar a modernização e a democracia num Brasil miscigenado foi o fundamento para o seu projeto de mudança social.

Entendemos que, embora sua obra autobiográfica e seus discursos, como é próprio de quem constrói uma trajetória pensada, sejam, do ponto de vista discursivo, preches de autopromoção, não podemos deixar de reconhecer que este paraibano contribuiu significativamente para a discussão sobre o Nacional, para a nova concepção do romance brasileiro e para a democratização e modernização do Brasil.

Entendemos também que, além de não ter sido classificado pelos agentes do campo científico como merecedor do capital de prestígio científico, contribuiu para sua invisibilidade nesse campo o fato de não ter se concentrado em um determinado campo. Isto porque transitou em diversos deles, destacando-se em cada um, tendo, entretanto, acentuado sua visibilidade nos campos literário e político.

Finalmente, compreendemos que a contribuição de José Américo para a formação do pensamento social brasileiro, no campo científico, reside em sua proposta *antropossociológica*. Nesta, ele apresenta a miscigenação, ao contrário dos que a relacionavam com o atraso social e econômico, como condição positiva, capaz de fomentar a criatividade, ampliar a resistência e

promover a diversidade, na formação e enriquecimento da identidade nacional. Para ele, a falta de desenvolvimento é resultante da ausência da democratização do poder e do capital, pensamento este que o inspirou para a denúncia e a crítica social no romance que veio a se tornar sua mais inovadora contribuição no campo literário e, no campo político, sua ação engajada contaminada pelo ideal democrático.

OBRAS DO AUTOR

ALMEIDA, José Américo de. **Reflexões de uma Cabra** [1922]. 2ª ed. João Pessoa: FCJA, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas** [1923]. 3ª ed. João Pessoa: A União Cia. Editora, 3ª Edição, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira** [1928]. 34ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2000.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ministério da Viação no Governo Provisório** [1933]. 2ª ed. João Pessoa: Coedição FCJA e FGD, 1982.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação** [1934]. 2ª ed. João Pessoa: Coedição FCJA e FGD, 1982.

ALMEIDA, José Américo de. **O Boqueirão** [1937]. 2ª ed. João Pessoa: FCJA, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **Coiteiros** [1937]. 2ª ed. João Pessoa: FCJA, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **1945** [1945]. João Pessoa: FCJA, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. **Secas do Nordeste** [1953]. 2ª ed. João Pessoa: Coedição FCJA e FGD, 1981.

ALMEIDA, José Américo de. **Ocasos de Sangue**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1954.

ALMEIDA, José Américo de. **Discursos do seu tempo** [1967]. 3ª ed. João Pessoa: Iterplan, s/d.

ALMEIDA, José Américo de. **A palavra e o tempo** [1967]. João Pessoa: FCJA, 1986.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego** [1970]. João Pessoa: 3ª ed. FCJA, 2005.

ALMEIDA, José Américo de. **Sem me Rir Sem Chorar**. 1ª ed. João Pessoa: FCJA, 1984.

ALMEIDA, José Américo de. Eu e Eles [1973]. João Pessoa: União, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. Quarto Minguante [1976]. 3ª ed. João Pessoa: JCJA, 1994.

ALMEIDA, José Américo de. Antes que me esqueça [1977]. João Pessoa: 3ª ed. FCJA, 2003.

OBRAS SOBRE O AUTOR

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. **Catálogo da Correspondência de José Américo**: Cartas 1915-1952. João Pessoa: FCJA, 1983.

AQUINO, Aécio e SANTOS, João Batista dos. **Antroposociologia e Literatura social em José Américo**. João Pessoa: FCJA, 1981.

CAMARGO, Aspásia (org.). **O Nordeste e a Política**: Diálogo com José Américo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

CASTRO, Ângela Maria Bezerra de. **Re-leitura de A Bagaceira**. João Pessoa: FCJA, 1987.

DANTAS, Nilvanda Barbosa e COSTA, Jean Carlo Carvalho, **Entre “maiores” e “menores”**: Itinerários cruzados entre José Américo de Almeida e Euclides da Cunha. Revista eletrônica de Ciências Sociais/CAOS [online]. 2010, nº 16. ISSN 1517-6916. <http://www.cchla.ufpb.br/caos/numero16.html>

<http://www.cidadedeareiaonline.com.br/site/45/pg12.asp>

LEITE, Norma Lins (Org.). **Biografia comentada de José Américo de Almeida**: obras do autor e sobre o autor (1921-1996), Editora Universitária/UFPB, 1998.

LIMA, Elaine Aparecida. **A bagaceira**: desmontando visões críticas, no XII Congresso Internacional da ABRALIC, UFPR – Curitiba, Brasil, 2011.

LIMA, Elaine Aparecida. **Perseu contra Medusa**: uma desconstrução do olhar petrificante sobre A Bagaceira. Londrina: UEL, 2011.

LIMA, Elaine Aparecida. **A bagaceira**: marco móvel e literário, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras. Londrina, 2007.

LIMA, Elaine Aparecida. **O Narrador de A Bagaceira e a Denúncia Social**: <http://www.uel.br/revistas/boitata/Volume-4-2007/Artigo>

LIMA, Elaine Aparecida. **Olhar Enviesado**: a crítica e o falso romance da seca, Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários, Volume 12 (Jun. 2008).

LUNA, Maria de Lourdes. **Rastros e Perfis**. João Pessoa: FCJA, 2003.

LUNA, Maria de Lourdes. **Rastros na Areia**: Solidão e Glória de José Américo. João Pessoa: FCJA, 1987.

MARINHEIRO, Elisabeth. **A Bagaceira**: Uma Estética da Sociologia. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

MARQUES, Ivanilda. **A retórica de A Bagaceira**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFPB, 1978.

MELLO, José Octavio Arruda de. **História da Paraíba**: lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994.

MONTELO, Josué. **No limiar de um século**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

NASCIMENTO, Pávula Maria Sales. **Natureza e espaço na memorialística de José Américo de Almeida**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo: julho 2011.

NUNES, Maria Thetis; OCTÁVIO, José e ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Antropologia e História em José Américo**. João Pessoa: FCJA, 1982.

PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida**: A saga de uma vida. Brasília: Senado Federal, 1987.

RABELLO. Adylla Rocha. **Exposição da Obra de José Américo**: Cronologia. João Pessoa: FCJA, 1987.

RABELLO. Adylla Rocha. **José Américo de Almeida nos Bastidores**. Brasília: Senado Federal, 1994.

RABELLO. Adylla Rocha. **Pareço-me comigo**: uma aventura carnavalesca de José Américo de Almeida. Brasília: Senado Federal, 1987.

VIANA, Helder do Nascimento. **Tragédia e desilusão**: a representação do Nordeste na obra de José Américo de Almeida. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPB-UFCG 1995.

VIEIRA, José Medeiros. **AD IMORTALITATEM**. João Pessoa: Gráfica universitária “A IMPRENSA”, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALAMBERT, Francisco. **A Semana de 22: A aventura modernista no Brasil**. São Paulo: Scipione.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, ALÔMIA ABRANTES DA. **PARAÍBA, MULHER- MACHO: TESSITURAS DE GÊNERO, (DESA)FIOS DA HISTÓRIA**. Tese de Doutorado em História, Recife: UFPE, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Chuvas de Verão**. “Antagonismos em equilíbrio” em Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz. Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. **Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARRUDA, Hélio Mário de. **Oliveira Vianna e a legislação do trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr, 2007.

ARRUDA, Maria A. do N. **A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”**. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995, vol. 2. p. 107-231.

ASSIS, Guaracy Medeiros de. **A Paraíba Pequenina e Doida: José Américo e a Revolução de 30**. Dissertação de Mestrado em História, Recife: UFPE, 2004.

AZEVEDO, Fernando. (Org.). **As Ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Editora UFRJ. 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Trad, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

BOMFIM, Manoel. **A América latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**. Realidade da soberania brasileira. 2a edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOSI, Alfredo. **Moderno e Modernista na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1988.

BOSI, Alfredo. In: MOISÉS, Leyla Perrone (org.). **Do Positivismo à Desconstrução**: idéias Francesa na América. São Paulo: Edusp, 2004.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: Crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise** (*sic*). Tradução Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: 6ª ed. Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**: Gênese da estrutura do campo literário. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas** . São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: 8ª ed. Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Senso Prático**. Trad. Maria Ferreira, revisão da tradução Odaci Luiz Coradini. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. In: Ciência e cultura, São Paulo, nº 24, p. 803-809, set. 1972

CANDIDO, Antonio. **A Revolução de 1930 e a cultura**. In: Revista novos estudos. Cebrap: São Paulo, nº 4, 1984.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do discurso**. Coordenação e tradução. Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. **Prática da Leitura**. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e Municipalismo Gaúcho**. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

COSTA, Jean Carlo Carvalho. **Nação, Estado e Raça em Manoel Bomfim**: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. Natal: Cronos, 2008.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. **A Modernidade e o problema nacional**: Hermenêutica histórica das noções de ‘nação’, ‘etnia’ e ‘raça’ na teoria social clássica e contemporânea. Recife: Ed. Universitária da UFPB, 2006.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque**. Lua Nova [online]. 1992, n.26, pp. 219-248. ISSN 0102-6445. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200008>.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e Teoria Literária**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará – PROED, 1987.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três Editora, 1984.

DIAS, Cleris Oliveira. **A Política das Secas na Paraíba 1900-1934**. Dissertação de Mestrado em História, pela UFPE, 1988.

FAORO, Raymundo. **A República Inacabada**. São Paulo: globo, 2007.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia Crítica e Militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt editor, 1936.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1978

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 4ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1967.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GIRARDI JR., Liráucio. **Pierre Bourdieu**: Questões de Sociologia e Comunicação. São Paulo: AnnaBlume, Fapesp, 2007.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HANKS, William F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes e a formação da Sociologia Brasileira**. In: FERNANDES, Sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paul: Edusc, 2004.

KONDER, Leandro. **O Marxismo na batalha das idéias**. 2ª edição São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOTHE, flávio R. **O cânone imperial**. Brasília: UNB, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: 1ª ed. Atlas, 1986.

LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **Velha praga? Regionalismo literário brasileiro**. In: PIZARRO, Ana (org.), América Latina, palavra, literatura e cultura. v. 2. São Paulo: Memorial da América Latina/Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Luis Costa. **A Literatura no Brasil**. In: Afrânio Coutinho et. All. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1970.

LIMA, Nísia Trindade. **Euclides da Cunha: O Brasil como Sertão** In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes/ Ed. da Unesp, 1997.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual** e outros ensaios. Trad. Maria Luisa X. de a. Borges; Ver, técnica Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra: Representações do brasileiro, 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998.

NINA, RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Biblioteca Pedagógica dirigida por Fernando de Azevedo).

OLIVEIRA, Carlos A. Silva. **Intelectuais Orgânicos na República - 1891-1964**. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Política, Rio de Janeiro: PUC, 1991.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

ORTIZ, Renato. **Anotações sobre a mundialização e a questão nacional** In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PONTES, Heloisa. **Destinos Mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: Ufal, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Fonçois [et. al.] Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**. Porto: Rés-Editora, 1998.

RIDENTE, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (Orgs.) **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010.

ROMERO, Silvio. **Introdução a Doutrina contra Doutrina**. São Paulo: companhia das Letras, 2001.

RUBINO, Silvana. **Clubes de pesquisadores** – A Sociedade de Etnografia e a Sociedade de Sociologia. in: MICELI, Sérgio (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil** (vol. 2). São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

SANTOS, Christine Villa dos. **Vladimir Carvalho - do popular ao público: O homem de Areia e o Evangelho segundo Teotônio**. Dissertação de Mestrado em Multimeios, Campinas: UNICAMP, 2006.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ricardo. **Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Viana**. Porto Alegre: Sociologias, 2008.

SILVEIRA, Francisca Amélia da. **A Selva e a Bagaceira: Práxis Artística e Discurso Social**. Tese de Doutorado em Letras, São Paulo: USP, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**. Editora Moderna, 1984.

SIMMEL, Georg. **El individuo y la libertad**. Barcelona: Península, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneek. **História da Literatura Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais: professoras do curso de ciências sociais da FFCL-USP (1934-1969)**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2011.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

VIANA, Helder do Nascimento. **Tragédia e desilusão: a representação do Nordeste na obra de José Américo**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa/Campina Grande: UFPB-UFPG, 1995.

VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Olympio, 1956.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

WEBER, M. **Ciência e Política: Duas Vocações**. Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Calaret, 2008.

WEBER, M. **Economía y Sociedad**. Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1983.

ZYLLY, Berthold. In: NASCIMENTO, José Leonardo do. **Os sertões de Euclides da Cunha cem anos depois**. São Paulo: UNESP, 2000.

ANEXOS

Fig. 1

22/89. Palácio Cattete.

RECEBILHO

de _____

por _____

OF DR JOSE AMERICO DE ALMEIDA
PRESIDENTE PARAHYBA OU ONDE ESTIVER

DE PALACIO CATTETE RIO. 2211/89 71 102 19410

= TENHO PRAZER CONVIDALO PARA COLLOBORAR NA ALTA ESPHERA
DA ADMINISTRACAO DO GOVERNO PROVISORIO NO CARGO DE MINISTRO
DA VIACAO VAHO COM A DISISTENCIA DO GAL JUAREZ TAVORA PELAS
SUAS ELEVADAS QUALIDADES PESSOAS SEI BUE NOS SERA AUXILIAR
VALOROSOS ESSE CONVITE E TAMBEM UMA HOMENAGEM A PARAHYBA
NA PESSOA DO SEU DIGNO PRESIDENTE CORDS SAUDS GETULIO VARGAS

cert p. 1 doc. 3

11 NOV 1930

Fig. 2

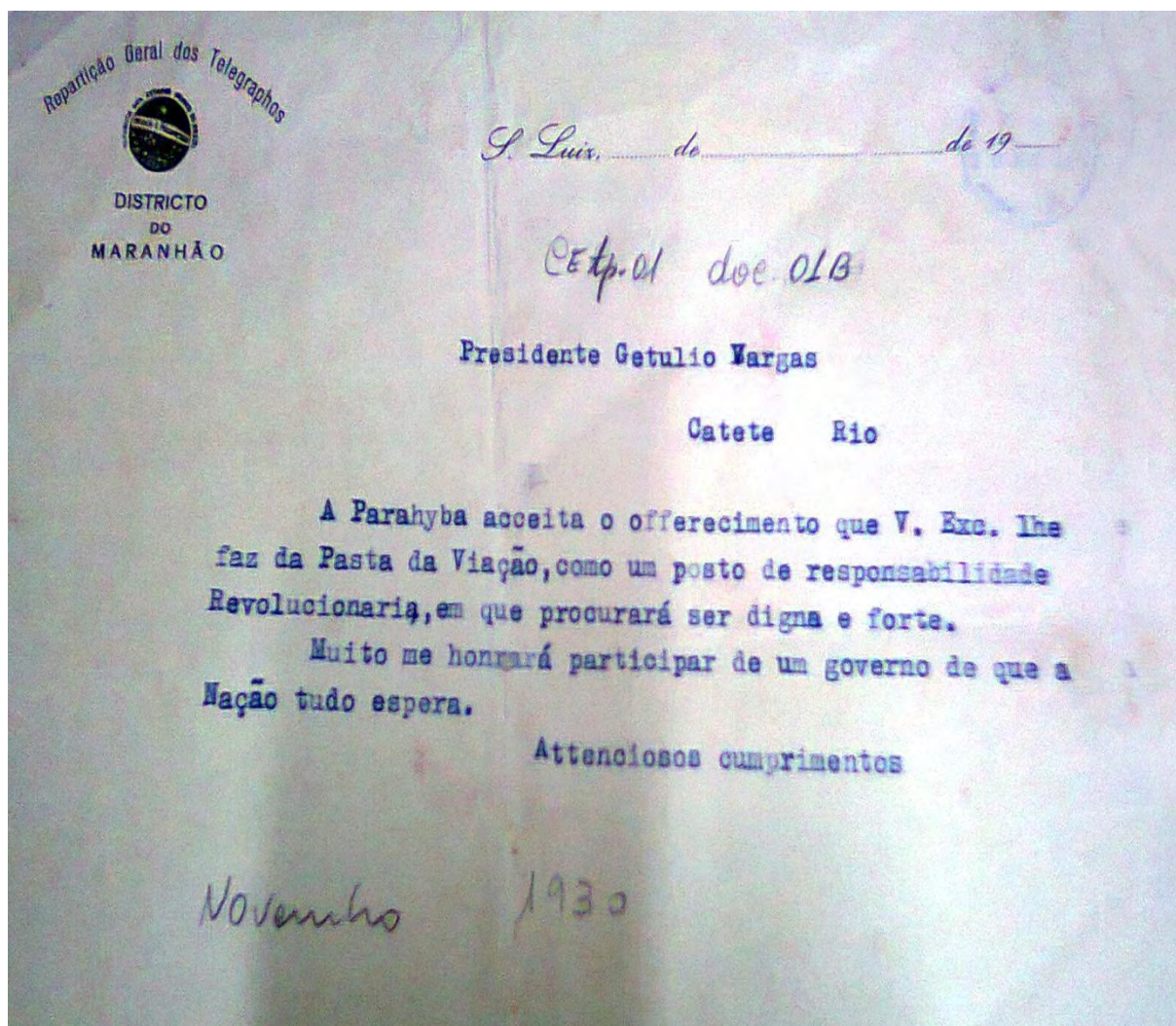


Fig. 3-A

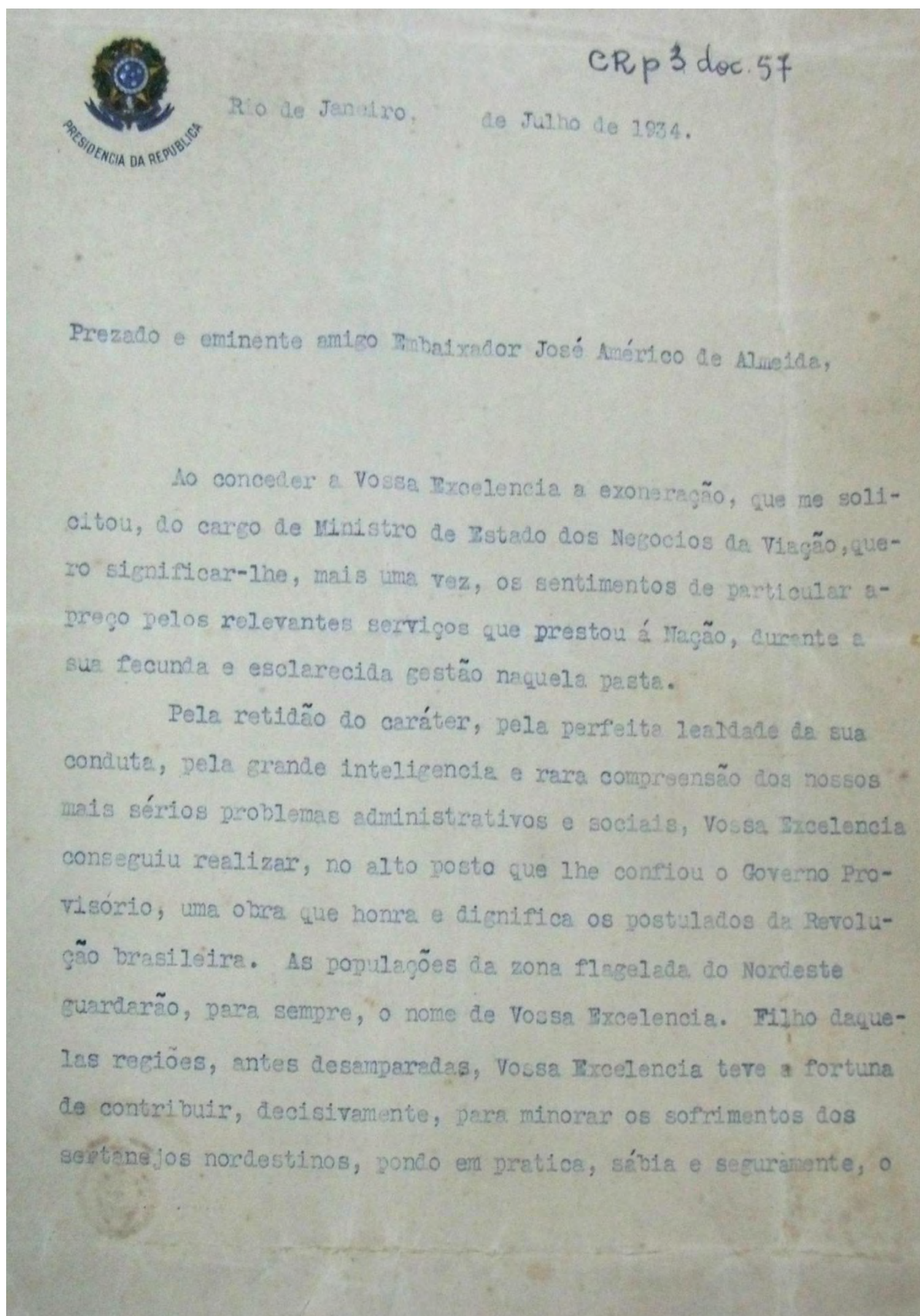


Fig. 3-B

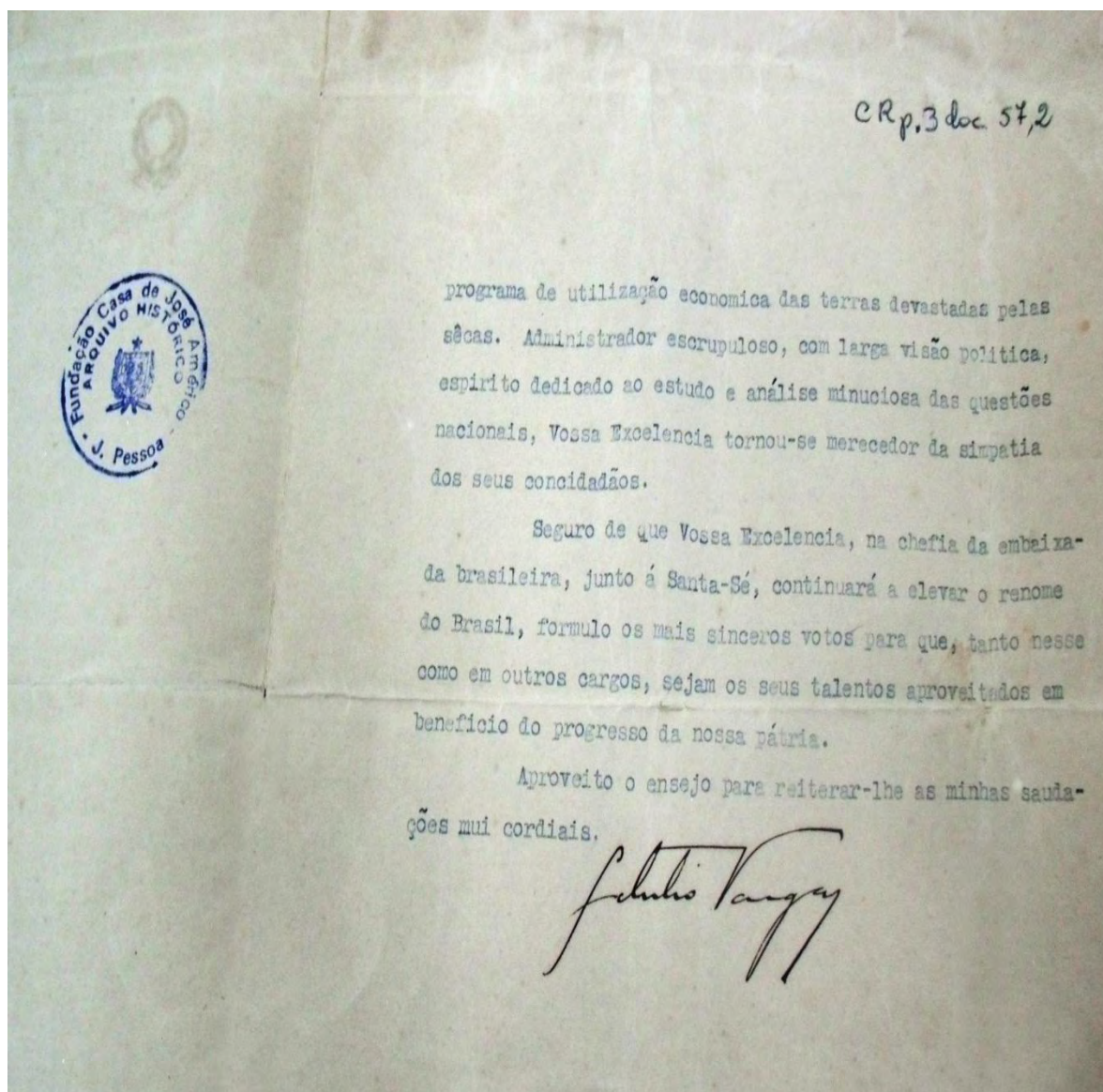


Fig. 4

CE p. 1 doc. 12

Rio, 24 de Junho de 1935

Illustre amigo *Presidente* Dr. Getúlio Vargas:

Attenciosas saudações. Venho, pela primeira vez, pedir alguma coisa para mim.

Infermeu-me, hontem, o dr. Orlando Villola, secretario do ministro da Fazenda, que ha duas vagas no Tribunal de Contas.

Occorre, assim, uma opportunidade providencial, para que eu possa attingir a minha constante aspiração de renuncia a qualquer actividade partidaria.

Conquistaria ainda, desse modo, um ambiente que me pouparia, fora das assembleas politicas, ao cheque de sensibilidade de amigo com a severa consciencia de juiz que nunca deixara' de regular, em qualquer esphera, o meu criterio publico.

Se me recommende a esta investidura por meus diminutos serviços ao paiz, muito agradeceria a nomeação solicitada.

Seu de V. Excia., com elevada estima e consideração,
amo. atto. e abrg.

Fig. 5-A

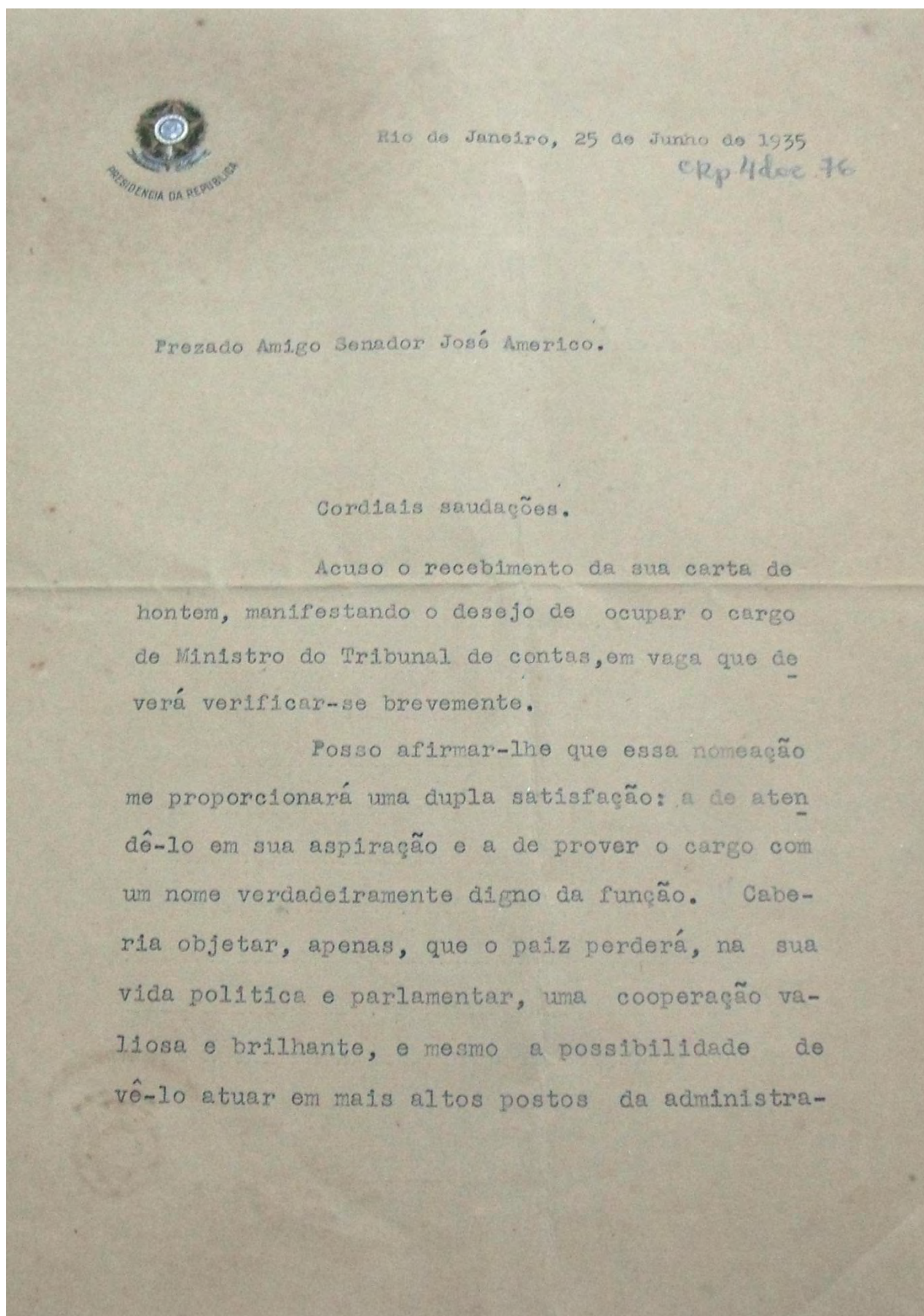


Fig. 5-B

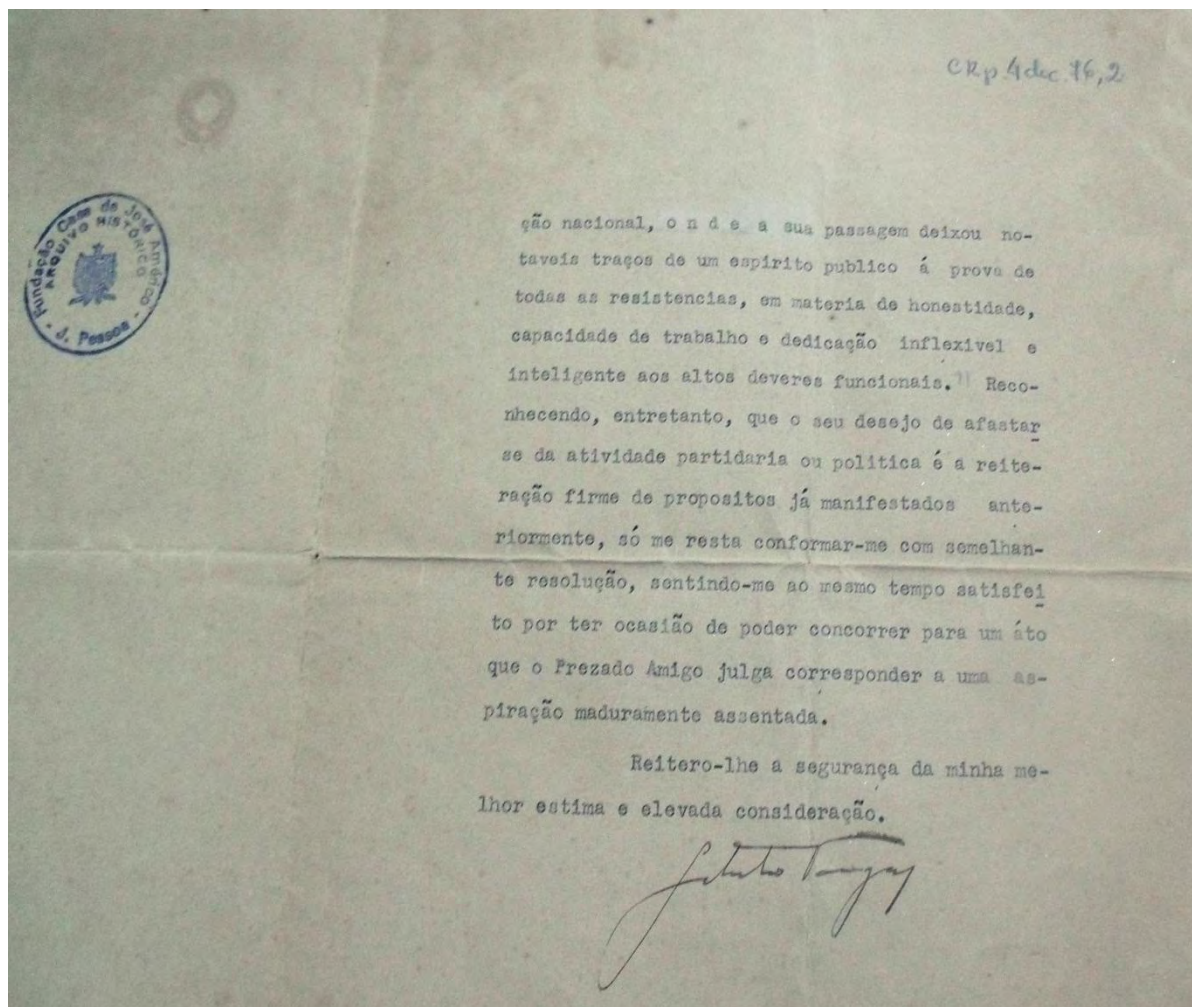


Fig. 6

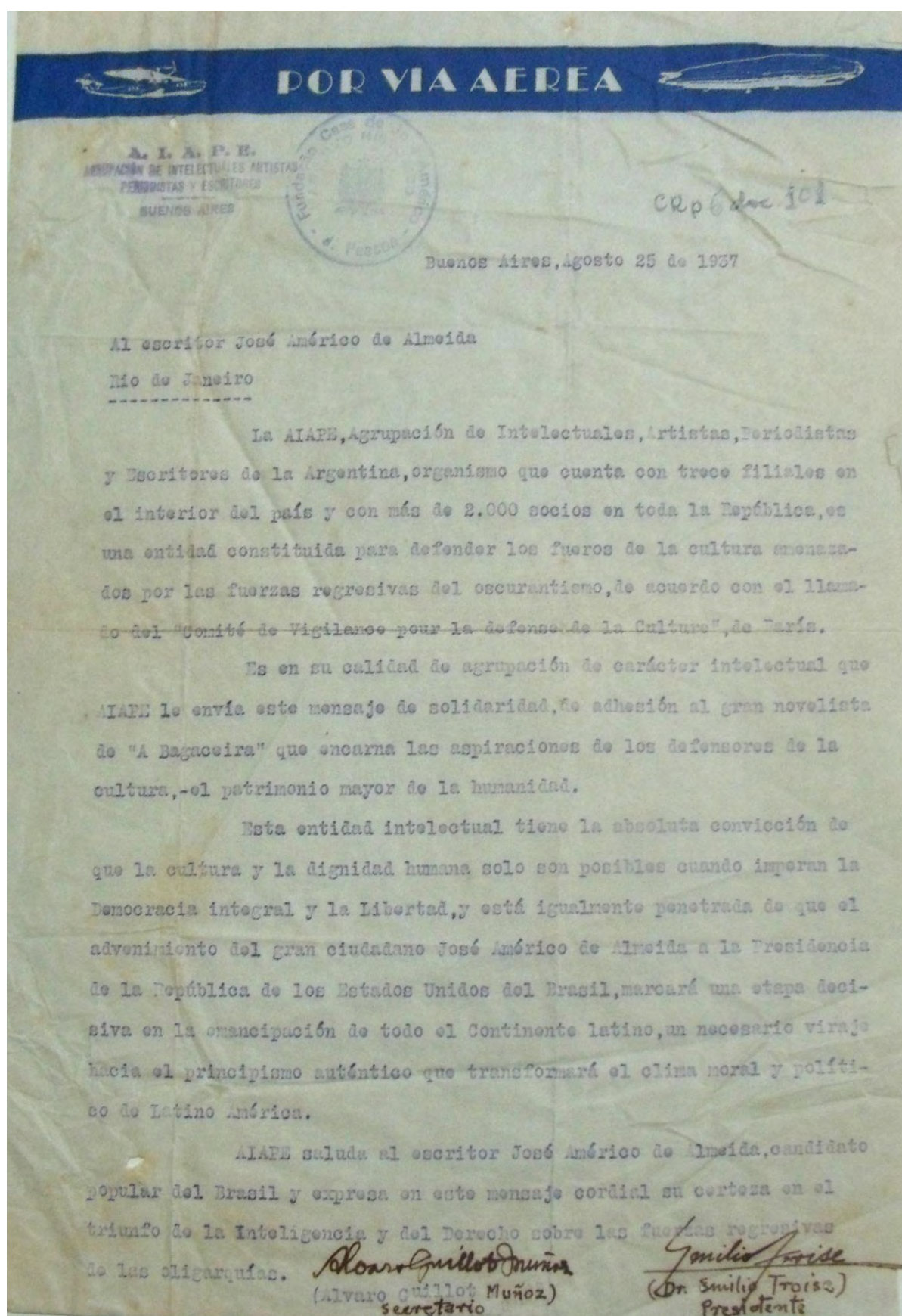


Fig. 7-A



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Petropolis, 18 de fevereiro de 1953.

CRP. 25 doc. 489

Prezado amigo Governador José Américo,

Tomei conhecimento com o maior interesse dos assuntos tratados na sua carta de 6 de janeiro ultimo.

Inteirando-me com satisfação dos seus esforços em prol do pequeno produtor, quero expressar-lhe o meu louvor pelas medidas que adotou, no sentido de assegurar o financiamento de suas atividades. Quanto ao empréstimo de 30 milhões, de que so agora tive conhecimento, recomendei, com empenho, ao Banco do Brasil o exame da proposta formulada pelo Estado da Paraíba e destinada a atender a tão meritorias finalidades.

No que toca à assistência aos Municípios para a realização de trabalhos de abastecimento d'água, quero assinalar que o programa anunciado no Congresso dos Municípios em São Vicente em nada colide com iniciativas da mesma natureza, tomadas pelos Governos estaduais. Tem caráter puramente supletivo. Os municípios que dispuserem de recursos próprios, assim como os Estados que contarem com fundos reservados para esse fim, poderão construir por sua conta os sistemas de abastecimento d'água. O propósito do Governo Federal é amparar os Municípios que, não dispondo de recursos, ou não estando em condições de obter a ajuda dos Estados para custear a instalação desses serviços, tenham necessidade da assistência técnica e financeira da União.

Fig. 7-B

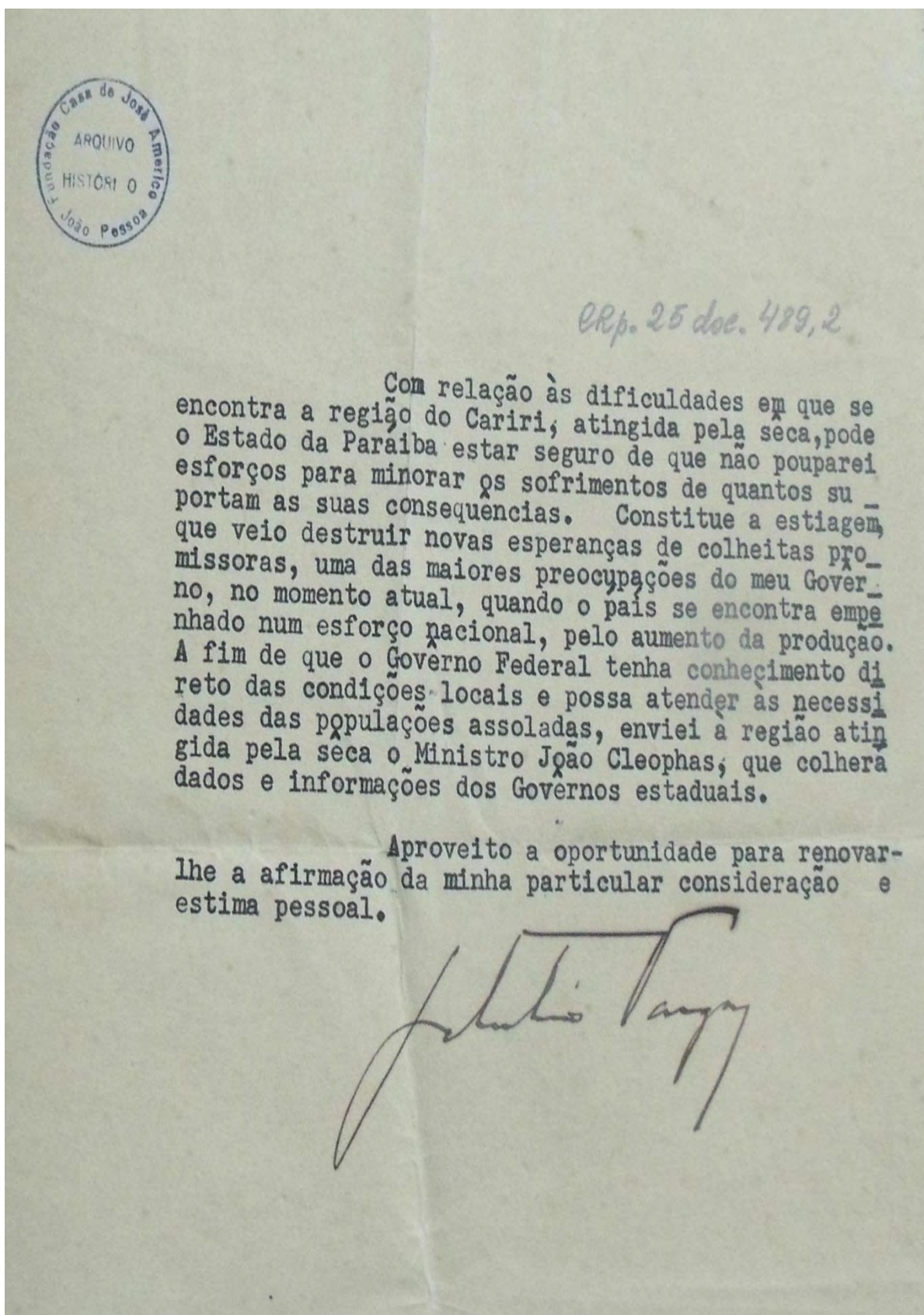


Fig. 8

CEp. 4 doc. 62

Rio 8 de Março de 1954

Presidente G. Vargas

Pelos motivos já expostos, de viva voz, venho depôr nas mãos de V.Exa. o cargo de confiança com que houve por bem distinguir-me, numa hora difícil para o Nordeste, dando-me, assim, meios para minorar, na exasperação da crise produzida por nova seca, as condições de vida daquela infortunada região.

Conforme as ultimas noticias, regularisa-se o tempo do Piauí à Bahia. Já cumpri, por cōnsequente, minha missão, só me restando agradecer a V.Exa. essa oportunidade que me concedeu de, mais uma vez, ser útil à minha gente, nas suas adversidades.

Peço, no momento em que me despeço do seu governo, crer na permanencia de meus sentimentos de amizade.

Atenciosamente.

Jose Americo

Fig. 9-A



cep. 4 doc. 67

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1954

Presidente Getúlio Vargas

Passada a sêca, desapareceu o motivo principal que me levou, numa hora crítica do Nordeste, a aceitar o convite de V.Exa. para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Quanto aos demais setores, peço licença para confessar que já não me sinto com forças para vencer a verdadeira corrida de obstáculos em que, em muitos casos, se transformou a atual organização administrativa nacional, no âmbito em que me encontro, anulando ou amortecendo quasi todo o poder de iniciativa.

Fiz o possível, nos limites de minhas atribuições, entre círculos fechados, para, correspondendo à confiança de V.Exa., regularizar e normalizar os serviços, conforme seu grau de subordinação. Mas, resistências estranhas ou inacessíveis ao meu controle, sacrificaram, em grande parte, o êxito dessa linha de ação.

Felizmente, posso deixar elaborados ou em elaboração alguns planos e projetos que favorecerão um trabalho mais coordenado: a reorganização das ferrovias, a cargo de uma Comissão de técnicos de notória capacidade; o programa de aparelhamento das pequenas estradas que escapam à forma de fi

Fig. 9-B

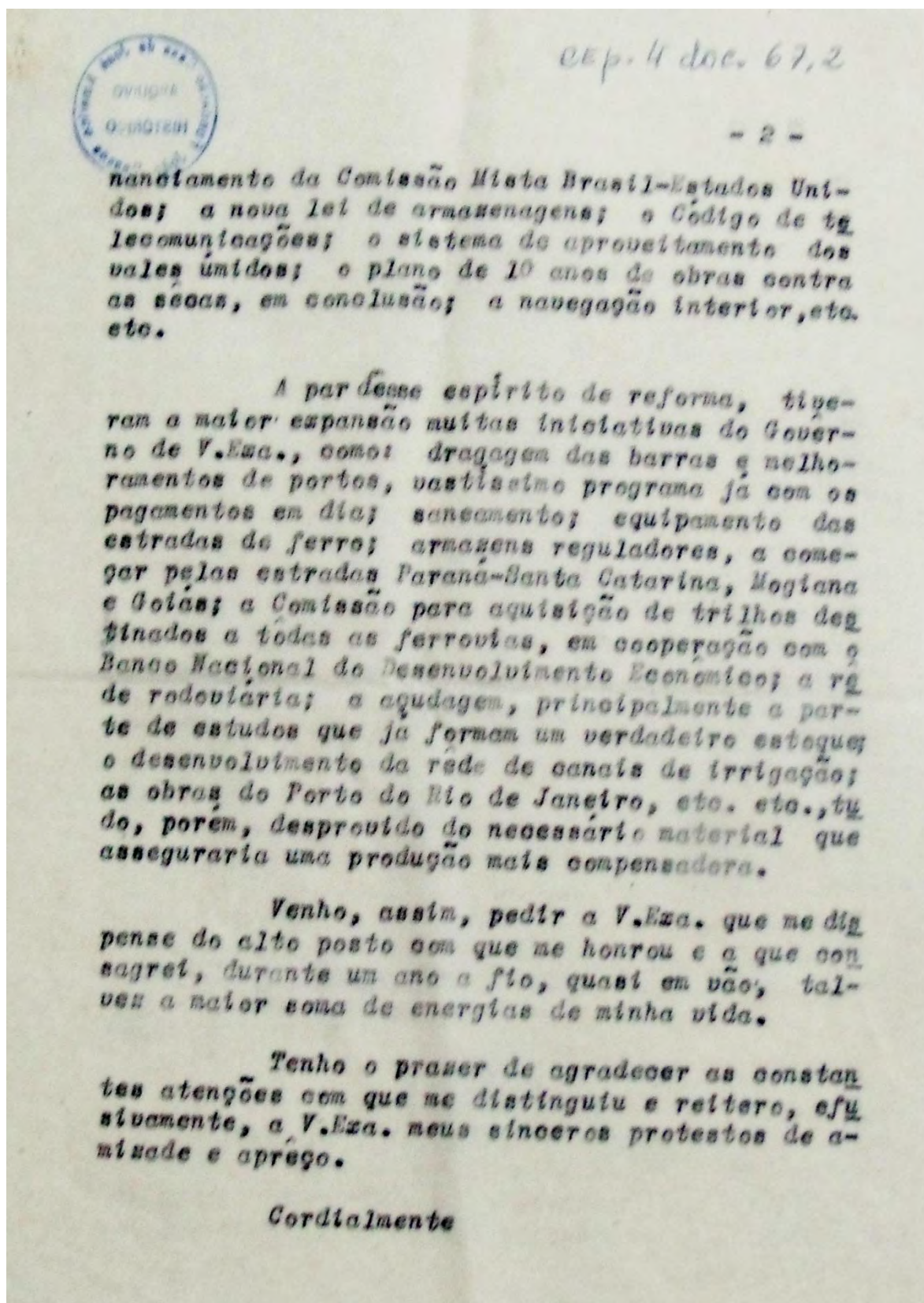


Fig. 10

Cópia.

CEP 1 doc 15,2

Rio, 11 de novembro de 1937

Sr. Presidente Getulio Vargas:

Vossa Excelencia apelou, ontem, para o meu patriotismo, por intermédio do ex-deputado Batista Luzardo, encarecendo-me que me compor-tasse, neste emergência como um bom brasileiro. É, porém, como patriota ~~que quero continuar~~ e bom brasileiro que quero continuar a ser que lhe peço complementar meu sacrifício, demitindo-me do cargo de Minis-tro do Tribunal de Contas, lugar que conquistei pelo concurso prestado à Revo-lução que o levou ao poder e pelos serviços consagrados ao país com a benemerência ^(que) Vossa Excelencia foi o primeiro a reconhecer e exaltar, calo-rosamente, em documentos públicos.

Perco tudo, até a casa adquirida, parte com o legado deixado por um ilustre magistrado que não chegara a conhecer, premiando minha con-duta no Ministério da Viação, parte com o produto do empréstimo feito sob hipoteca na Caixa Economica, pelo prazo de 15 anos, mediante a consigna-ção de meus vencimentos. Mas salvo com esta atitude, já que me é tolhida a palavra pública para um desagravo de mais ampla repercussão, minha dig-nidade cívica perante aqueles que se empenharam pelo meu nome na mais po-derosa e pacífica campanha eleitoral que o Brasil já testemunhou.

Abandonado pelos que me tiraram de casa, quase a força, pa-ra me fazerem candidato, no momento em que meu prestígio, mais moral do que popular, servia para ser oposto a meu competidor, das mais vanta-josas condições e êxito, não fiz, sequer, causa comum com adversários, no plano superior da defesa da democracia, porque, além de outros entendimen-tos, meu sentimento de lealdade me manteve fiel aos partidos que me esco-lheram, espontaneamente ou a conselho de V. Excia., na convenção de maio, ainda ativando a propaganda. Fiquei a espera que se positivasse a rutura que já vinha sentindo latente para assumir a atitude indicada pela minha consciencia de cidadão..

Mas é tarde para me dirigir à Nação, que já não pode ou-
vir-me.

Resta-me apenas curtir o sacrifício de que não tenho culpa.

Fig. 11

